

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

Fernando Adão de Sá Freitas

**O PENSAMENTO GRAMATICAL
DE
SANTO AGOSTINHO**

Juiz de fora
2016

FERNANDO ADÃO DE SÁ FREITAS

**O PENSAMENTO GRAMATICAL
DE
SANTO AGOSTINHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes

Juiz de fora
2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas, Fernando Adão de Sá Freitas.

O pensamento gramatical de Santo Agostinho / Fernando Adão de Sá Freitas Freitas. -- 2016.
158 f.

Orientador: Fábio da Silva Fortes Fortes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.

1. Santo Agostinho. 2. Gramática Antiga. 3. Ars beuata.
4. Linguística. 5. Historiografia da Linguística. I. Fortes, Fábio da Silva Fortes, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

TITULARES

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes – FALE/UFJF - Orientador

Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira – IEL/UNICAMP

Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick – FALE/UFJF

SUPLENTE

Profa. Dra. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha – FALE/UFJF

Prof. Dr. Matheus Trevizam – UFMG

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, força divina que guia todos os passos da minha vida, à minha mãe Eliza, ao meu pai João Fernando, que sempre me apoiaram em todas minhas decisões. À minha querida companheira Gisele, que esteve ao meu lado em todo esse percurso cheio de desafios.

Gostaria de agradecer também:

Ao Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, por aceitar orientar e, principalmente, por acreditar neste trabalho e depositar em mim tamanha confiança. Sem ele este trabalho não teria se concretizado. Suas análises sobre os estudos da metalinguagem gramatical antiga, sem sombra de dúvidas, fazem o repertório que compõe, não só esse trabalho, mas também a minha formação acadêmica acerca da gramática antiga;

Ao Prof. Dr. Luís Carlos Lima Carpinetti, por compartilhar comigo suas reflexões sobre o latim dos cristãos, disponibilizando, de forma tão solícita, uma bibliografia que jamais teria conseguido a respeito da Patrística Latina;

À Profa. Dra. Neiva Ferreira Pinto, com a qual aprendi muito sobre as questões do latim enquanto uma “língua viva do passado”;

Ao Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira, que aceitou, solicitamente, nosso convite para compor a banca examinadora deste trabalho;

À Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick, cujas contribuições sobre meus trabalhos e projetos transcendem os limites desta dissertação;

Aos meus professores e pesquisadores da UFJF que, em maior ou menor grau, contribuíram com apontamentos teóricos, bibliográficos e metodológicos sobre o fazer científico em *Linguística*;

A CAPES por ter financiado essa pesquisa;

Aos meus colegas da área de Clássicas da UFJF.

Gostaria, ainda, não só de agradecer, mas também dedicar este trabalho a toda a minha família com muito carinho.

O interesse atual que os linguistas demonstram pelo desenvolvimento passado e recente da sua ciência é em si mesmo sinal da maturidade que a linguística, independentemente das suas possíveis aplicações práticas, alcançou como disciplina acadêmica.

Robert Robins, 1979 [1967], p. xvi

Est autem grammatica uocis articulatae custos et moderatrix: cuius professionis necessitate cogitur humanae linguae omnia etiam figmenta colligere, quae memoria litterisque mandata sunt.

(“A gramática é, porém, a guardiã e a moderadora da voz articulada: cuja profissão necessariamente leva a reunir também todas as representações da língua humana que foram confiadas à memória e às letras”).

Santo Agostinho. *Sol.*, II, 11, 19

RESUMO

Esta dissertação oferece uma reflexão sobre o pensamento gramatical de Santo Agostinho (séc. IV-V d.C.). Examinamos, nesse sentido, o tratado gramatical atribuído ao bispo de Hipona intitulado *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*, em relação aos aspectos formais e conceituais do gênero gramatical das *artes*, que foi produzido na Antiguidade Tardia, tendo como contraponto, principalmente, as *Artes grammaticae* de Donato (séc. IV d.C.). Para exame da matéria gramatical contida no texto agostiniano, consideramos também os textos filosóficos de autoria de Santo Agostinho, i.e., o *De magistro*, o *De ordine* e o *De doctrina Christiana*, mostrando como as reflexões propriamente gramaticais presentes na *Ars breuiata* também aparecem refletidas nesses textos. Dessa forma, ensejamos mostrar que a metalinguagem gramatical que caracterizou o gênero das *artes grammaticae* latinas, com Agostinho, foi disseminada, paulatinamente, em textos de teor filosófico, no sentido de preparar e fornecer aos “alunos/cristãos” uma ferramenta importante para a leitura e exegese bíblica. Como conclusão, percebemos que as fronteiras que delimitavam os ensinamentos, no que diz respeito às *artes liberales* (o chamado *trivium* – gramática, dialética e retórica) não estavam, desse modo, totalmente dissociadas, na obra de Agostinho, mas faziam parte de uma formação propedêutica com fins específicos para a divulgação da doutrina cristã. Os pressupostos teóricos e metodológicos que utilizamos para a compilação do nosso trabalho são oriundos da *Historiografia da Linguística*.

PALAVRAS-CHAVE

Santo Agostinho, gramática antiga, *Ars breuiata*, Linguística, Historiografia da Linguística

ABSTRACT

This work offers a reflection on the grammatical thought by St. Augustine (c. IV-V A.D.). We examine, in this sense, the grammatical treatise attributed to the bishop of Hippo, entitled *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*, in relation to formal and conceptual aspects of the grammatical gender of the *artes*, which has been produced in Late Antiquity, with reference to the *Artes grammaticae* by Donatus (c. IV AD). In order to examine the grammatical substance from the Augustinian text, we have also considered some other aspects codified in Augustine's philosophical texts, such as *De magistro*, *De ordine* and *De doctrina Christiana*, highlighting the way how properly grammatical concepts is in these works also reflected. Thus, we intend to show that the grammatical metalanguage that characterized the genre of Latin *Artes grammaticae*, with Augustine, has been disseminated gradually in his texts of philosophical content, as a strategy to prepare and provide his "students / Christians" with an important tool for reading and making biblical exegesis. In conclusion, we realize that the boundaries which surrounded the teachings in regard to the *Liberal Arts* (the so-called *Trivium* – grammar, dialectic and rhetoric) has not been thereby completely dissociated, in the work of Augustine, but were part of a project to disseminate Christian doctrine. The theoretical and methodological assumptions used for the compilation of our work are from the *Historiography of Linguistics*.

KEY-WORDS

Saint Augustine, Ancient grammar, *Ars breuiata*, Linguistics, Historiography of Linguistics

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DOS *CORPORA*, p. xii

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIS, p. xiii

ÍNDICE DE QUADROS, p. xiv

INTRODUÇÃO, p. 15

PARTE I

I HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA: CONCEITOS E METODOLOGIA

1.1 *Historiografia da Linguística*: breve história da disciplina, p. 22

1.2 Revisão teórico-metodológica sobre a *Historiografia da Linguística*, p. 25

II CONSTRUINDO O “CLIMA DE OPINIÃO”: UMA REVISÃO SOBRE O LUGAR DA GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA

2.1 Um conceito em formação: Antiguidade Tardia, p. 31

2.2 Alguns fatos históricos: a Cristandade e os pagãos, p. 36

2.3 *Aurelius Augustinus*: um douto na Antiguidade Tardia, p. 43

2.4 A gramática e os gramáticos na Antiguidade Tardia, p. 51

PARTE II

III SANTO AGOSTINHO E A REFLEXÃO GRAMATICAL: O CASO DA *ARS BREVIATA*, p. 58

3.1 Algumas notas quanto à procedência da *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*, p. 58

3.2 O gênero gramatical enquanto forma fixa: *Ars breuiata*, uma *Schulgrammatik?*, p. 67

3.3 Uma comparação estrutural e conceptual entre a *Ars breuiata* de Santo Agostinho e as *Artes grammaticae* de Donato, p. 73

3.3.1 *De nomine*, p. 76

3.3.2 *De pronomine*, p. 81

3.3.3 *De uerbo*, p. 85

- 3.3.4 *De aduerbio*, p. 88
- 3.3.5 *De participio*, p. 91
- 3.3.6 *De coniunctione*, p. 93
- 3.3.7 *De praepositione*, p. 96
- 3.3.8 *De interiectione*, p. 98

IV A GRAMÁTICA NA FILOSOFIA AGOSTINIANA, p. 100

4.1 A gramática nos textos filosóficos, p. 100

- 4.1.1 *As partes orationis: De magistro e Ars breuiata*, p. 107
- 4.1.2 *De uitia orationis: soloecismus e barbarismus*, p. 122

4.2 A mudança de finalidade da *ars agostiniana* e inovações linguísticas, p. 129

- 4.2.1 Do comentário de poetas ao comentário das *Escrituras*, p. 130
- 4.2.2 Inovações linguísticas na *Ars breuiata*, p. 139

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 144

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 147

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DOS *CORPORA*:

<i>BA</i>	<i>Bibliotheca Augustana</i>
<i>BAC</i>	<i>Biblioteca de Autores Cristianos</i>
<i>CGL</i>	<i>Corpus Grammaticorum Latinorum</i>
<i>NBA</i>	<i>Nuova Biblioteca Agostiniana</i>
<i>GL</i>	<i>Grammatici Latini</i>
<i>GG</i>	<i>Grammatici Graeci</i>
<i>PL</i>	<i>Patrologia Latina</i>

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIS:

abl. - ablativo
acus. - acusativo
adj. - adjetivo
adv. - advérbio
at. – voz ativa
dat. – dativo
f. - feminino
fut. - futuro
gen. - genitivo
imperf. – pretérito imperfeito
m. - masculino
méd. – voz média
m. q. perf. – pretérito mais-que-perfeito
n. - neutro
nom. - nominativo
pass. – voz passiva
pl. - plural
pres. - presente
pret. perf. – pretérito perfeito
s. - singular
subst. - substantivo
v. – verbo

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Comparação entre *Ars breuiata*, *Ars minor* e *Ars maior*, p. 75

Quadro 2. Comparação dos acidentes da *Ars breuiata* com a *Ars minor* e *Ars maior*, p. 80

Quadro 3. Características dos nomes e dos verbos, p. 86

Quadro 4. Comparação entre *Ars breuiata* e *De magistro*, p. 107

Quadro 5. Comparação estrutural dos *uitia uirtutesque orationis*, p. 123

INTRODUÇÃO

I

Uma disciplina alcança a sua maioria quando contempla seriamente o seu próprio passado.

(KOERNER, 2014, p. 10).

A afirmação feita por Koerner (2014, p. 10), na epígrafe acima, faz referência à *Linguística*, ciência esta derivada das observações de Saussure, do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, podemos, então, dizer que a *Linguística*, enquanto disciplina orientada por pressupostos teóricos e metodológicos, possui pouco mais de cem anos. No entanto, antes de Saussure e da Linguística, havia reflexões em torno das línguas e da linguagem, a partir das quais Saussure erigiu sua importante contribuição para as “ciências da linguagem”¹. De onde vieram as ideias que engendraram esse conhecimento? De que forma elas se apresentam nas definições de Saussure? Em que medida elas foram influenciadas por outras correntes teóricas?

Para respondermos a essas perguntas, que requerem, antes de mais nada, uma delimitação do objeto, seria necessário recorrer ao conhecimento histórico, ou seja, precisaríamos construir o “clima de opinião” no qual Saussure estava inserido; quais eram as características contextuais de sua época e em que medida uma investigação sobre a linguagem fazia parte da agenda dos estudiosos naquele contexto.

Essas são as premissas de um trabalho no âmbito da *Historiografia da Linguística*; tais são as perguntas que sustentam uma análise que leva em consideração não só a documentação disponível para acessar esse ou aquele conhecimento linguístico, mas também leva em consideração o contexto em que foram produzidas, como foram produzidas e para quem foram produzidas.

Dessa forma, se o primeiro passo do amadurecimento de uma disciplina é reconhecer o seu passado, o segundo é, inevitavelmente, conhecer como podemos escrever sobre esse passado sem distorcê-lo.

¹cf. Aurox (1992, p. 12): “É preciso, em particular, se render à evidência: a linguística, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se, pois, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorreremos, cada vez mais, à expressão plural “ciências da linguagem.”).”

II

Em nossa dissertação, procuramos apresentar, de forma geral, o que estamos chamando de “o pensamento gramatical” de Santo Agostinho². Esse é o tema que perpassa todo o nosso trabalho, que busca se filiar aos pressupostos teóricos e metodológicos da *Historiografia da Linguística*, que serão apresentados à frente.

Nossa dissertação possui duas partes, subdividas cada uma em dois capítulos. Na primeira parte, partimos da organização e da definição do campo da *Historiografia da Linguística*, passando pela contextualização do período histórico da Antiguidade Tardia, mais especificamente daquele em que se insere Santo Agostinho. Na segunda parte, dedicamo-nos a análises relativas aos conhecimentos gramaticais que Santo Agostinho apresenta nas obras, essencialmente em seu tratado gramatical intitulado *Ars breuiata*, considerando contrapontos no discurso gramatical latino coetâneo (especialmente em Donato) e em outras obras de autoria do próprio Agostinho, tais como o *De magistro*, o *De ordine* e o *De doctrina Christiana*.

No primeiro capítulo, que tem caráter mais metodológico, procuramos fazer uma reflexão sobre a *Historiografia da Linguística*, contando um pouco de sua própria história e como essa disciplina se tornou uma área de interesse para aqueles que almejam conhecer mais sobre a *História da Linguística*. Ressaltamos, além disso, quais são suas ramificações, pontuando, ainda, que, sumariamente, a diferença entre *História da Linguística (HoL)*, *Historiografia da Linguística (HL)*, *História das ideias Linguísticas (HIL)* e, por fim, *História das Ciências da Linguagem (HoLC)*.

Essas distinções entre variações que o estudo historiográfico da linguagem possui se fez necessária, pois ela revela, antes de qualquer coisa, os problemas com os quais os historiógrafos da linguística têm que lidar. Além disso, buscamos ressaltar quais são os pressupostos teóricos e metodológicos, oriundos da *Historiografia da Linguística*, que servem de fundamento para o nosso trabalho. Diante disso, fizemos considerações sobre a “questão da metalinguagem” ou “problema da metalinguagem”, destacando os três princípios da pesquisa historiográfica (KOERNER, 1995a; 1995c). Finalmente, destacamos também como essa disciplina oferece-nos uma interlocução com os *Estudos Clássicos*; relação que se estabelece, de forma bem acentuada, nos trabalhos de estudiosos que se dedicaram a examinar o que os antigos gramáticos greco-latinos escreveram sobre suas línguas (LAW, 1984, 1985, 1986, 1987, 1995, 2003, 2005

² Usamos a denominação Santo Agostinho, pois está consagrada pela tradição.

[1990]; BARATIN 1989; BARATIN; DESBORDES; 1981, 2007; SWIGGERS, 1992, 2010).

No capítulo 2, apresentamos uma síntese do contexto social, religioso e educacional da Antiguidade Tardia. Fizemos um apanhado sobre a biografia de Agostinho com o intuito de ressaltar quais foram as doutrinas filosóficas que o influenciaram antes de sua conversão ao Cristianismo e em que medida elas contribuíram para o desenvolvimento do pensamento agostiniano em torno da linguagem como, por exemplo, o neoplatonismo. Esse capítulo se justificou por um motivo em especial. Ele representa a ponte que procuramos estabelecer entre a história da Antiguidade Tardia e a *Historiografia da Linguística*. Nesse sentido, para dissertarmos sobre os conhecimentos gramaticais que Agostinho apresenta em suas obras, seria preciso construir “o clima de opinião” (KOERNER, 1995, p. 11) em que ele se encontrava, ou seja, seria preciso conhecer o mínimo da história geral, do autor, e do contexto de que se pretende narrar. Para o desenvolvimento dessa perspectiva histórica, utilizamos as observações feitas por Brown (1971, 2005, 2009), Marrou (1949, 1977), Veyne (2011 [1971], 2005), Cameron (1993) e James (2008).

No capítulo 3, buscamos fazer uma reflexão a respeito da procedência da *Ars breuiata* de Santo Agostinho, demonstrando quais são os problemas mais enfrentados pelos estudiosos que se dedicaram a abordar esse texto. Além disso, procuramos observar se a *Ars breuiata* se enquadra no gênero *Schulgrammatik* (BARWICK, 1992) da mesma forma que a *Ars minor* e *Ars maior* de Donato. Para isso, realizamos uma breve análise comparativa, do ponto de vista estrutural e conceitual, entre a *Ars breuiata* e as *Artes grammaticae*, de Donato. De forma mais específica, primeiramente fizemos uma análise da estruturação global dos textos, ou seja, quais são as partes ou temas gramaticais que estão presentes na *Ars breuiata* e nas *Artes grammaticae* de Donato, ressaltando diferenças e semelhanças. Em segundo lugar, analisamos todas as definições das *partes orationis* nas três gramáticas, observando se as características são formais ou semânticas para a definição de cada uma delas.

Justificamos a comparação de Agostinho e Donato em decorrência do caráter exemplar e paradigmático que a *Ars grammaticae* de Donato assumiu na tradição. Com efeito, Donato foi o gramático mais conhecido do período medieval, assim como os seus textos gramaticais foram mais os copiados em todo ocidente. Outro fator considerado para efetuarmos essa comparação se encontra no fato de que *Ars maior* é considerada o grande modelo da *Ars grammatica* latina do período tardio.

No capítulo 4, realizamos uma análise dos principais conceitos gramaticais presentes em obras não-gramaticais de Agostinho à maneira como são desenvolvidos em seu tratado gramatical. Especificamente, em primeiro lugar, retomamos o conceito de *partes orationis* da

doutrina gramatical latina, buscando entender suas vinculações com a maneira como é apropriada por Agostinho em tratados filosóficos, especialmente no *De magistro*. Em seguida, buscamos apresentar como os *uitia orationis* designados pelos conceitos de *soloecismus* (solecismo) e *barbarismus* (barbarismo) são definidos e descritos por Santo Agostinho no *De ordine* e no *De doctrina Christiana*. Na segunda parte do capítulo, apresentamos alguns apontamentos sobre como a gramática de Agostinho mudou sua finalidade. Analisando o espaço concedido à citação dos poetas na *Ars breuiata*, mostramos como, em vez de ser um texto preparatório para a leitura e comentário dos poetas, a gramática de Agostinho passa a servir de base para leitura e interpretação das *Escrituras*. Os dados que selecionamos para exemplificar essa alteração são: os *exempla* que estão presentes na *Ars breuiata*; assim como as “inovações linguísticas” presentes no parágrafo 76 da *Ars breuiata*.

III

Em linhas gerais, nosso trabalho pretende ser uma pequena contribuição para a História da Linguística. Ao dissertarmos sobre os princípios gramaticais presentes na *Ars breuiata*, assim como em outros textos agostinianos, esperamos, modestamente, contribuir com mais uma página da História da Linguística que já é longa, mas que ainda carece de uma muita investigação.

De forma específica, podemos dizer que apresentar o pensamento gramatical de Santo Agostinho é seguir na direção contrária do que geralmente encontramos quando o tema está relacionado a um autor cristão. Mesmo que Law (1984, 1996, 2003) tenha publicado textos a respeito das reflexões gramaticais de Agostinho, ainda é visível uma carência de investigação relativa a esse tema no âmbito da obra desse autor. Dessa forma, nossa análise enseja apresentar um Agostinho interessado em questões gramaticais, preocupado com a descrição das *partes orationis* e com os *uitia orationis*, ou seja, um Agostinho gramático.

Os *corpora* da *Ars breuiata* de Agostinho que utilizamos para compilação do nosso trabalho são:

- a) *Aurelii Augustini Ars grammatica breuiata*. Edição de C. F. Weber. Marburg: Elwert, 1861.

Esta edição foi compilada por Weber através dos códices: B. = *Codex Bruxellensis*, M. = *Editio Maii*, P. = *Codex Parisianus* e V. = *Vaticanus sive Palatinus*. Segundo Bonnet,

essa edição possui vários problemas filológicos. Um dos problemas mais significativos, na opinião de Bonnet (2013), é que há várias supressões de palavras por todo o texto. Além disso, a pontuação do texto latino também não ajuda na sua compreensão. Contudo, a edição de Weber é a mais famosa do texto da *Ars pro fratrum mediocritate breuitata*. Nem sempre essa edição esteve em circulação como hoje. Law (1984, p. 154) ressalta que havia muita dificuldade de se conseguir uma cópia desse texto em sua época.

- b) KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

A edição dos *grammatici latini* (GL, 1868, p. 494-496,1 2) de Keil contém somente extratos da *Ars*, ou seja, só possui os parágrafos: 1, 39, 76, 88/89, 90. Isso torna sua utilização limitada para fins de análises comparativas entre a *Ars breuiata* e as *Artes grammaticae* de Donato. Entretanto, a edição de Keil é evidência importante dos problemas filológicos encontrados, quando lidamos com edições críticas: exemplifica o fato de que os textos da tradição gramatical antiga, bem como os outros textos que chegaram ao nosso tempo através da tradição manuscrita greco-latina, estão fragmentados, copiados e até certo ponto reconstruídos, ficando, assim, praticamente impossível reconhecer suas fontes em alguns casos. Além disso, foi essa fragmentação da *Ars breuiata* expressa na edição de Keil que nos levou a utilizar, de forma mais ampla, a edição de Weber (1861) e a de Bermon e Bonnet (2013).

- c) St. AUGUSTIN. *Abrégé de la grammaire de Saint Augustin*. Text Établi, Introduit & Commenté por Guillaume Bonnet, Traduzido por Emmanuel Bermon & Guillaume Bonnet. Paris: Les Belles Lettres, 2013.

Essa é a edição crítica e a tradução mais recente que possuímos da *Ars breuiata*. Do ponto de vista filológico, trata-se também da mais completa de todas as edições do texto da *Ars breuiata*. Seu estudo introdutório traz elucidações gramaticais que incorporamos em grande medida à nossa análise. Por ser a edição mais completa e recente do texto da *Ars breuiata*, essa é a edição do texto latino que adotamos para fazer citações ao longo do nosso trabalho.

Além dessas edições, há uma edição feita pela Città Nuova, 2004, 123-181, com a tradução de Antonio Pieretti para o italiano. Entretanto, não conseguimos obter sua versão impressa, apenas tivemos acesso à sua versão online, que está disponível no site www.augustinus.it e que não possui nenhum aparato crítico, notas de tradução, ou observações literárias. Diante disso, não podemos dizer mais coisas sobre ela.

Além das edições da *Ars breuiata*, gostaríamos de apresentar, de forma separada, a edição de Holtz (1981) da *Ars minor* e *Ars maior* de Donato.

a) HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique*. Paris: CNRS, 1981.

Há um motivo para apresentarmos de forma separada essa obra gramatical latina. Essa edição de Holtz (1981) da *Ars minor* e *Ars maior* tem sido a edição mais utilizada pelos estudiosos em gramáticos latinos para se referirem aos textos de Donato.

Informamos também que todos os textos dos *Grammatici Latini* (gramáticos latinos) podem ser encontrados no banco de dados online: *Corpus Grammaticorum Latinorum*³ (CGL). Esse banco de dados é oriundo, em parte, do imenso trabalho filológico feito por H. Keil em 1855-1880, mas também possui outras edições.

De acordo com as observações feitas por Desbordes (2000, p. 466), essa obra monumental é dividida em sete livros e um suplemento:

I Charisius, Diomedes, *Anonymus Bobiensis*;

II, III Priscianus;

IV Probus, Donato, Servius;

V comentadores de Donato: Cledonius, Pompeius; textos curtos: Consentius, Phocas, Eutyches, Augustinus, Palemon, Asper, Macrobius;

VI métrica: Asmonius *Ars* de Victorinus, Bassus, Fortunatianus, Terentianus Maurus, Sacerdos, Mallius Theodorus;

VII ortografia: Scaurus, Longus, Caper, Agroecius, Cassiodore, Papius, Beda, Albinus; textos curtos: Audax, Dositheus, Arusianus, 'Frontus'.

³ Disponível em: <http://kaali.linguist.jussieu.fr/CGL/text.jsp>

Ainda de acordo com Desbordes (2000, p. 466), temos que: "a edição dos *Grammatici Latini*, fornecida por H. Keil e seus colegas do século (XIX), é sempre o ponto de partida para qualquer investigação sobre gramáticos latinos do período pós-clássico"⁴.

⁴ Cf. "L'édition des *Grammatici Latini*, procurée par H. Keil et ses collaborateurs au siècle dernier, est toujours le point de départ de toute recherche sur les grammairiens latins de la période post-classique." Todas as traduções presentes no corpo do texto são de nossa autoria, salvo aquelas indicadas em nota.

PARTE I

I HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA: CONCEITOS E METODOLOGIA

1.1 *Historiografia da Linguística: breve história da disciplina*

Introduzir-se numa disciplina científica qualquer significa familiarizar-se com as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores daquela especificidade... Significa também conhecer a história dessa disciplina, isto é, a forma como se deu e se vem dando a sua construção: os pontos de maior consenso da comunidade científica em determinados momentos; as polémicas do passado e do presente; as grandes sistematizações teóricas ordenadoras da ação de grupos de estudiosos, e seus respectivos compromissos filosóficos de base; os necessários conflitos entre esses sistemas, as mutações epistemológicas, as renovações de objeto e métodos. Inclui-se aqui também a bibliografia básica: os textos clássicos, os manuais de referência, as fontes de informação.

(FARACO, [1989] 2005, p. 10-11).

As considerações feitas por Faraco englobam os conhecimentos gerais que cada pesquisador precisa ter ao adotar uma teoria. Estes conhecimentos são, na maioria das vezes, de ordem teórica, metodológica e epistemológica. Além disso, Faraco também destaca a necessidade de conhecer um pouco da história da disciplina da qual pretendemos nos filiar.

Sendo assim, podemos iniciar nossa discussão destacando que a *Historiografia da Linguística* é uma disciplina que teve seu início com a criação dos periódicos *Historiographia Linguistica* (1974–); *Histoire, Épistémologie, Langage* (1979–); *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991–) e que desenvolveu seu campo teórico-metodológico com a organização de conferências internacionais trienais sobre a história das ciências da linguagem. Além desses três periódicos que marcaram o processo de institucionalização da *Historiografia da Linguística*, gostaríamos de ressaltar também o periódico *Orbis (Supplementa)*. Esta é uma antiga revista de Linguística publicada na Bélgica desde 1952. *Orbis* é o órgão oficial do *International Centre of General Dialectology* (Centro Internacional de Dialectologia Geral). O primeiro editor e fundador do periódico foi Sever Pop (ed. 1952-1960), sucedido por Windekens (1960-1985) e por R. Bosteels, L. Isebaert & P. Swiggers (1985-)⁵. Destacamos esse periódico, pois alguns de seus títulos foram destinados ao estudo dos textos greco-romanos, focalizando as reflexões que filósofos, gramáticos, retóricos, entre outros, destinaram à linguagem de uma

⁵ Para ver informações, títulos e temas tratados por esse importante periódico acessar: http://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=journal&journal_code=ORB

forma geral, no mundo antigo.

Além dos periódicos, as conferências realizadas em torno dessa temática tiveram um papel importante no processo de organização e institucionalização da *Historiografia da Linguística* (KOERNER, 2003, p. 373), fazendo assim com que ela alcançasse o *status* de disciplina. A primeira *International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS)* (Conferência Internacional sobre a História das Ciências da Linguagem) foi organizada por E. F. Konrad Koerner, em Ottawa, no ano de 1978. Esse foi o mesmo ano em que a *Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage (S.H.E.S.L.)* foi fundada em Paris por membros do CNRS. Posteriormente, em Oxford, no ano de 1984, foi estabelecido o *The Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas (HSS)*. Há outras, além dessas três, como, por exemplo, a *North American Association for the History of the Language Sciences (NAAHoLS)* fundada em 1987. (KOERNER, 2000, p. 2814; SWIGGERS, 2010, p. 01).

Podemos citar que um dos resultados desses projetos foi a compilação de antologias multiautorais sobre a história da Linguística. Entre as mais referendadas antologias, encontramos: Auroux (ed. 1989–2000), Auroux; Koerner; Niederehe; Versteegh (eds. 2000–2006), Lepschy (ed. 1994–98), Schmitter (ed. 1987–2007) e Sebeok (ed. 1975) entre outros. A História da Linguística como uma disciplina, de fato, só ocorreu depois da década de setenta. No entanto, não podemos pensar que antes da “institucionalização” dessa disciplina já não houvesse estudiosos que se propuseram a contar essa história. Os trabalhos do inglês Robins (1967), do francês Mounin (1967), do romeno Coseriu (1969, 1972) e, até mesmo, do brasileiro Mattoso Camara Jr. (original de 1962)⁶ são bons exemplos de manuais que tentaram escrever essa história.

No Brasil, a Historiografia da Linguística teve sua inserção efetiva no início dos anos noventa. De acordo com o levantamento feito por Batista (2013, p.27-28), há no Brasil três

⁶ Para ver uma lista de obras sobre a *História da Linguística* desde 1882-1976 ver Koerner (1978). De acordo com Koerner (2014, p. 11): “É verdade que podíamos talvez falar de uma tradição de 200 anos de escrita da história da Linguística, talvez a começar com o *Tableau des progrès de la science grammaticale* (1796, cf. Andresen, 1978) de François Thurot (1768-1832), embora várias obras anteriores já tenham sido citadas, por exemplo o *Versuch einer Historie der deutschen Sprachkunst* (1747), de Elias Caspar Reichard (1714-1791) (cf. Koerner, 1978c para referências a outras obras do século XVIII). Porém, como sugerem as fontes (Koerner, 1978c: 1-4), é apenas a partir de finais da década de 1860 que surge um tipo de tratamento mais profundo da história da Linguística, do qual a *Geschichte der Sprachwissenschaft* (1869), de Theodor Benfey (1809-1881) pode ser considerada como o exemplo mais paradigmático. Este trabalho tinha sido precedido pela obra de Heymann Steinthal (1823-1899), de 1863, que procurou substituir os três volumes de *Die Sprachphilosophie der Alten* (1838-1841) de Laurenz Lersch (1811-1849), mas que só trata das contribuições da Grécia e Roma para o pensamento linguístico”. Essas mesmas informações são encontradas também em Koerner (1995, p. 03; 2000, p. 2803).

grupos com maior destaque, todos em São Paulo. O primeiro está na Universidade de São Paulo (USP), o Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística, pertencente ao Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística. Esse grupo é coordenado pela Profa. Dra. Cristina Altman⁷. O Instituto de Pesquisas *Sedes Sapientiae* e dos cursos de Letras de pós-graduação da PUC-SP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) compõe o segundo grupo. O terceiro grupo de pesquisadores se encontra na Universidade de Campinas (Unicamp), cujo título do projeto é: História das Ideias Linguísticas: Ética e Políticas de Línguas. Esse grupo é coordenado pelos professores Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi⁸.

No Brasil, de acordo com a observação feita por Batista (2013, p. 17), parece que há uma distinção entre grupos de pesquisas ocasionada pela nomenclatura da área.⁹ Estas são as nomenclaturas que correspondem a esse campo de investigação: *Historiografia Linguística / Historiografia da Linguística (Linguistic Historiography / Historiography of Linguistics)*, *História das Ciências da Linguagem (History of Language Sciences)*, *História das Ideias Linguísticas (Histoire des Idées Linguistiques)*.¹⁰

O grupo de pesquisa CEDOCH parece se filiar, de forma mais direta, aos pressupostos teóricos e metodológicos definidos pela *Historiografia da Linguística*, nomenclatura adotada por Koerner e Swiggers. Por outro lado, a nomenclatura *História das Ideias Linguísticas (Histoire des Idées Linguistiques)* parece identificar os pesquisadores que se filiam a essa perspectiva em outra direção.

Segundo Batista (2013, p. 17):

A questão da nomenclatura da área espelha, possivelmente, uma marca de identidade entre grupos de pesquisa que se veem como distintos nos percursos e procedimentos que adotam para analisar a história dos estudos sobre a linguagem.

⁷ Para mais informações sobre esse grupo acessar: <http://linguistica.fflch.usp.br/cedoch> e http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/noticias_antiores.htm

⁸ Para mais informações sobre esse grupo ver: <http://www.unicamp.br/iel/hil/index.htm>

⁹ De acordo com Batista (2013, p. 17): “Na Europa, que até agora vem se firmando como o principal centro de produção e difusão das pesquisas historiográficas, a distinção entre *Historiografia da Linguística (Linguistic Historiography, Historiography of Linguistics* – nos termos de sua proposição original) e *História das Ideias Linguísticas (Histoire des Idées Linguistiques* – nos termos de sua proposição original) não parece ser tão marcante, no sentido de que não reflete uma barreira para trocas acadêmicas e intelectuais.”

¹⁰ Encontra-se também as nomenclaturas: *História dos Estudos da Linguagem* e *História do Conhecimento Linguístico*. Essas parecem ainda não terem se tornado alvo de uma polarização que representa esse ou aquele grupo de pesquisa no Brasil. Conforme pondera Batista, “essas são nomenclaturas neutras” (2013, p. 21). Não faremos uma distinção aprofundada desses termos.

No que se refere à produção intelectual, relativo ao âmbito nacional, podemos dizer que há vários trabalhos sendo publicados na área desde sua implementação¹¹. Altman (1998), Cavaliere (2000), Uchôa (2008), Batista (2013) são algumas das referências para essa área no Brasil.

Há, também, trabalhos como os de Dezotti (2011), Conto (2011), Fortes (2012) e Beccari (2013) que possuem uma aplicação teórico-metodológica dos conceitos oriundos desse ramo da *Linguística* em textos antigos, principalmente àqueles autores da Antiguidade greco-romana que se dedicaram a compilar tratados gramaticais sobre o grego e o latim, i.e., Apolônio Discolo (século II d.C.), Donato (séculos IV d.C.), Prisciano (século VI d.C.).

Em Dezotti (2011), assim como em Fortes (2012), encontramos uma utilização intercambiável entre as postulações das *Histórias das Ideias Linguísticas* marcadas pelas reflexões de Aurox (1992), assim como referências à *História da Linguística* e à *Historiografia da Linguística* em geral, oriundas das considerações de Koerner (1995).¹²

Em síntese, após realizarmos essa breve história da disciplina que norteia o nosso trabalho, justificamos que a escolha pela abordagem apresentada por Koerner e Swiggers configura-se por um motivo fundamental. Esse motivo está relacionado com o instrumental teórico e metodológico disponível nas obras de Koerner (1995) e Swiggers (2010; 2012) para tratarmos da escrita historiográfica de forma coerente. Nessas três referências, encontramos os princípios que regem um trabalho historiográfico, a saber: o princípio da contextualização e o princípio da imanência (1995, p. 13), bem como definições teóricas a respeito do campo e do estatuto epistemológico da Historiografia da Linguística (SWIGGERS, 2010, p. 01-02).

1.2 Revisão teórico-metodológica sobre a *Historiografia da Linguística*

O presente item tem como finalidade apresentar uma revisão teórico-metodológica da *Historiografia da Linguística*. Certamente, como acabamos de ver no item acima, os mais de quarenta anos de história dessa disciplina impossibilitam-nos de fazer uma descrição detalhada de todos os seus aspectos. Diante disso, só ressaltamos, neste item, os pressupostos que fundamentam nosso trabalho do ponto de vista historiográfico.

¹¹ Há uma lista de publicações após a década de noventa no Brasil; para isso, ver Batista (2013, p. 30).

¹² Fortes (2012) não faz referência direta a Koerner, mas considera em todo o seu trabalho as questões levantadas por Law (1987; 1993), pesquisadora essa que tentou descrever os gramáticos latinos de acordo com o contexto social, político e cultural em que se encontravam.

Nos primeiros questionamentos feitos por Koerner (1973 [1971]), em sua tese de doutoramento a respeito do pensamento Saussuriano, o autor apresenta sua versão sobre a necessidade de se repensar a escrita da história da Linguística, dizendo:

Eu tenho achado razões suficientes para questionar a maneira na qual a História da Linguística tem sido escrita. A História da Linguística tem sido quase que exclusivamente preocupada com ideias relativas à linguagem e sua investigação de forma cronológica (isso sugere que, ao mesmo tempo, teorias contemporâneas sejam muito mais sofisticadas, adequadas, e evidentemente superiores); em outras palavras, a evolução da Linguística é retratada como um mero processo de desenvolvimento por acumulação. A história do pensamento linguístico e relatos semelhantes são frequentemente baseados em estudos anteriores, muitas vezes confiando pesadamente em fontes secundárias e até mesmo terciárias. Os desenvolvimentos na Linguística são tratados quase completamente em isolado: a atmosfera intelectual geral do período em questão, a sociopolítica, o *background* cultural do qual ideias em particular e concepções emergiram não têm sido levadas em consideração. Além disso, histórias disponíveis no presente momento não têm tentado seriamente estabelecer um quadro teórico no qual o historiador da Linguística deva operar.¹³

(KOERNER, 1973, p. iii).

As palavras de Koerner refletem, de forma direta, o modo como a história da Linguística estava sendo escrita. Havia um desinteresse pelos processos culturais e contextuais, uma predileção por teorias mais recentes, ressaltando, assim, sua “superioridade” em relação às que lhes precederam. Além disso, a história da Linguística era contada quase que de forma cronológica, resultando, dessa forma, em uma visão progressista, marcada pelo processo de acumulação.

Diante desse quadro, que se desenhava em torno da escrita da história da Linguística, a necessidade de se criar uma teoria e um método para escrevê-la, com uma adequação contextual e fundamentada, deu origem à *Historiografia da Linguística*.

Nos termos de Swiggers:

¹³ Cf. “I have found sufficient reason to question the manner in which the history of linguistics has been written. Histories of linguistics have been almost exclusively concerned with relating ideas about language and its investigation in a chronological fashion (suggesting at the same time that contemporary theories are much more sophisticated, adequate, and evidently superior); in other words, the evolution of linguistics is depicted as a mere process of development-by-accumulation. Histories of linguistic thought and similar accounts are frequently based on earlier studies, often relying heavily on secondary and even tertiary sources. Developments in linguistics are treated almost completely in isolation: the general intellectual atmosphere of the period in question and the socio-political and cultural background from which particular ideas and conceptions emerged have not been taken into account. Furthermore, histories available to the present day have not seriously attempted to establish a theoretical framework within which the historian of linguistic ideas should operate.”

A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser positivo, i.e. estimulante, ou negativo, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado.

(SWIGGERS, 2010, p. 2).

Diante da definição de Swiggers, gostaríamos de ressaltar a natureza *interdisciplinar* da *Historiografia da Linguística*, segundo a qual é possível observar os pontos de interseção existentes entre a *Linguística* e outras disciplinas como, por exemplo, a *História*, a *Filosofia*, a *Sociologia da Ciência*, a *Retórica*, a *Lógica* (dialética) a *Teologia* etc. (SWIGGERS, 2010, 2013). É justamente nessa interseção que, ao investigarmos as “ideias linguísticas” presentes nos textos de Agostinho, lançamos mão das relações existentes entre a gramática e a filosofia (dialética/lógica) na Antiguidade greco-romana, com ênfase no período Tardio.

Uma das características que podemos destacar e que, de certa forma, são compartilhadas entre a *Historiografia da Linguística* e a *Filologia Clássica*, é o seu objeto. Pontuamos essa característica, pois o objeto primário da *Historiografia da Linguística* são os “textos, sejam eles publicados ou não” (SWIGGERS, 2013, p. 41). Em nosso caso, o que estamos adotando como “textos” são aqueles que a tradição filológica atribuiu aos autores da Antiguidade greco-romana.

No entanto, mesmo que essas duas disciplinas mantenham um objeto em comum, a metodologia, assim como a metalinguagem utilizada pelas duas disciplinas, é, em certa medida, distinta. A metalinguagem utilizada pelo historiógrafo da Linguística é vasta e demasiadamente extensa. As proposições teóricas do campo às vezes são de difícil aplicação ao *corpus* que está sendo analisado. Dessa forma, para não nos perdermos no emaranhado terminológico com o qual o historiógrafo precisa lidar, limitamo-nos a apresentar apenas o problema da metalinguagem e os três princípios da pesquisa historiográfica, de aplicação imediata em nosso trabalho.

Koerner, ao tentar descrever “o problema da metalinguagem” ou “a questão da metalinguagem”, pontua que:

O uso de uma terminologia atual na descrição de fases mais pretéritas no desenvolvimento do pensamento linguístico tem nos levado a uma variedade de problemas em nosso entendimento de teorias do passado.¹⁴

(KOERNER, 1995, p. 13).

¹⁴ Cf. “The use of present-day terminology in the depiction of earlier phases in the development of linguistic thought has led to a variety of problems in our understanding of past theories.”

A proposição de Koerner (1995) é totalmente pertinente, pois ela toca no ponto principal de uma pesquisa que lida com textos que foram produzidos em um contexto diferente do atual. A terminologia que foi aplicada para descrever um fenômeno na língua latina, por exemplo, não pode ser equiparado sem maiores explicações à nossa terminologia gramatical. Um exemplo que podemos dar sobre essa questão consiste em diferenciar, por exemplo, *partes orationis* (as partes da oração, um conceito antigo), de “classes de palavras” (um conceito moderno). Ainda que saibamos que uma está na base da outra, a relação estabelecida entre elas é assim assimétrica, ou seja, não se equivalem.

Koerner (1995, p. 13), tendo se deparado com essas questões, postulou três princípios historiográficos que ajudam “na apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos antigos”.

- a) *O primeiro princípio é o da contextualização*: em linhas gerais, esse princípio pontua a necessidade de se construir o “clima de opinião” do período em questão, ou seja, descrever o quadro social etc.
- b) *O segundo princípio é o da imanência*: preconiza um entendimento do texto em questão, um entendimento crítico e, se possível, filológico do texto.
- c) *O terceiro é o princípio da adequação*: de forma geral, o historiógrafo pode se aventurar a fazer aproximações com a terminologia atual. No entanto, uma justificativa de por que se está fazendo essa aproximação é necessária.

Em nossa dissertação, utilizamos mais explicitamente os dois primeiros conceitos, uma vez que os textos gramaticais antigos possuem uma terminologia específica para descrever a língua latina. Essa terminologia, por sua vez, faz parte da metalinguagem gramatical que elas possuíam.

O emprego de uma metalinguagem que trata os textos antigos de forma contextualizada visa a evitar o anacronismo. Nesse sentido, o *Know-how* linguístico obtido e implementado pelos gramáticos da Antiguidade Tardia, como, por exemplo, o de Agostinho, deve ser observado de acordo com as necessidades de sua época. O historiógrafo da Linguística, dessa forma, não pode estar desatento ao momento histórico em que determinada reflexão sobre a língua(gem) foi feita. Ele, além de ser um observador e leitor crítico, deve ser, também, um “intérprete do curso evolucionário do conhecimento linguístico” (SWIGGERS, 2013, p. 42).

Interpretar o conhecimento linguístico produzido ao longo dos séculos, seja por

gramáticos, filólogos etc., contribui para que tenhamos uma visão mais ampla do passado em relação aos saberes linguísticos, assim como contribui para que a narrativa historiográfica seja uma espécie de “moderadora” das teorias linguísticas, pois, como afirma Koerner:

a história da Linguística pode, muito bem, servir como um alerta contra as alegações exageradas, em termos de novidade, originalidade, inovação e revolução em nossas (re)descobertas e, assim, levar a um tipo menos polêmico de discurso científico, ou, como o falecido Paul Garvin sugeriu há muitos anos (Garvin 1970), uma ‘moderação na teoria linguística.’¹⁵

(KOERNER, 2003, p. 381).

Partindo dessa observação, evitando, assim, um entendimento “exagerado” do título que propusemos para esta dissertação, resta-nos dizer, justificando-o, contudo, que o “pensamento gramatical” de Santo Agostinho pode não tanto ser mapeado em um texto aqui ou ali, ele não só pode, mas deve ser interpretado de acordo com as vinculações sociais e filosóficas da época em que tais textos foram escritos, de acordo com o contexto específico em que tais reflexões sobre a linguagem foram postuladas.

Dessa forma, “o pensamento gramatical de Santo Agostinho” não é, e não deve ser, um título que retrate “todas” as ideias de Agostinho em torno da linguagem, mas ele merece ser um título que demonstra certa coerência entre algumas das ideias de Agostinho sobre a linguagem, de forma contextualizada e transversal, ao longo de sua obra, apesar das claras e evidentes limitações que tem um trabalho no nível de Mestrado. Portanto, o artigo definido *o* não expressa a totalidade nem dos trechos mapeados em obras diferentes para construir nosso trabalho, nem é uma definição fechada do ponto de vista hermenêutico, ou seja, esse artigo definido é, na realidade, uma espécie de representação do *corpus* Agostiniano que adotamos para a construção da nossa dissertação.

Assim como Koerner, em sua tese de doutoramento, apresenta quais são as ideias que estão por trás do pensamento saussureano em torno da linguagem no século XIX, nós, em nossa dissertação, dentro dos nossos limites, procuramos seguir os mesmos preceitos para a construção e nomeação do nosso trabalho.

Finalmente, podemos esclarecer, desde já, que o método adotado pelos estudiosos da

¹⁵ Cf. “The history of Linguistics may well serve as a guard against exaggerated claims in terms of novelty, originality, breakthrough, and revolution in our (re)discoveries and, thus, lead to a less polemic kind of scientific discourse, or, as the late Paul Garvin suggested many years ago (Garvin 1970), a ‘moderation in linguistic theory.’”

Historiografia da Linguística não é rígido, pois, se assim o fosse, o seu caráter *interdisciplinar* seria anulado. Koerner (1996, p. 56-57) ressalta que:

os historiadores da ciência Linguística terão de desenvolver seu próprio quadro de trabalho, tanto o metodológico, quanto o filosófico. Para isto, um conhecimento meticuloso de teoria e da prática em outros campos revelam-se verdadeiramente muito úteis, mesmo se o resultado for negativo, isto é, se o historiador da Linguística descobrir que este ou aquele campo de investigação histórica tem de fato pouco a oferecer em matéria de método historiográfico [...]

(in GODOY, 2009, p. 184-185).

As palavras de Koerner sugerem que o método seja construído pelo próprio pesquisador, já que o caminho percorrido por ele vai revelar quais foram as necessidades cumpridas ou não para a pesquisa. Swiggers (2013, p. 48) endossa essa ideia, dizendo que “cada historiador estabelece uma metodologia pessoal, em face do objeto estudado e em consonância com seus interesses, seu(s) conhecimento(s) e seu(s) objetivo(s)”.

II CONSTRUINDO O “CLIMA DE OPINIÃO”: UMA REVISÃO SOBRE O LUGAR DA GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA

2.1 Um conceito em formação: Antiguidade Tardia

A história tem a faculdade de nos confundir; ela nos confronta, incessantemente, com singularidades, diante das quais nossa reação mais natural é a de não enxergar; longe de constatar que não temos a chave adequada, nem sequer percebemos que há uma fechadura que deve ser aberta.

(VEYNE, 1998 [1971], p. 174).

As palavras de Veyne expressam um sentimento que o historiador possui ao se dedicar à escrita da história, uma vez que a incapacidade de perceber todos os momentos que compõem o quadro geral de um dado período parece ser não só uma parte do seu ofício, mas também uma característica intrínseca do seu objeto. Longe, certamente, de discutirmos o estatuto epistemológico da *História* ou de fornecer uma solução para esse problema, queremos apenas chamar a atenção para o fato de que, aparentemente, as chaves e fechaduras que encontramos para dissertar sobre o tema que propusemos nesse trabalho ora leva-nos a uma sala cheia de explicações, ora a um beco sem saída.

Com efeito, é nosso intento apresentar, neste capítulo, uma pequena contextualização do período da Antiguidade Tardia, destacando alguns fatos que dizem respeito à “transformação”¹⁶ do mundo clássico pagão para o que ficou conhecido nos estudos historiográficos como “ascensão” (*rise*) da Cristandade (BROWN, 2013 [1996]; 2006; JAMES 2008). Essa pequena apresentação do quadro histórico do período em questão serve para conseguirmos, pelo menos minimamente, abrir e espiar o mundo de Agostinho.

Para versarmos acerca desse tema, dividimos o presente capítulo em duas partes. Na primeira parte, dedicamo-nos a explicitar, do ponto de vista historiográfico, o conceito de *Antiguidade Tardia*,¹⁷ explicando assim, por que essa terminologia é sustentada em todo

¹⁶ O termo mais utilizado no livro de Brown (1971) é mudança (*change*) e não transformação (*transformation*). O uso desse termo nos estudos históricos a respeito da Antiguidade Tardia parece ter ganhado destaque em obras posteriores, como a de 1996, e nos estudos traçados pela coletânea de doze volumes, oriundas de um projeto com o título *The transformation of Roman World* (TRW), organizada pela *European Science Foundation* (1993-1997).

¹⁷ A primeira referência terminológica a esse período é o termo alemão *Spätantike*, utilizado por Wulff & Volbach em sua obra de 1926. Posteriormente reformulado por Peter Brown em 1971, e utilizado por Marrou em 1977. Para uma revisão do conceito *Spätantike*, ver Taurisano (2007) e James (2008). Usamos em todo o nosso trabalho o termo Antiguidade Tardia (*Late Antiquity*). No entanto, cabe ressaltar, pelos menos nesta nota, o quão difíceis e emaranhados esses termos são para os estudiosos desse tema, uma vez que a terminologia geralmente encontrada para tratar do período em questão (150-750 d.C.) são os termos “*late Roman*” e “*late Antiquity*”. Esses termos são utilizados por Brown (1971) como sinônimos. Porém, no trabalho publicado em 1967, Brown não menciona o termo “*late Antiquity*”, mas apenas o termo “*late Roman*”. Já no livro publicado por Brown em 1971, parece haver uma distinção bem sutil no uso desses dois termos para se referir a práticas políticas e intelectuais e religiosas específicas. Contudo, como pondera James (2008, p. 23), “se existe uma distinção entre

nosso trabalho. Destacamos também alguns fatos históricos que nos ajudam a entender que tipo de “transformação” ocorreu na sociedade romana do século II ao VI d.C.

Na segunda parte desse capítulo (itens 2.3 e 2.4), fazemos algumas considerações sobre a vida e da obra de Santo Agostinho. Para esse objetivo, selecionamos aspectos relevantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa, como, por exemplo, de que forma a gramática e a figura de gramáticos aparecem em seus escritos. Além disso, são feitas algumas considerações sobre as artes liberais, ressaltando, de forma panorâmica, o desenvolvimento das disciplinas que compõem o *Trivium* (gramática, dialética e retórica) na Antiguidade Tardia. Adotamos essa divisão apenas metodologicamente, não necessariamente conceitualmente, pois os limites das disciplinas na Antiguidade Tardia, mesmo já tendo adquirido um modelo fixo, parece ter sofrido alterações no período de Agostinho.¹⁸

Assim, a finalidade deste capítulo consiste em tentar construir “o clima de opinião” no qual o bispo de Hipona está inserido. Faz-se necessário, para isso, colocarmos em destaque quais eram as teorias e as indagações da época de Agostinho em relação à educação, ao aprendizado e ao ensino da gramática.

Além disso, em consonância com a nossa perspectiva teórica, já explicitada no capítulo I, não podemos nos esquecer de que, para se produzir um trabalho sólido, nesse

esses termos, elas possuem a seguinte tendência: o termo “*late Roman*” é usado por Brown para falar sobre a sociedade ou sobre o governo e “*late Antiquity*” quando se referia à vida intelectual e religiosa”. Além de Brown, Cameron, em seu texto de 1993, parece oferecer-nos uma observação interessante sobre a distinção existente entre a mudança social e a mudança religiosa desse contexto histórico. A autora faz duas considerações importantes ao dizer que “**a sociedade romana da época tardia, em si, estava mudando rapidamente** em vários aspectos importantes” (1993, p. 151, grifos nossos). Um exemplo que ilustra bem essa alteração são as invasões bárbaras. Por outro lado, mais adiante, quando Cameron se refere ao processo de conversão das famílias romanas mais célebres, ela ressalta o fato de que o processo de “**cristianização foi gradual.**” (1993, p. 159, grifos nossos). Neste sentido, se a mudança social se deu de forma mais rápida e o processo de cristianização ocorreu gradativamente, observamos que, mesmo sendo parte da mesma “transformação”, as alterações no campo social, aparentemente, em algum momento desse processo, se desenvolveram separadas da cristianização do Império Romano, configurando, assim, uma distinção pequena, porém considerável, entre os dois processos. Se tais características, de fato, procedem, então não é por acaso que a distinção feita por Brown 1971 deva ser levada em consideração.

¹⁸ O que estamos chamando de “reformulação” das disciplinas ou artes liberais, principalmente no que diz respeito à disciplina gramatical, não nos parece ser algo novo dentro dos estudos em História Antiga nem dentro da Historiografia da Linguística, vide a bibliografia que adotamos para compilação deste trabalho. No entanto, há uma questão importante a ser frisada: de que forma o historiógrafo da *Linguística* pode oferecer uma reflexão nova de fatos passados? Tal resposta parece estar contida nas considerações feitas por Law (2003) sobre o processo de observação para o historiógrafo da Linguística. Law (2003, p. 277-278) endossa a seguinte perspectiva: “a *observação* é uma habilidade essencial que o historiador precisa praticar (e, acredite em mim, isso não vem sem uma imensa porção de prática). A segunda qualidade vital, certamente para algum historiador intelectual, é uma sensibilidade às *metamorfozes* e aos processos de mudança através do tempo. [...] A terceira qualidade importante que o historiador da linguística necessita é: *uma percepção de quando algo novo aconteceu.*” (“Observation is one vital skill that the historian needs to practice (and believe me, it doesn’t come without a great deal of practice). The second vital quality, certainly for any intellectual historian, is a sensitivity to metamorphosis, to processes of change through time. [...] the third vital quality that the historian of linguistics needs: a sense for when something new has arrived.”).

campo de pesquisa, deve-se ter em mente que:

o historiógrafo da Linguística precisa, antes de tudo, ser um linguista, porque só munido dessa habilidade é que ele poderá realizar adequadamente críticas e análises de trabalhos relacionados à linguagem. Porém, não basta ao historiógrafo ser um linguista ciente de aspectos teóricos e práticos de sua área; é preciso também que o pesquisador conheça eventos situados na corrente histórica, ou seja, saiba história geral.

(BATISTA, 2013, p. 48).

A reflexão feita por Batista não só sustenta a importância do presente capítulo em nossa dissertação, mas também realça a ideia de que, para chegarmos a uma discussão mais coerente sobre o conhecimento que alguns autores pretéritos construíram sobre a linguagem, é preciso apresentarmos um pouco dessa história geral. Certamente, esse conhecimento nos ajuda a eliminar certos preconceitos e anacronismos que circundam tais reflexões, seja no campo da Historiografia da Linguística, seja na própria História.

Felizmente, de acordo com a perspectiva de análise traçada por O'Donnell (2006, p.6):

nosso conhecimento sobre o mundo de Agostinho tem se transformado desde a última geração. Desde o trabalho de Gibbon, pelo menos, o quarto e o quinto séculos tinham sido marginalizados na imaginação histórica de alguns especialistas. Gibbon descreveu o declínio do Império Romano como o triunfo do barbarismo e religião (em forma de Cristianismo).¹⁹

(O'DONNELL, 2006, p. 6).

A observação feita por O'Donnell pode ser entendida como uma tentativa de resgatar a importância que os autores desse período possuem para a história da literatura latina, bem como para a escrita da própria história. Retirar o estigma já enraizado em muitas análises literárias e historiográficas de que o Cristianismo e, por consequência, tudo aquilo que é derivado dele, seja o responsável pela “queda” do Império Romano, de fato, ainda não é tarefa fácil.

Para que uma reflexão lúcida sobre esse período possa ser feita, parece-nos prudente

¹⁹ Cf. “Our knowledge of Augustine’s world has transformed itself in the last generation. Ever since the work of Gibbon, at least, the fourth and fifth centuries had been marginalized in the historical imagination even of specialists. Gibbon described the decline of the Roman empire as ‘the triumph of barbarism and religion’ (in the form of Christianity).”

levarmos em consideração a afirmação do historiador francês Henri-Irénée Marrou em seu último livro, publicado em 1977. Marrou, ao refletir sobre o conceito de “*Late Antiquity*” (Antiguidade Tardia), que Brown havia formulado em seu trabalho de 1971, relata-nos que:

Seria preciso, enfim, consentir a admitir que a Antiguidade Tardia não é só a última fase de um desenvolvimento contínuo; é uma outra Antiguidade, uma outra civilização, cuja originalidade é preciso aprender a reconhecer e a julgar por ela mesma, e não através de um cânon de épocas anteriores.²⁰

(MARROU, 1977, p. 13).

As palavras de Marrou se refletem de forma direta no modo como os historiadores, depois da década de sessenta, veem esse período. Cada vez mais se tem ideia de que a Antiguidade Tardia não consistiu na “queda, fim ou declínio” da sociedade romana, mas representou um momento de “transformação” entre duas “Antiguidades diferentes”.

Nesse sentido, Brown (1971), Marrou (1977), Cameron (1993), Veyne (2011), entre outros, descrevem esse período como Antiguidade Tardia para tentar fugir da concepção de “declínio e queda” traçada no século XVIII pelo famoso historiador Edward Gibbon, em sua volumosa obra intitulada de *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788), e, assim, trazer à tona uma observação mais condizente com a sociedade romana da época. Contudo, mesmo com as inúmeras observações feitas por Brown (1971, 1978, 2009, 2010, 2013 [1996]), alguns estudiosos como Grimal (2010 [2003]) ainda preferem retratar o século de Constantino como “a morte de um Império”. Ward-Parkins (2005, p. 183), por exemplo, é contrária à visão histórica defendida por Brown, ao destacar que “existe um perigo real para os dias de hoje, em uma visão do passado que tenta explicitamente eliminar toda crise e todo o declínio”²¹.

A posição adotada por Ward-Parkins a respeito da Antiguidade Tardia, ainda que possua uma crítica importante em relação à utilização exagerada de determinados termos na análise historiográfica, está impregnada de conotações negativas sobre os processos culturais que a envolvem. Nesse sentido, Ward-Parkins fornece um quadro histórico e literário que não condiz com a possível prática intelectual da sociedade romana tardia.

²⁰ Cf. “Il faudrait enfin consentir à admettre que l'antiquité tardive n'est pas seulement l'ultime phase d'un développement continu; c'est une autre antiquité, une autre civilisation, qu'il faut apprendre à reconnaître dans son originalité et à juger pour elle-même et non à travers les canons des âges antérieurs.”

²¹ Cf. “I also think there is a real danger for the present day in a vision of the past that explicitly sets out to eliminate all crisis and all decline.”

James (2008, p. 27), por exemplo, pondera que:

a Antiguidade Tardia foi um período de grande inovação e de atividade estimulada; ela não foi o período de declínio. **Declínio** tem sido banido do vocabulário dos estudiosos da Antiguidade Tardia.²²

As opiniões de Ward-Parkins (2010) e James (2008) em relação à Antiguidade Tardia são antagônicas e revelam o quão delicados e inflamados são os discursos que cercam a análise do referido momento histórico. No entanto, ao que nos parece, a visão sustentada por James (2008) parece-nos mais convincente. Para isso, basta apenas considerarmos que a literatura cristã produzida nos séculos IV e V d.C., por autores como Agostinho, Ambrósio e Jerônimo, pode dificilmente ser tomada, recentemente, como um fator de “decadência” e, por isso, uma literatura de valor menor. Ao contrário dessa perspectiva, temos que essa literatura foi uma forma de expressão cultural e religiosa diferente daquela que a precedeu.

Diante, portanto, do processo metonímico que há entre o nascimento do Cristianismo e os grandes textos que fazem parte dessa tradição religiosa, Marrou (1977, p. 153) endossa, de forma clara, que:

o Cristianismo, com efeito, é uma religião acadêmica. Ele não pode se separar das *Sagradas Escrituras*, a fonte de sua revelação, o lar de seus dogmas; ela exige, pelo menos para o seu clero, o mínimo de cultura literária: acesso aos livros sagrados, aos textos da liturgia — agora, temos visto, codificadas —, as coleções de decisões conciliares e de outras fontes do direito canônico.²³

²² Cf. “Late Antiquity was a time of great innovation and excited activity; it was not a time of decline. ‘Decline’ has been banned from the late antiquity’s vocabulary.” (Grifo nosso). Ward-Parkins (2005, p. 182) rebate essa ideia dizendo que: “Eu tenho ficado cada vez mais perplexo, pois a palavra ‘declínio’ tem sido tão contestada na escrita histórica, uma vez que ‘ascensão’ está sendo usado o tempo todo sem ninguém pestanejar. Talvez a dificuldade repouse na psicologia moderna. ‘Declínio’, bem como suas conotações fortemente negativas, talvez também morais. Nós tendemos a usá-lo com um sentido de que alguém pode e deve ser responsabilizado pela mudança, como um ‘declínio nos padrões educacionais’. Eu tenho utilizado ‘declínio’ neste livro em seu sentido negativo, muito explicitamente, porque eu acredito que uma grande parte foi perdida com o fim da antiga sofisticação; mas eu espero que eu não esteja culpando ninguém, deliberadamente, por ter causado o declínio que tenho traçado [...] Hoje em dia, os historiadores parecem se sentir mais confortáveis, discutindo a ‘ascensão’ disto ou daquilo, porque não há nenhum risco neste vocabulário de alguém ser criticado ou fazer um juízo de valor negativo...” (“I have indeed become increasingly puzzled that the word ‘decline’ should be so contested in historical writing, when ‘rise’ is used all the time, without anyone ever batting an eyelid. Perhaps the difficulty lies in modern psychology. ‘Decline’, as well as its strongly negative connotations, perhaps also has moral ones. We tend to use it with a sense that somebody can and should be blamed for the change—as with a ‘decline in educational standards’. I have used ‘decline’ in this book in its negative sense, very explicitly, because I believe a great deal was lost with the end of ancient sophistication; but I hope that I am not blaming anyone for deliberately causing the decline that I have charted [...] Present-day historians seem to feel more comfortable discussing the ‘rise’ of this or that, because there is absolutely no risk in this vocabulary of anyone being criticized or any negative value judgement being made...”).

²³ Cf. “Le christianisme en effet est une religion savante. Il ne peut se séparer de l’Écriture sainte, source de sa révélation, foyer de sa dogmatique; il exige, au moins pour son clergé, un minimum de culture lettrée: accès aux Livres saints, aux textes de la liturgie — désormais, on l’a vu, codifiée —, aux recueils des décisions conciliaires

(MARROU, 1977, p. 153).

É nesse ponto que podemos dizer que a observação feita por Gibbon e seguida por outros historiadores como Ward-Parkins não possui consistência. Conte (1994, p. 621), por exemplo, através das suas análises sobre a história da Literatura Latina, possui a mesma posição adotada por Brown (1971), Cameron (1993) e Marrou (1977), dizendo que:

Se o terceiro século marcou um dos períodos mais difíceis para os Romanos, o quarto século testemunhou um impressionante renascimento [...] um florescimento literário que é um dos mais impressionantes na história de Roma.²⁴

(CONTE, 1999, p. 621).

A ponderação feita por Conte, bem como aquelas apresentadas pelos historiadores que vimos acima, abrem uma brecha para que possamos considerar que, se houve um “declínio” da sociedade romana dita “clássica”, tal afirmação está de acordo com uma perspectiva histórica mais preocupada em resgatar, nostalgicamente, os dias áureos de uma República de Cícero ou, então, as glórias de alguns dos Césares. Contudo, se, por outro lado, a história que se pretende “narrar” procura investigar, de fato, os séculos III, IV e V d.C., e os acontecimentos que marcaram esse período, deve-se empreender, portanto, uma análise da literatura cristã, da Igreja, dos chamados “bárbaros”, sejam eles cristãos ou não, do Império de Constantino e Teodósio, em síntese, da Antiguidade Tardia.

2.2 Alguns fatos históricos: a Cristandade e os pagãos

O Édito de Milão (conhecido também como Édito da Tolerância, contido na obra de Lactâncio, *De mort., pers.*, 48, 2), sancionado pelo então imperador do ocidente, Constantino (312–337 d.C.), e por Licínio, o imperador da parte oriental, em 313 d.C., representa um dos marcos mais importantes para história do Cristianismo. Seu conteúdo diz respeito ao pacto criado pelos dois imperadores, com o intuito de conterem a intolerância existente entre pagãos

et autres sources du droit canon.”

²⁴ Cf. “The great cultural Renaissance. If the third century marked one of the most difficult periods for Latin culture, the fourth witnesses an impressive revival [...] a literary flourishing that is one of the most impressive in the history of Rome.”

e cristãos. Um ano antes do Édito de Milão, Constantino já havia recuperado a Itália das mãos de Maxêncio, derrotando-o na batalha da Ponte Mílvio.

Na resenha feita por Veyne (2011), a respeito desses acontecimentos, temos que:

No decênio seguinte, em 324, a religião cristã assumia, com um golpe único, uma dimensão "mundial", e Constantino estaria alçado à estatura histórica que dali em diante seria a sua: ele acabava de esmagar Licínio no Oriente, outro pretense "perseguidor", e, assim, restabelecia sob seu domínio a unidade do Império Romano, reunindo as duas metades sob o seu cetro cristão. O Cristianismo dispunha daí em diante desse imenso império que era o centro do mundo e que se considerava com a mesma extensão da civilização. Aquilo a que se chamará por longos séculos de Império Cristão, sim, a Cristandade, acabava de nascer. Constantino apressou-se a sossegar seus novos súditos e lhes prometer, invertendo os termos de 312, que os pagãos do Oriente seriam tratados em pé de igualdade com os cristãos: que permanecessem insensatamente pagãos, "que possuíssem, se assim o desejassem, seus templos de mentira", templos que, assim, não deviam ser destruídos. O tempo avançara: em 312 a religião tolerada era o Cristianismo, em 324, era o paganismo.

(VEYNE, 2011, p. 8-9).

Essas séries de eventos transformaram o mundo antigo, em definitivo. A atitude tomada por Constantino alterou o lugar que pagãos e cristãos ocupavam naquele momento dentro da sociedade romana. Constantino promete tratar de forma igualitária os pagãos, pois seus "templos de mentira" não representam mais uma ameaça para o "cetro cristão". Além disso, observa-se que essa mudança teve outros fatores importantes, como, por exemplo, os pagãos convertidos não queriam mais retornar ao paganismo, bem como tiveram "o apoio incondicional da maioria dos Césares, tornados cristãos ao longo do século IV d.C." (VEYNE, 2011, p. 5).

Nesse sentido, essa transição não pode ser entendida e nem interpretada como uma mera mudança de hábitos e práticas religiosas, mas deve ser observada como uma profunda mudança social, política e, principalmente, religiosa, que teve inúmeras consequências. Dentre elas, podemos citar uma alteração no modelo educacional romano. Daremos ênfase, em nossa pesquisa, ao papel que a gramática passou a exercer na Antiguidade Tardia. Porém, mais do que isso, Agostinho, por exemplo, colocou o estudo da dialética em um lugar de destaque, sendo esta a segunda etapa do processo educacional proposto por ele em seu livro *De ordine*.²⁵

²⁵ Parafrazeando Luhtala (2005, p. 69), podemos fazer um adendo ao dizer que a dialética não era uma disciplina proeminente no esquema traçado por Cícero, mas que na Antiguidade Tardia seu papel ganhou destaque por se tornar uma ferramenta importante para todo tipo de aprendizado. Agostinho se dedicou a escrever um texto sobre o tema, seu *De dialectica*, que parece ser um bom exemplo de sua preocupação com esse ensinamento.

É importante também frisar que as mudanças da época de Constantino não foram repentinas; tratava-se, antes, de mudanças de mentalidade que ocorreram de modo lento. Com efeito, uma espécie de crítica, mesmo que sutil, a respeito dos hábitos religiosos da sociedade romana, encontrava-se já disseminada em relatos de autores considerados pagãos.²⁶ No *Satyricon*, Petrônio (século I-II d.C.), através da escrava Quirila, faz uma crítica ao sistema politeísta romano, ao dizer que: “a nossa terra está tão atulhada com a abundância de divindades que é mais fácil encontrar um deus do que um homem.”²⁷ Mesmo que o relato de Petrônio esteja comprometido com um discurso diferente daquele encontrado nos autores cristãos, esse relato é um indício de que o sistema religioso romano já enfrentava problemas bem específicos havia bastante tempo.²⁸

Não é por acaso, portanto, que os cristãos, mais tarde, utilizaram-se dessa “abundância de divindades” presentes nos cultos politeístas para firmarem sua posição em relação a esse assunto, pregando que só há um Deus.²⁹ Santo Agostinho fornece-nos bons exemplos sobre o tema. No *De uera religione* (I, 1, 1), ele diz:

O caminho de toda vida boa e feliz encontra-se na verdadeira religião. Por ela, é adorado o único Deus, com piedade muito pura. E é ele reconhecido como o princípio de todos os seres, origem, aperfeiçoamento e coesão de todo o universo. Assim, é por aí que se manifesta o erro dos pagãos. Em vez de adorarem o único verdadeiro Deus, Senhor de tudo, preferiram adorar muitos deuses.³⁰

(AGOSTINHO, *De uer. relig.*, I, 1, 1).

Além dessa passagem, presente no *De uera religione*, na qual Agostinho expõe sua

²⁶ Tácito, *Ann.*, XIII, 32; Suetônio *De vit.*, *Caes.*, XVI, 64; XXV, 4; Plínio, o Jovem, *Ep.*, X, 96.

²⁷ Tradução de Aquati (2008, p. 30).

²⁸ Nesse ponto, temos que apresentar os fatos sob outra perspectiva, ou seja, a história da religião romana antes do advento do Cristianismo não é colocada como sendo “falsa” ou “inválida”. Se assim agíssemos, estaríamos cometendo o erro de historiadores pretéritos que preferiram desqualificar um segmento religioso (o Cristianismo) em prol de uma análise unilateral do passado. Diante disso, colocamos como contraponto a opinião de Leppin (2007, p. 96-97) sobre a transformação da religião romana ao dizer que: “a história religiosa daqueles anos parece estar marcada por uma evolução clara e simples: a religião cristã, que tinha sido oprimida e perseguida em início, nomeadamente, por Decius, Valeriano e Diocleciano, vence o paganismo; a conversão de Constantino causa a adoção do Cristianismo como a religião oficial do Império Romano. Se nós seguirmos esta visão, nós seremos vítimas da interpretação cristã da história com estes conceitos antagonísticos de religiões ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’. No entanto, a história é mais complexa. O paganismo é uma noção judaico-cristã”. (“The religious history of those years seems to be marked by a clear and simple development: the Christian religion, which had been oppressed and persecuted in the beginning, namely by Decius, Valerian, and Diocletian, triumphs over paganism; Constantine’s conversion brings about the adoption of Christianity as the religion of the Roman empire. If we follow this line, we fall victim to the Christian interpretation of history with its antagonistic concept of “true” and “false” religions. But history is more complex. Paganism is a Judeo-Christian notion.”).

²⁹ O famoso discurso de Paulo aos atenienses (*Atos*, 17: 18-32) tem como motivo precisamente a pregação da existência de um único Deus, cristão, sobre a pluralidade dos deuses pagãos, conhecidos e até mesmo desconhecidos.

³⁰ Tradução de Oliveira (2007 [2002], p. 26).

inquietação relativa aos deuses pagãos, o então bispo de Hipona, em seu *Sermão 81 I, 9*, parece também fazer uma crítica bem forte ao politeísmo romano ao afirmar que:

Os deuses em que os romanos puseram a sua esperança, precisamente os deuses romanos, em que os pagãos romanos puseram a sua esperança, vieram de Troia, que se consumia em chamas, para fundar Roma. Os deuses romanos foram os primeiros deuses troianos. Ardeu Troia e Eneias levou consigo os deuses fugitivos. Ou melhor, fugindo, levou consigo as imagens inertes dos seus deuses. Estes apenas puderam ser levados, pois, por um fugitivo, que por si só não teriam podido fugir. E como ele veio para Itália com esses mesmos deuses, foi com deuses falsos que fundou Roma.³¹

(AGOSTINHO, *Serm.*, 81 I, 9).

De acordo com os dois relatos de Agostinho, “o erro dos pagãos” está contido na adoração a vários deuses. Deuses esses que vieram de Troia e só chegaram ao Lácio, porque foram carregados por um fugitivo, fundando, assim, “uma religião falsa”. O argumento apresentado por Agostinho fundamenta sua visão de que o Cristianismo é orientado por um Deus que não se transforma por causa das adversidades mundanas, mas que permanece eterno.³²

Essa, de fato, foi uma das mudanças religiosas mais complicadas do mundo antigo e que não é isenta de consequências para o entendimento da história da Igreja e do Império Romano tardio, cujo exame, no entanto, extrapola o escopo deste estudo. O elo existente entre pagãos e cristãos transcendeu, porém, a esfera religiosa. Brown informa-nos que por volta de 120 d.C.:

em Roma, a Igreja é mantida por ricos protetores, cujos contatos com a comunidade pagã em seu conjunto lhe valeram proteção e prestígio. Conforme se podia prever, o coração dos cristãos influentes está dividido entre as exigências de solidariedade e intercâmbios sinceros entre cristãos e a preocupação com os negócios, e, pois, de seus contatos com os amigos pagãos. A opulência de sua casa e o futuro de seus filhos os preocupam.

(BROWN, 2009, p. 233).

Um exemplo dessa relação estabelecida entre os cristãos e pagãos encontra-se no texto *Contra Academicos* de Agostinho. Nesse pequeno diálogo, observamos que Agostinho tinha

³¹ Tradução de Urbano (2010, p. 80).

³² Na Grécia Antiga, os deuses representados pela figura central do panteão de Zeus não deu origem a todas as coisas. Zeus foi criado por outro deus, ele possuía irmãos. Sua figura representa também um filho que se rebelou contra o pai e o matou. No Cristianismo, por outro lado, temos um deus que deu origem a todas as coisas. Teve um filho que se sacrificou pela humanidade.

um amigo pagão, que não somente lhe havia confiado o financiamento dos seus estudos em Roma, mas também entregue aos seus cuidados a iniciação de seu filho à disciplina filosófica. Romaniano³³ é essa figura na vida de Agostinho, ao qual, como forma de agradecimento, dedicou essa obra. Em uma das passagens do *Contra Academicos* temos:

Não retribuirei os teus favores? Por acaso é pouco o que te devo? Quando, pobre adolescente, fui estudar em outra cidade, acolheste-me em tua casa, às tuas custas, e o que é mais, no teu coração. Quando perdi meu pai, consolaste-me com a tua amizade, animaste-me com teus conselhos, ajudaste-me com teus recursos. Em nosso próprio município, teus favores, tua amizade, a partilha de teu lar tornou-me quase tão ilustre e notável como tu.³⁴

(AGOSTINHO, *Cont. Acad.*, II, 3).

Ao proferir seu agradecimento a Romaniano, Agostinho pode ser considerado como um dos romanos que tiveram seu futuro assegurado graças à amizade de um homem pagão. Chin (2008, p. 69) faz menção à heterogeneidade desse processo, que forma uma espécie de identidade cultural específica, marcada por esses dois lados: o pagão e o cristão. Sua constituição deu-se da união de homogeneidades diferentes: a “Igreja de Cristo” e o “culto dos ídolos”.³⁵

Além do avanço do Cristianismo, outro fato importante para a transformação da sociedade imperial tardia está relacionada às invasões bárbaras (CAMERON, 1993, p. 151).³⁶ Se somarmos, então, estes fatores: o nascimento do Cristianismo em convivência com os costumes pagãos, mais as invasões dos povos bárbaros em várias partes do Império Romano o quadro cultural que teremos é múltiplo.

O “multiculturalismo” (JAMES, 2008, p. 29) seria, portanto, uma marca da Antiguidade Tardia, uma vez que as invasões bárbaras, ao mesmo tempo que representaram uma ameaça à estabilidade do Império, também o enriqueceram, de certa forma, com o contato estabelecido entre os bárbaros e os romanos. Historiadores, como, por exemplo, Wallace-Hadrill (1962, p. 21), reconhecem que os povos bárbaros representados,

³³ Romaniano era um maniqueísta que, provavelmente, se converteu em 408 d.C., pai de Licêncio um dos discípulos de Agostinho. Ele foi o preceptor de Agostinho, financiando os seus estudos em Cartago. Para um estudo detalhado sobre o papel de Romaniano na vida de Agostinho, ver BERMON, sd, pp. 1798-1810.

³⁴ Tradução de Belmonte (2008, p.71)

³⁵ Cf. “... the heterogeneities that constitute it into two single homogeneities, the ‘church of Christ’ and the ‘worship of idols’.”

³⁶ Para entender a “invenção do bárbaro” na Grécia antiga, ver Hartog (1999). Historiadores da Grécia antiga como Heródoto e Tucídides já faziam distinções entre os que eram, ou melhor, poderiam ser considerados helênicos e os outros povos. Os romanos parecem ter seguido essa distinção em grande parte

principalmente, pelos Godos, Ostrogodos, Vândalos, Hunos, “eram povos antigos, mas não selvagens, pois eles tinham um conjunto de hábitos e uma cultura complexa”³⁷.

Dessa forma, podemos observar, modernamente, do ponto de vista histórico, que a participação dos povos bárbaros no processo de “transformação” político-cultural do Império Romano é um fator essencial, porém, não sem consequências mútuas entre “esses povos”. Esse “multiculturalismo” fez com que a organização entre pagãos, cristãos e bárbaros fosse alterada.

Santo Agostinho, em sua *Cidade de Deus*, fornece-nos um bom exemplo desse fenômeno, ao dizer que:

Mas de facto os ferozes bárbaros pouparam-lhes a vida contra os costumes normais das guerras, **por amor ao nome de Cristo**, quer em outros lugares quaisquer, quer nos recintos consagrados ao seu culto, e, para que a **compaixão** se tornasse mais extensiva, escolheram os mais amplos destinados a recolher multidões. **Deviam atribuir isto ao Cristianismo**. Era a ocasião propícia para que dessem graças a Deus e recorressem ao seu nome com sinceridade, evitando assim as penas do fogo eterno, aqueles que em grande número escaparam às presentes calamidades usando **hipocritamente** desse mesmo nome. Porque muitos dos que vês agora insultar com petulância e sem vergonha os servos de Cristo, não teriam escapado àquela carnificina e àquele flagelo se não tivessem fingido que eram servidores de Cristo. E agora — ingrata soberba e ímpia loucura! — de coração perverso resistem ao seu nome; ao qual se recolheram um dia para gozarem da vida temporal, tornando-se réus das trevas eternas.³⁸

(AGOSTINHO, *De Ciui. Dei*, I, 1, 3 – grifo nosso).

A passagem contida no relato de Agostinho remonta ao saque de Roma feito por Alarico, o Godo, no ano de 410 d.C. Agostinho, assim, utiliza-se de um momento de temor para exaltar o Cristianismo e atribuir-lhe o fato de Roma ter sido salva da destruição.

Em seu *De excidio urbs*, bem como em outros sermões (81, 105, 113/A, 296), Agostinho ressalta esse momento que abalou as estruturas do Império Romano. No *De excidio urbs* I, 2, 2, ele relata que: “da cidade de Roma, porém, quantos fugiram e não-de voltar, quantos ficaram e se salvaram, quantos, nos lugares sagrados, não foram atingidos!” Os lugares sagrados a que Agostinho se refere são as basílicas de São Paulo e São Pedro. Urbano nos informa que:

³⁷ Wallace-Hadrill (1962, p. 21): [“(eles) eram povos antigos, (eles) tinham um conjunto de hábitos e tradições complexas; bárbaros, mas não selvagens.”] (“They were old peoples, of set habits and complex traditions; barbarians, but not savages.”).

³⁸ Tradução de Dias Pereira (1996, p. 102).

Por ordem expressa do invasor bárbaro Alarico, que, embora herege, era cristão, as basílicas de S. Pedro e S. Paulo foram poupadas ao saque e designadas lugar de refúgio. Muitos que se recolheram nestes templos, foram poupados à violência.

(URBANO, 2010, p. 44).

A disputa travada por bárbaros e cristãos pelo território romano fez com que os conflitos diretos entre pagãos e cristãos ficassem menos acentuados. No entanto, como apresenta Cameron (1993, p. 163), o final do século IV d.C., mesmo não possuindo um embate direto entre pagãos e cristãos, representou um período tenso nas relações sociais.³⁹ Como tentamos demonstrar mais acima, havia trocas de favores mútuas entre esses dois segmentos da aristocracia romana.

Diante desses fatos, por mais que alguns estudiosos, como, por exemplo, Gibbon, tivessem “marginalizado” (O’DONNELL, 2006, p. 6) esse período histórico, isso parece não se sustentar mais. A resposta dada por Bowersock, Grabar & Brown (2001, p. X) sugere, *grosso modo*, que esses historiadores do “passado” fizeram uma leitura superficial do contexto Tardio ou, então, não conseguiram perceber que as estruturas que deram origem àquele período histórico ainda fazem parte da nossa sociedade. É justamente na tentativa de se fazer “justiça” à Antiguidade Tardia que os autores disparam contra as ideias presentes em Gibbon, endossando a teoria de que:

se nós não gostamos do que vemos na Antiguidade Tardia é porque, frequentemente, as ideias e as estruturas que começaram a surgir naquele tempo ainda estão em nossa sociedade. Elas têm o poder para se mover ou para repelir-nos igualmente hoje.⁴⁰

(BOWERSOCK; GRABAR; BROWN, 2001, p. x).

Assim, seguindo Bowersock, Grabar & Brown (2001), propomos abordar o pensamento gramatical apresentado por Agostinho à luz da Antiguidade Tardia, pois esses fatos históricos, que apresentamos acima, e os fatos gramaticais, que trataremos mais adiante, são desenvolvimentos pertencentes à Antiguidade Tardia. Portanto, nossa investigação limitar-se-á ao contexto Tardio, recorrendo às vezes a outros períodos históricos próximos ao de Agostinho.

³⁹ Cf. “But even if pagans and Christians were not necessarily in conflict during the late fourth century, this was certainly a tense period in cultural and social relations” (CAMERON, 1993, p. 161).

⁴⁰ Cf. “If we do not like what we see in late antiquity, it is often because the ideas and the structures that first emerged at that time are still with us. They have the power to move or to repel us even today.”

Destarte, qualquer reflexo que poderemos supor ou ainda vislumbrar do pensamento agostiniano em autores modernos opera-se muito mais para revelar que esses desdobramentos já estavam presentes em textos antigos, do que se configura uma tentativa de explicar o passado sob a ótica estrita do presente ou motivado por questões inteiramente centradas no presente, sem consideração com o contexto histórico. Citando Auroux, sabemos que todo conhecimento é uma realidade histórica, uma vez que o saber é limitado; por definição, ele possui, por sua vez, uma espessura temporal que indica, ao mesmo tempo, um horizonte de retrospecção, bem como um horizonte de projeção (1992, p. 11).

2.3 *Aurelius Augustinus*: um douto na Antiguidade Tardia

Como foi apresentado nos dois itens acima, Agostinho viveu em uma época plena de acontecimentos históricos que ocasionaram uma transformação profunda na sociedade romana. O Cristianismo alcançou um lugar de destaque no século de Agostinho, uma vez que tinha acabado de se tornar a religião oficial do Império Romano, graças aos esforços de Constantino I. No entanto, para que possamos construir o contexto histórico no qual as reflexões gramaticais de Agostinho se inserem, é necessário também tecer algumas considerações sobre o autor.

Empreender uma espécie de cronologia que represente, de forma eficaz, a vida e a obra de um dos pensadores mais importantes da tradição ocidental, não é uma tarefa fácil. Além disso, sempre há o perigo de cairmos nas descrições triviais, recorrendo, deste modo, a passagens famosas e a citações, se é que podemos nos referir dessa forma, canonizadas pelo uso constante. Contudo, como apresentar uma descrição clara e resumida, e, ao mesmo tempo, adequada aos nossos propósitos, de uma biografia tão vasta como a de Santo Agostinho?⁴¹

Com o intuito de acharmos um caminho sem muitos obstáculos e, ao mesmo tempo, sermos mais precisos em nossa narrativa sobre a formação desse grande doutor da Igreja,

⁴¹ É importante ressaltar que há muitas biografias e estudos feitos sobre a vida e a obra de Agostinho. A tarefa de empreender uma leitura de uma bibliografia tão vasta como a que possuímos sobre nosso autor é, certamente, impossível. Só para citarmos as mais famosas: Brown (1967); Morhmann *et alia* (1975); Stump & Kretzmann (2006); Gareth (2005); Capatano (2010); O'Donnell (2006, 2014). A obra mais utilizada para a composição desse capítulo é a de Brown (1967). Essa obra foi mais utilizada, pois retrata a vida de Agostinho com mais detalhes antes de sua conversão. Esse é o período que mais condiz com a nossa tentativa de reconstruir contexto histórico no qual Agostinho estava inserido.

seguimos minimante o esquema adotado por O'Donnell (2006). Este estudioso apresenta uma divisão a respeito da vida de Agostinho, ressaltando o fato de que “no mundo desse jovem, ainda estava fácil imaginar um mundo sem o Cristianismo; no mundo de sua velhice, estava começando a ser impossível fazê-lo”⁴².

Sabemos que *Aurelius Augustinus* (conhecido também como Agostinho de Hipona ou, ainda, Santo Agostinho) nasceu em Tagaste, província romana situada no norte da África, no ano de 354 d.C. e morreu na cidade africana de Hipona em 430 d.C. (CONTE, 1999, p. 531). Filho de Mônica, católica fervorosa, e de Patrício, pelo que sabemos, um pai pagão, Agostinho teve seus estudos financiados por seu amigo Romaniano, a quem, tempos mais tarde, tenta convencer a se tornar cristão e a deixar de lado a doutrina maniqueísta, que outrora o mesmo Agostinho o havia persuadido a seguir.

Se adotarmos aquela observação feita por O'Donnell (2006) acerca das duas fases mais características que dizem respeito à vida de Agostinho, tal visão nos ajudaria a entender que existe, entre uma etapa e outra, um momento de “transformação”. Porém, dentro dessa divisão, queremos destacar três aspectos importantes: um filosófico, um relativo à educação na Roma de sua época, e, por fim, um relativo ao papel dos gramáticos e da gramática para sua formação.

Agostinho experimentou várias doutrinas filosóficas ao longo de sua vida pré-cristã. Seu gosto pelo estudo da filosofia parece ter-se dado após ter lido *Hortensius*, o livro perdido de Cícero. Antes da conversão, Agostinho foi adepto basicamente do maniqueísmo (373-384), do ceticismo (386-387) e do neoplatonismo.⁴³ A dualidade contida no discurso maniqueísta⁴⁴ seduziu Agostinho quando ele ainda tinha dezenove anos de idade (*Aug. Conf.*, IV, 1.1). O embate entre o *Bem* e o *Mal* foi, por nove anos, a doutrina filosófica seguida pelo jovem Agostinho. Essa conversão, contudo, custou-lhe a carreira de advogado, desfazendo as intenções almejadas por Patrício e seu amigo, Romaniano, de torná-lo um funcionário pertencente ao quadro dos servidores imperiais.⁴⁵

⁴² Cf. “In the world of his youth, it was still easy to imagine a world without Christianity; in the world of his old age, it was beginning to be impossible to do so.”

⁴³ O neoplatonismo, bem como as outras influências filosóficas recebidas por Agostinho, não desaparece de suas reflexões. O neoplatonismo, por exemplo, é alvo de várias investigações filosóficas feitas por Agostinho sobre os mais variados temas e em diversas obras diferentes.

⁴⁴ Segundo REALE & ANTISERI (2003, p. 83): “Agostinho abraçou o maniqueísmo, que parecia oferecer-lhe ao mesmo tempo uma doutrina de salvação em nível racional e um espaço também para Cristo. O maniqueísmo, uma religião herética fundada pelo persa Mani no século III, implicava: 1) um vivo racionalismo; 2) um marcado materialismo; 3) um dualismo radical na concepção do bem e do mal, entendidos não apenas como princípios morais, mas também como princípios ontológicos e cósmicos.”

⁴⁵ Agostinho (*Conf.* III, 3,6) diz que: “Os estudos a que me entregava, e que se apelidavam de honestos, davam entrada para o foro dos litígios, onde me deveria distinguir tanto mais honrosamente quanto mais hábil fosse a mentira. Quão grande é a cegueira dos homens que até da cegueira se gloriam! Já naquele tempo era o primeiro

Depois de se desiludir com a filosofia maniqueísta, Agostinho tentou se entender com os pressupostos de uma tradição céptica. Contudo, diferentemente do maniqueísmo, o ceticismo foi uma corrente filosófica de curta duração em sua trajetória intelectual. O diálogo *Contra Academicos*, escrito no período em que esteve presente na casa de seu amigo Verecundo em Cassiciaco, é uma tentativa de resposta à “Nova Academia” (aos cépticos). Porém, como afirma Gareth (2005, p. 15): “embora a vida de um filósofo céptico pareça não ter sido uma opção atrativa por um longo período em sua vida, Agostinho continuou a responder aos desafios do ceticismo em todas as suas grandes obras.”⁴⁶

Se, por um lado, o maniqueísmo fez parte da dualidade enfrentada por Agostinho em seus primeiros passos rumo ao conhecimento da filosofia, por outro, foi através da influência neoplatônica, adquirida pela leitura dos textos de autores como Porfírio e Plotino (século II d.C.) que Agostinho percebeu a “realidade do imaterial e a não realidade do mal” (REALE & ANTISERI, 2003, p. 84), perspectiva essa contrária ao materialismo pregado pela doutrina Maniqueísta e que influenciou, de forma bem mais aguda, o pensamento filosófico de Agostinho.

No *De uera religione* I, 3, 3, Agostinho chega a cogitar que, se Platão pudesse voltar à vida junto em sua época, ele seria cristão. Do nosso ponto de vista, ainda que não amplamente sustentado em análise (nem seria esse o caso para esta seção), podemos dizer que este seria o Platão de Agostinho: um Platão cristão.⁴⁷ Mais à frente, no mesmo diálogo, Agostinho diz que houve pessoas em sua época que deixaram a doutrina neoplatônica para se converterem ao Cristianismo. Agostinho, dessa forma, diz que:

Portanto, se aqueles filósofos pudessem voltar à vida conosco, reconheceriam, sem dúvida, a força da autoridade que, por vias tão simples, operou a salvação da humanidade e – mudando algumas palavras e sentenças - ter-se-iam feito cristãos, como vimos que fizeram muitos platônicos modernos de nossa época.⁴⁸

da escola de retórica, coisa que alegrava soberbamente e me fazia inchar de vaidade” (Tradução de SANTOS; PINA, 1996, p.82).

⁴⁶ Cf. “Although the life of a philosophical skeptic seems not to have been an attractive option for very long periods in his life, Augustine continued to respond to the challenge of skepticism in all his major works.” Um dado curioso apresentado por O’Daly (2006, p. 159) consiste em endossar a ideia de que Agostinho não recebeu nenhuma influência dos textos de Sexto Empírico, um dos autores mais renomados do ceticismo pirrônico do século II d.C. O’Daly, no entanto, se baseia exclusivamente no fato de que Agostinho só leu Plotino, pois estava dado curioso apresentado por O’Daly (2006, p. 159) consiste em endossar a ideia de que Agostinho não recebeu nenhuma influência dos textos de Sexto Empírico, um dos autores mais renomados do ceticismo pirrônico do século II d.C. O’Daly, no entanto, se baseia exclusivamente no fato de que Agostinho só leu Plotino, pois estava traduzido para o latim.

⁴⁷ No entanto, de acordo com o próprio Agostinho nas *Retractationes* I, 1, 4: “com razão lamento os elogios com que exaltei Platão, os Platônicos e os filósofos Acadêmicos...” Tradução de ROYER (*apud* BELMONTE, 2008, p. 40).

⁴⁸ Tradução de Oliveira (2007 [2002], p. 33)

(AGOSTINHO, *De uer. Relig.*, I, 4, 7).

A observação de Agostinho aponta para a direção de personagens ilustres, ou seja, para alguns doutos do século IV. d.C. que se converteram para o Cristianismo. Esse pode ser o caso do gramático e retórico Mário Vitorino mencionado por ele nas *Confissões* (VIII, 2,3), tradutor de inúmeros textos neoplatônicos.

De fato, de forma mais geral, se retirarmos momentaneamente o foco da figura de Agostinho, podemos dizer que a corrente neoplatônica estava em alta naquele período; sua influência teve uma importante contribuição no processo de desenvolvimento das disciplinas liberais.⁴⁹

Brown (2008 [1996], p. 682) destaca que:

A teoria educacional neoplatônica também exerceu uma influência duradoura. A ideia de um progresso regular de estudos conducentes a um determinado objetivo é encontrada na obra de Porfírio, “A Vida de Pitágoras”, e novamente Jâmblico parece ter sido uma figura influente no desenvolvimento de um sistema educacional neoplatônico. O aparecimento de um sistema de sete “artes liberais” no *De Ordine* de Agostinho foi recentemente atribuída a fontes neoplatônicas, ao invés de originada no período helenístico, como se supunha anteriormente, e o próprio Agostinho foi tão longe como a embarcar em uma série de tratados em cada uma das sete ciências (completando apenas a gramática e a música). A teoria da educação e recurso desenvolvimento entre múltiplos interesses de Agostinho, tanto em seus relatos de bebê e criança pequena nas *Confissões*, e no disfarce mais teórico no *De Magistro*. No entanto, o *De Ordine*, já mencionado, pertence a um período pouco depois de sua conversão, quando ele ainda estava profundamente influenciado pelo neoplatonismo; em seu trabalho posterior sobre a educação

⁴⁹ A escola na Roma antiga nem sempre teve seus estágios escolares bem definidos, de acordo com Suetônio (*De gram.*, I, 4): “Os antigos gramáticos ensinavam retórica também, e assim se referem comentários de muitos [deles] sobre ambas as artes. Calculo que foi segundo tal costume que os pósteros também, ainda que já então discriminadas as profissões [do gramático e do rétor], quer retiveram quer instituíram eles mesmos, não obstante, certos gêneros de adestramento para preparar a eloquência, como problemas, paráfrases, alocuções, etiologias e ainda outras desse gênero, para que, bem entendido, os meninos não fossem entregues aos rétores de todo secos e também áridos. Tais [gêneros de adestramento], na verdade, vejo que já se omitem pela indolência de certos [meninos] e pela falta de facúndia, pois por fastio eu não pensaria. Lembro-me de que, na verdade, sendo eu jovenzinho, certo [menino], de nome Príncipe, soía num dia declamar, no outro disputar; em não poucos dias dissertar na verdade de manhã, declamar depois do meio-dia após afastar o púlpito. Eu ainda ouvia que, à época dos [meus] pais, certos [meninos] haviam passado imediatamente do estabelecimento do gramático ao fórum e, ademais, haviam sido aceitos no número dos mais distintos patronos. Os professores ilustres, e de que, ao menos por nós, possa ser apresentado algo, foram aproximadamente os seguintes”. (Tradução de Marcos Martinho, 2014, p. 244-245, grifos nossos). No relato de Sêneca, o filósofo, temos também o seguinte testemunho sobre essas disciplinas na época imperial romana: “Queres saber o que eu penso das ‘artes liberais’: não admiro, nem incluo entre os bens autênticos um estudo que tenha por fim o lucro. São conhecimentos subsidiários, úteis apenas enquanto servem de preparação ao intelecto, mas desde que não sejam a única ocupação. Somente devemos deter-nos na sua prática enquanto o nosso espírito não for capaz de tarefa mais alta; são somente exercícios, não obras a sério. Compreendes por que razão se lhes chama “estudos liberais”: porque são dignos de um homem livre. No entanto, o único estudo verdadeiramente liberal é aquele que *torna* o homem livre; e esse é o estudo – elevado, enérgico, magnânimo – da sabedoria; os outros são brincadeira de criança! Ou julgas tu que há algo de bom em matérias que vês serem professadas pelos mais indignos e prejudiciais mestres? Tais matérias devemos tê-las estudado uma vez, e não continuar a estudá-las”. (Sêneca, *Ep. Mor.*, XIII, 88, 01-02, tradução de Segurado e Campos, 2014).

cristã, o *De Doctrina Christiana*, onde seu foco era o de um bispo em vez de um filósofo, recomenda-se uma ampla gama de disciplinas auxiliares, não por si mesmas, mas estritamente como auxiliares no sentido da interpretação das escrituras.⁵⁰

Chegamos, nesse ponto, ao segundo aspecto importante que havíamos mencionado acima, ou seja, qual foi a educação recebida por Agostinho na Antiguidade Tardia e de que forma ele também é um dos responsáveis pelas inovações que esse currículo apresentaria mais tarde, tornando-se o *trivium* conhecido pelos medievais.

A escola na Antiguidade Tardia possuía um currículo com três estágios, cada um deles com o seu professor próprio e o seu programa discreto. Sendo assim, a escola primária, chamada de γραμματοδιδασκαλεῖον – ou *ludus [litterarius]* era inspecionada pelo professor primário chamado de γραμματοδιδάσκαλος ou γραμματιστής, ou, em latim, *magister ludi* ou *litterator*.⁵¹ Nesse estágio do aprendizado, os alunos se dedicavam aos estudos das “letras”, ou seja, aprendiam-se os rudimentos da escrita e da leitura, bem como algumas coisas sobre aritmética. Na escola secundária, na escola de gramática, os alunos recebiam uma instrução apurada sobre a literatura e a linguagem dos poetas. Nesse estágio, os alunos ficavam por conta do *grammaticus*, do grego, γραμματικός. E, por fim, o terceiro estágio era a escola de retórica⁵² (KASTER, 1983, p. 323).

⁵⁰ Cf. “Neoplatonist educational theory also exerted lasting influence. The idea of a regular progress of studies leading to a certain goal is found in Porphyry’s Life of Pythagoras, and again Iamblichus seems to have been an influential figure in the development of a Neoplatonist educational system. The appearance of a sevenfold system of ‘liberal arts’ in Augustine’s *De Ordine* has recently been traced to Neoplatonic sources, rather than originating in the Hellenistic period as previously supposed, and Augustine himself went so far as to embark on a series of treatises on each of the seven sciences (completing only grammar and music). Educational theory and development feature among Augustine’s manifold interests, both in his accounts of babies and young children in the *Confessions*, and in more theoretical guise in the *De Magistro*. However, the *De Ordine*, already mentioned, belongs to a period soon after his conversion, when he was still deeply influenced by Neoplatonism; in his later work on Christian education, the *De Doctrina Christiana*, where his focus was that of a bishop rather than that of a philosopher, a wider range of ancillary disciplines is recommended, not for themselves, but strictly as aids towards the interpretation of the scriptures.”

⁵¹ Desbordes (1995, p. 33) apresenta um quadro sobre os limites e a função de cada um dos profissionais das letras na época antiga. Fortes (2012) apresenta um estudo sobre os limites desses professores na Antiguidade. Um estudo aprofundado sobre a escola em Roma é o de Murphy (2000).

⁵² Não abordamos, em nosso estudo, os problemas enfrentados pelos professores de retórica na Antiguidade. Mantemos como base para essa justificativa as próprias palavras de Agostinho que diz em *A doutrina cristã*, IV, 22: “Advirto, de início, restando a impaciência dos leitores, que talvez suponham que vou lhes dar preceitos de retórica que aprendi a comunicar nas escolas profanas, previno que não esperem isso de mim – não que esses preceitos sejam sem utilidade. Mas no caso de serem úteis, será preciso aprendê-los à parte, sob a condição todavia dessa pessoa encontrar tempo necessário para se dedicar a tal. Não o peçam, contudo, a mim, quer nesta obra, quer em outra qualquer.” (Tradução de Oliveira, 2002, p. 208). (Cf. *Primo itaque exspectationem legentium, qui forte me putant rhetorica daturum esse praecepta quae in scholis saecularibus et didici et docui, ista praelocutione cohibeo, atque ut a me non exspectentur, admoneo; non quod nihil habeant utilitatis; sed quod, si quid habent, seorsum discendum est, si cui fortassis bono viro etiam haec vacat discere, non autem a me vel in hoc opere, vel in aliquo alio requirendum.* – Grifo nosso.). Agostinho ressalta, nesse trecho, que aprendeu e ensinou os preceitos retóricos em escolas profanas. Não podemos, no entanto, levar ao pé da letra o discurso

As divisões estabelecidas até a época de Agostinho não levavam em consideração o estudo da dialética. Por isso, dificilmente encontramos referência a essa disciplina antes da Antiguidade Tardia, como sendo uma parte do processo educacional. Luhtala (2007, p. 69), por exemplo, afirma que: “o papel da dialética não era tão proeminente quanto na Antiguidade Tardia, quando foi considerada como uma ferramenta relevante para toda a aprendizagem”. Agostinho, por sua vez, parece ser o responsável por uma alteração nesse quadro curricular. Ele considera a dialética “a disciplina das disciplinas” (*disciplina disciplinarum*) (*De ord.*, II, XIII, 38), pois essa matéria:

proporciona a metodologia para ensinar e aprender; por ela a própria razão se mostra e se revela o que é, o que deseja, o que pode. Dá certeza do saber; somente ela não apenas quer, mas também pode fazer com que tenhamos conhecimento.⁵³

(AGOSTINHO, *De ord.*, II, XIII, 38).

Ainda no livro II do *De ordine* II, XIII, 38, Agostinho propõe que o estudo dessa matéria suceda os estudos gramaticais e anteceda o estudo da retórica. Essa seria a organização assumida por essas disciplinas no contexto tardio, segundo a visão apresentada por Agostinho. Ele, não obstante, não teria tido por base esse currículo, ou seja, gramática, dialética e retórica, mas seria a partir dele que a modificação aconteceria.

A descrição feita por Agostinho no *De ordine* sobre as sete disciplinas liberais é percebida em sua produção literária. Vemos que ele se dedicou a escrever tratados específicos para cada uma delas. Só para ficarmos no *trivium*, sabemos que há uma *Ars grammatica*, um *De dialectica* e um *De rhetorica*, ou seja, os textos básicos que formam a parte “linguística” da educação romana.⁵⁴

traçado por Agostinho nesse trecho, pois é sabido que Agostinho escreveu um *De rethorica* (Sobre a retórica). No entanto, esse texto ainda é inexplorado.

⁵³ Tradução de Belmonte (2008, p. 237). (Cf. *Haec docet docere, haec docet discere; in hac se ipsa ratio demonstrat atque aperit quae sit, quid velit, quid valeat. Scit scire; sola scientes facere non solum vult, sed etiam potest.* Mais especificamente o que Agostinho diz é que: “[a dialética], essa ensina a ensinar, ensina a aprender.”

⁵⁴ Cf. Luhtala (2007, p. 67): “Junto com a lógica e a retórica, a gramática formou a parte linguística de um esquema educacional conhecido como as Artes Liberais, que eram vistas como uma forma ideal de uma educação geral e completa”. (“Together with logic and rhetoric, grammar formed the linguistic part of an educational scheme known as the Liberal Arts, which were viewed as an ideal form of a complete, general education.”). Certamente, a autenticidade de dois desses textos sempre foi obscura para os estudiosos. A *Ars breuiata*, foco do nosso estudo apenas recentemente ganhou saíu da obscuridade e foi considerada, graças aos estudos de Law (1984) e de Bermon & Bonnet (2013), um texto autêntico de Agostinho. Por outro lado, o *De rhetorica*, ainda nos estudos recentes de Aubin (2012), é considerado de um Pseudo-Agostinho. O *De dialectica* recebeu a atenção de Pinborg & Jackson nos seus estudos de 1975 e, desde então, foi considerado um texto de Agostinho. No capítulo, apresentamos os problemas quanto à procedência do texto da *Ars breuiata*.

Além da influência filosófica recebida por Agostinho, há outro dado importante a respeito da sua formação, o estudo em sua época se detinha sobre os textos “clássicos”. De acordo com Brown (2005, p. 42):

o conteúdo da instrução [de Agostinho] foi árido. E francamente pagão. Era surpreendentemente escasso: ele deve ter lido muito menos autores clássicos do que um estudante moderno. Virgílio, Cícero, Salústio e Terêncio eram os únicos autores detidamente estudados.

O estudo de textos poéticos e retóricos era a base da educação antiga. Saber o número de pés e partes da oração de um verso de Virgílio, por exemplo, bem como de que forma um jovem romano devia ornar sua fala perante o mestre de retórica em uma aula de declamação eram o ideal almejado pela educação romana. A formação na escola dos rétores e dos gramáticos foi um privilégio da aristocracia romana por vários séculos. Ainda de acordo com Brown (2009, p. 217), o processo educacional romano representava uma das formas de se manter uma distância social entre as classes romanas⁵⁵, distância configurada pela instrução nas letras, no controle da linguagem, bem como na postura.

Agostinho se tornou um “douto” nesses temas; foi professor de gramática e retórica, em Roma e Milão, mas sua maior influência, ainda na época, se deu mesmo como bispo de Hipona, que viria a ser. Em 387 d.C., Agostinho, após sua conversão e batismo feita pelo então bispo de Milão, Santo Ambrósio, passou a se dedicar inteiramente à fé cristã e a tecer profundas interpretações das *Escrituras*.

Desse momento em diante, todo o conhecimento adquirido por Agostinho através de sua formação pagã foi, paulatinamente, sendo utilizada em prol da exegese bíblica e para a difusão do Cristianismo. Para sermos mais específicos, em sua obra *Enarrationes in Psalmos*, 138, 20, Agostinho, com o intuito de disseminar a fé cristã para todas as camadas da sociedade, chega a dizer que: “é melhor ser repreendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo.”⁵⁶ A afirmação de Agostinho parece fazer sentido para as

⁵⁵ O historiador romano Tácito (século II d.C.), em sua obra *Dialogus de oratoribus*, nos relata que: “mas agora, a criança recém-nascida é entregue a qualquer **greguinha escrava**, à qual se junta um ou outro dentre todos os escravos, na maior parte das vezes, o mais vil e inapto a qualquer ofício sério. Os ânimos imaturos e ingênuos são imediatamente imbuídos das histórias e dos descaminhos deles; ninguém há em toda a casa que se importe com o que se diz ou se faz diante do jovem patrão.” (TÁCITO, *Dial. De orat*, XXIX. 1. Tradução de Martinez de Rezende & Castilho de Avellar, 2014, p. 86-87 – grifo nosso). (Cf. *At nunc natus infans delegatur Graeculae alicui ancillae, cui adiungitur unus aut alter ex omnibus servis, plerumque uilissimus nec cuiquam serio ministerio adcommodatus. Horum fabulis et erroribus uirides statim et rudes animi imbuuntur; nec quisquam in tota domo pensi habet, quid coram infante domino aut dicat aut faciat.*)

⁵⁶ Cf. *melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligent populi.* (*Aug., Enar. in Psalmos*, 138, 20).

investigações historiográficas modernas, pois, como Cameron (1993, p. 156) pondera, com o Cristianismo as classes mais baixas e pobres da sociedade receberam mais atenção.

Contudo, não estava descartada a necessidade de uma instrução mínima, uma vez que, para acessar o conteúdo bíblico, o fiel precisava entender os rudimentos da escrita em língua latina. Tal observação esbarra na necessidade de conhecermos mais detalhadamente os textos gramaticais que nos chegaram da Antiguidade Tardia, pois, como endossa Luhtala (2005, p. 149):

o estudo da gramática é crucial para o aprendizado do Cristianismo, pois ele oferece as ferramentas que são indispensáveis para a exegese literária, e também para o estudo das Escrituras.⁵⁷

Nesse sentido, assim como nos primeiros trabalhos dos filólogos helenísticos, preocupados com a leitura correta dos poetas⁵⁸ – Homero principalmente –, no período cristão, e, mais especificamente, para Agostinho, autor de uma *Ars grammatica*, o papel da gramática assumia uma função primordial. É por esse motivo que, no capítulo IV deste trabalho, mostramos como Agostinho, munido do conhecimento gramatical disponível à sua época, disseminou, paulatinamente, suas reflexões cristãs sob a ótica da gramática, em tratados filosóficos como, por exemplo, o *De magistro*, quando Agostinho indaga a Adeodato quantas palavras há no verso da *Eneida* (II, 659): *Si nihil ex tanta Superis placet urbe relinqui* (“Se os imortais decidiram que nada de Tróia perdure”).⁵⁹ Adeodato responde imediatamente: oito. Já no *De ordine*, ao dizer para sua mãe, Mônica, o quão difícil foi aprender a pronúncia latina, Agostinho conta-nos que até Cícero cometeu erros de barbarismos e solecismos.

Além disso, Agostinho, na *Ars breuiata*, utiliza um exemplo tirado do livro do apóstolo Paulo, e não de Virgílio, como o faz no *De magistro*, ou de Cícero, como o faz no *De ordine*. Ao mesmo tempo em que Agostinho vai esclarecendo com que tipo de caso cada comparação pode ser feita, o mesmo introduz a discussão travada por Paulo sobre a caridade, e atribui o erro que pode levar a uma interpretação (exegese) equivocada sobre as palavras das *Escrituras* a um problema de *emendatio*, ou seja, de correção gramatical feita por algum

⁵⁷ Luhtala (2005, p. 149): “The study of grammar is crucial for Christian learning since it offers tools which are indispensable for literary exegesis, including the study of the Scriptures.”

⁵⁸ Com efeito, tanto Dionísio da Trácia, em sua τέχνη γραμματική, como outros autores latinos, dividiram a leitura e crítica de textos poéticos com a finalidade precípua da educação gramatical, sendo, deste modo, considerados (*poetarum interpretes* [intérpretes dos poetas]). (CANTÓ, 1997, p. 741). Em outras palavras, defendemos que Agostinho se afasta das concepções gramaticais vigentes até sua época, no que diz respeito à sexta parte da gramática, conforme prescrevia a tradição alexandrina, abandonado a crítica aos poetas, parte considerada por Dionísio da Trácia o que havia de mais belo nesta arte (Dion., *Tékh. Gram.*, 1,6).

⁵⁹ Tradução de Nunes (1983, p. 45).

gramático ou copista imperito na língua latina, problema esse também apresentado pelo bispo de Hipona em seu *De doctrina Christiana*.

Em resumo, a gramática, que foi considerada a guardiã do pensamento clássico pagão, codificado principalmente na tradição poética clássica, até época bem próxima à de Agostinho, se considerarmos aqueles compêndios gramaticais pagãos, como Donato, Carísio, Diomedes, entre outros (KASTER, 1988). No entanto, nos textos de Agostinho, já produzidos no contexto cristão, essa função da gramática suscita questões quanto à formulação do próprio gênero e seus objetivos.

Conforme veremos nos capítulos seguintes, o pensamento gramatical herdado da tradição clássica pagã (de Varrão a Donato) parece ter sofrido inúmeras (re)adaptações, a partir das quais Agostinho teria produzido um novo pensamento, do qual o discurso gramatical seria, ao mesmo tempo, uma fundamentação teórica e um veículo para sua difusão. Nesse sentido, o conhecimento gramatical seria necessário não só para uma leitura simples de um texto, como a espécie de propedêutica que outrora representava, mas também como a base teórica de legitimação do discurso das *Escrituras*, favorecendo o entendimento de passagens difíceis e ambíguas (LUHTALA, 1995, p. 120).

2.4 A gramática e os gramáticos na Antiguidade Tardia

O tempo que há entre a obra de Varrão e a eclosão da gramática normativa do século IV, em Roma, produziu uma contínua atividade no terreno da gramática, e os comentários já têm lugar de suma importância para a história da disciplina no Ocidente: sua forma adquire configuração escolar quase fixa e sua aparição como *ars* faz-se definitivamente consagrada.⁶⁰

(GUERREIRA, 1997, p. 777).

Nas palavras de Guerreira, em epígrafe, podemos observar que os desdobramentos da disciplina gramatical latina ocorreram de forma intensa, quase que ininterrupta. A fixação de um modelo de *ars grammatica* proporcionou inúmeras indagações acerca do trabalho do gramático, uma vez que as *partes orationis* (partes da oração) que já faziam parte do esquema

⁶⁰ Cf. Guerreira (1997, p. 777): “En el tiempo que media entre la obra de Varrón y la eclosión de la gramática normativa del siglo IV en Roma se produce una continua actividad en el terreno de la gramática y el comentario y tiene lugar hecho de suma importancia para la historia de la disciplina en Occidente: su forma adquire una configuración escolar casi fija y su aparición como *ars* queda definitivamente consagrada.”

estrutural das *artes* desde os tempos de Palemon (século I a.C.), passaram a ser consideradas por alguns gramáticos como o único e principal ofício do profissional das letras. Sérvio, gramático do século V d.C., é quem nos fornece essa informação ao relatar-nos que:

Muitos começaram a escrever suas artes pelo tratado das letras, muitos pela voz, muitos pela definição de gramática. Mas parece que todos erraram, porque não trataram de uma matéria exclusiva de seu ofício, mas comum tanto dos oradores quanto dos filósofos. Pois também o orador pode tratar das letras, e ninguém trata da voz mais do que os filósofos: a definição, por sua vez, é cara aos aristotélicos. Daí Donato ter procedido de forma mais inteligente e apropriada, pois começou pelas oito partes da oração, que pertence especificamente ao gramático.⁶¹

(SÉRVIO, *GL* 4. 405.4 – 11).

A definição dada por Sérvio insere o texto de Donato (século IV d.C.) no rol dos textos gramaticais que trataram de forma efetiva da função primordial do *grammaticus*, que seria o tratamento das partes da oração (*partes orationis*). Apesar do reconhecimento das fronteiras existentes entre os ofícios do gramático e dos oradores/retóricos, bem como dos filósofos, na época de Sérvio o gramático dava aulas tanto de gramática quanto de retórica, uma vez que os exercícios declamatórios já haviam tomado a maior parte da formação educacional (BONNER, 1977).

Se no período Helenístico a gramática surgiu como uma prática primeiramente filológica, na tentativa de preservar os textos clássicos da cultura Helênica, no período tardio romano, as necessidades, aparentemente, seriam as mesmas, embora tivessem suas especificidades. Com efeito, a expansão do Império romano e o afluxo de imigrantes, bem como as invasões bárbaras e o estabelecimento de rotas de viajantes, que traziam mercadorias, e a introdução em Roma de novos modos de vestir e de falar, novas culturas, fizeram com que a elite romana, preocupada com a preservação da sua cultura tradicional, compilasse manuais que orientassem a leitura dos textos canônicos como, por exemplo, a *Eneida* de Virgílio, frente a uma possível fragmentação identitária motivada pelo “multiculturalismo” (CAMERON, 1993).

Dessa forma, Guerrero nos informa que: “a gramática é um dos gêneros que a época vai herdar da Antiguidade Clássica e servirá, por todo este período e por toda a Idade Média,

⁶¹ Tradução de Dezotti, 2011, p. 17. (Cf. *Plerique artem scribentes a litterarum tractatu inchoauerunt, plerique a definitione artis grammaticae. Sed omnes uidentur errasse. Non enim propriam rem officii sui tractauerunt, sed communem et cum oratoribus et cum philosophis. Nam de litteris tractare et orator potest; de voce nemo magis quam philosophis tractant; definition etiam Aristotelicorum est. Unde proprie Donatus et doctius, qui ab octo partibus inchoauit, quae specialiter ad grammaticos pertinente.*) (SÉRVIO, *GL* 4. 405.4 – 11).

como portadora da cultura espiritual não-cristã em língua latina”⁶² (GUERRERA, 1997, p. 784). No entanto, defendemos, em nossa dissertação, que a ascensão do Cristianismo fez com que o foco desse movimento “conservador”, que uma vez recaía sobre os autores clássicos pagãos, se voltasse também para o estudo e exegese bíblica, como atesta a *ars agostiniana*, objeto deste estudo. O texto de Santo Agostinho, a *Ars breuiata*, que possui o mesmo modelo estrutural da *Ars minor* de Donato, parece possuir um público cristão, transformando, assim, o ensinamento gramatical num saber propedêutico diferente daquele preconizado pelos gramáticos pagãos.

A mudança no cenário político e religioso da Roma do século III e IV d.C. produziu um modelo padrão de textos gramaticais, baseado, por um lado, nos conceitos estoicos desenvolvidos em Pérgamo no século II e III a.C. (LAW, 1987, p. 12) e, por outro, nas práticas de crítica e exegese de textos da filologia alexandrina (BLANK, 2000, p. 400). A gramática passa, então, a ter dois modelos mais usuais: um que a crítica moderna denomina *Schulgrammatik* (gramática escolar) e outro que é conhecido como *regula*.⁶³

A *Ars maior* de Donato, que modernamente é considerado o modelo mais bem-acabado dos manuais de gramática latina desse período, possui uma estrutura artegráfica específica, pertencente ao modelo *Schulgrammatik* (gramática escolar) (BARWICK, 1922). O texto da *Ars maior* representa um conjunto de conceitos gramaticais apresentados em um modelo tripartite, composto em primeiro lugar pela teoria da *littera* (estudo das letras) e seus desdobramentos, uma segunda parte voltada para a descrição e definição das *partes orationis*, e uma terceira e última parte destinada aos *uitia* (vícios) e *uirtutes orationis* (virtudes da linguagem) (BARATIN, 1994, p. 143).⁶⁴

⁶² Cf. Guerrera (1997, p. 784): “La gramática, uno dos géneros que la época va a heredar de la antigüedad clásica (historiografía es el outro) servirá a lo largo de todo este periodo y de la Edad Media de portador de la cultura espiritual no cristiana en lengua latina. ”

⁶³ As *regulae* são um tipo específico de texto gramatical que possui algumas características particulares, como nos apresenta Law: “esse tipo de trabalho seria mais utilizado em contexto bilíngues, principalmente no oriente grego; permitia que o estudante procurasse a terminação de um nome ou de um verbo estranho em uma lista alfabética, a fim de descobrir a que gênero, declinação e conjugação ele poderia pertencer.” (2005 [1990], p.). Segundo Law: “os tratados gramaticais do tipo *Regulae* se baseavam na cópia de paradigmas e listas de exemplos com poucos comentários” (1987, p. 25).

⁶⁴ Cf. Baratin (1994, p. 143): “A *Ars maior* de Donato tem a reputação de ser o modelo mais bem-acabado deste tipo de tratado. O plano dessa *Ars maior* se subdividiu em três partes: a primeira é consagrada à voz, à letra, à sílaba, aos pés [métricos], à acentuação e à pronúncia; a segunda parte é destinada às partes da oração / categorias de palavras; a terceira parte aos defeitos e qualidades do enunciado (os defeitos em questão são o solecismo, o barbarismo e os ‘outros defeitos’, e as qualidades são os metaplasmos, figuras e tropos).” (Cf. “L’*Ars maior* de Donat a la réputation d’être de modèle le plus achevé de ce type de traités. Le plan de cette *Ars maior* se subdivise en trois parties: la première est consacrée à la voix, la lettre, la syllabe, les pieds, l’accentuation et la pronuntiation; la deuxième aux catégories de mots; la troisième aux défauts et qualités de l’énoncé (les défauts en question sont le solécisme, les barbarismes et les ‘autres défauts’, et les qualités sont le métaplasme, les figures et les tropes).”

Codoñer (2000, p. 477) mostra-nos que o esquema mais antigo da *ars grammatica* latina remonta pelo menos a duas das três partes tradicionais desse esquema. Nesse sentido, podemos recorrer ao outro tratado de Donato, conhecido por *Ars minor*, uma vez que é justamente este o tratado pedagógico citado por Sérvio (*GL* 4. 405.4 – 11). Portanto, Donato, ao começar seu texto dizendo: *Partes orationis quot sunt? Octo*. [Quantas são as partes da oração? Oito.] Donato situa, de forma definitiva, a reflexão sobre as partes da oração como basilar para a reflexão gramatical, situação que se perpetuaria não somente no século IV d.C., mas também por toda a Idade Média, passando por autores mais tardios de grande fortuna crítica, como Prisciano (séc. VI d.C.).

Nesse sentido, os textos de Donato, Carísio, Sérvio, Diomedes, Agostinho e de outros gramáticos consideraram a investigação das partes da oração uma investigação central no campo da gramática. Dessa forma, mesmo que esse estudo das partes da oração tenha sido introduzido em Roma séculos antes pelo gramático Palemon, é apenas no contexto da Antiguidade Tardia que *ars grammatica* pode ser considerada um gênero com características autônomas.

Seguindo o raciocínio progressivo de apresentação dos conteúdos gramaticais, Baratin (1994) ressalta, além disso, que as reflexões estoicas sobre a linguagem se fazem presentes nessa formulação “clássica” da gramática latina, pois a perspectiva ascendente em colocar primeiro os elementos mínimos, depois as classes de palavras e, por fim, as qualidades e os defeitos do enunciando fazem do esquema estrutural arquetípico da *ars* uma espécie de espelho do movimento de investigação estoica da natureza.

Essa argumentação coloca em evidência duas ideias: a primeira consiste em reconhecer os reflexos que a filosofia estoica deixou no âmbito da gramática latina, como aponta Baratin. A segunda ideia é expressa por Cantó (1997, p.741-742), ao dizer que: “os críticos e comentaristas romanos adotaram o nome, o método e os conceitos dos filólogos helenísticos e os aplicaram aos estudos de obras escritas em latim.”⁶⁵ Dezotti (2011, p. 99), através das palavras de Holtz (1981, p. 3), também endossa essa configuração da gramática, dizendo que:

A gramática grega e a latina partilham de uma mesma continuidade, não em relação a uma fonte comum, mas também por serem tributárias de uma mesma instituição, a escola helenística. Assim, ao estudar um texto gramatical latino, “é possível (e aconselhável) observar o que ocorre, no mesmo momento, no domínio grego, pois os métodos pedagógicos, bem como as doutrinas, são exportáveis de um domínio

⁶⁵ Cf. Cantó (1997, p. 741-742): “los críticos y comentaristas romanos tomaran el nombre, el método y los conceptos de los filólogos helenísticos, y los aplicaran al estudio de obras escritas em latín”.

a outro. É um erro pensar que a gramática latina, uma vez nascida da grega, evoluiu em separado.

Nesse sentido, a observação feita por Holtz ajuda-nos a entender que o desenvolvimento da gramática latina ocorre ao mesmo tempo em que o da gramática grega. Esse fato tem um efeito importante para que possamos perceber que, por mais que coloquemos o desenvolvimento da gramática grega antes de explicitarmos o desenvolvimento da gramática latina, tal expediente não significa, em hipótese alguma, dizer que essa é cópia daquela sem adaptações contextuais e principalmente linguísticas, nem mesmo tentar ligar essas duas tradições de maneira cronológica, pois, como ressalta Law (2005 [1990], p. 427):

no plano geográfico, é vão tentar ligar todas as grandes tradições linguísticas numa única sequência cronológica, saltado da Índia à China, à Grécia e a Roma, aos povos semíticos e de volta ao Ocidente...Um relato tão abrangente da “história mundial da linguística”, de todo modo, tem um efeito distorcivo: colocar um capítulo sobre a linguística na Índia antiga antes de um capítulo sobre a linguística na Grécia poderia sugerir, inevitavelmente, ou que o trabalho dos indianos foi progenitor da tradição Greco-romana, ou que esta tradição substituiu a anterior, duas interpretações históricas tremendamente errôneas.⁶⁶

Seguindo o pensamento traçado por Law (1990 [2005]), pode-se depreender a impossibilidade de se escrever um apanhado completo e contínuo do que seria “a história da Linguística”, uma vez que tal tarefa só poderia ser feita por um conjunto de especialistas nessa área (2003, p. xv). Essa posição ecoa também as palavras de Veyne, ao falar da impossibilidade de descrever ou narrar os fatos históricos, sejam eles no âmbito da própria história, sejam eles no âmbito de qualquer disciplina que busque (re)contar seu passado, origem ou qualquer estado anterior àquele em que se encontra, já que:

para todo leitor dotado de espírito crítico e para a maior parte dos profissionais, um livro de história não é, na realidade, o que aparenta ser; assim, ele não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império. Por baixo da superfície tranquilizadora da narrativa, o leitor, a partir do que diz o historiador, da importância que parece dar a este ou àquele tipo de fatos (a religião, as instituições), sabe inferir a natureza das fontes utilizadas, assim como as suas

⁶⁶ Cf. “On the geographic plane, it is futile to attempt to link all the great linguistic traditions in a single chronological sequence, jumping from India, to China, to Greece and Rome, to the Semitic peoples, and back to the West...Such a sweeping story of the ‘world history of linguistics’ in any case has a distorting effect; to place a chapter on linguistics in ancient India before one on linguistics in Greece would inevitably suggest either that Indian work was the progenitor of the Graeco-Roman tradition, or that the later tradition superseded the earlier, both of which would be gross historical misrepresentations.”

lacunas, e essa reconstituição acaba por tornar-se um verdadeiro reflexo; ele adivinha o lugar de lacunas mal preenchidas, não ignora que o número de páginas concedidas pelo autor aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que estes aspectos têm a seus olhos e a abundância da documentação; sabe que os povos ditos sem história são, simplesmente, povos cuja história se ignora, e que os "primitivos" têm um passado, como todo mundo. Sabe, sobretudo, que, de uma página para outra, o historiador muda de tempo, sem prevenir, conforme o "tempo" das fontes, que todo livro de história é, nesse sentido, um tecido de incoerência, e que não pode ser de outro modo; esse estado de coisas é, certamente, insuportável para um espírito lógico e basta para provar que a história não é lógica, mas, para isso, não há remédio, nem pode haver.

(VEYNE, 1998 [1971], p. 27).

As palavras de Veyne sintetizam, de forma eficaz, o que tentamos fazer neste capítulo, e, de certo modo, em todos os outros que se seguem, ou seja, dissertar sobre uma disciplina que é muito antiga e que, por essa razão, não nos torna isentos de trabalharmos com uma espécie de construção a partir de lacunas, considerando, evidentemente, os textos e testemunhos de que dispomos. As lacunas⁶⁷ existentes em nosso trabalho sobre esse ou aquele aspecto que diz respeito à história da gramática é oriundo de uma “incapacidade” real de descrição do objeto, porém, ao mesmo tempo em que essa tarefa parece ser um impedimento para a escrita da história, é essa mesma característica que permite ao (historiador [no caso, ao historiógrafo da Linguística]) dedicar dez páginas a um só dia dessa história, e comprimir dez anos em duas linhas (VEYNE, 1998 [1971], p. 27).

Em resumo, apresentamos neste capítulo uma breve contextualização da Antiguidade Tardia, bem como os problemas encontrados ao se estudar tal período. Para isso, dissertamos a respeito do contato estabelecido entre pagãos, cristãos e bárbaros, bem como procuramos ressaltar de que forma Agostinho retrata essa relação e dela participa como um sujeito histórico. Foi realizada também uma descrição do processo educacional romano, focalizando

⁶⁷ Segundo Veyne (1998 [1971], p. 27-18): Portanto, ver-se-á uma história do Império Romano, em que a vida política é mal conhecida e a sociedade bem conhecida, suceder, inesperadamente, a uma história do fim da República, em que o que se conhece bem é a vida política e em que mal conhecida é a sociedade, e preceder uma história da Idade Média que nos mostrará, por contraste, que a história econômica de Roma é quase desconhecida. Não pretendemos, com isso, demonstrar o fato evidente de que, de um período para outro, as lacunas das fontes não incidem sobre os mesmos temas; constatamos, simplesmente, que o caráter heterogêneo das lacunas não nos impede de escrever algo a que se dá, ainda assim, o nome de história, e que não hesitamos em reunir a República, o Império e a Idade Média numa mesma tapeçaria, embora as cenas que nela bordemos não combinem umas com as outras. Mas, o mais curioso é que as lacunas da história se fecham espontaneamente a nossos olhos e que só as discernimos com esforço, tanto são vagas as nossas ideias sobre o que devemos, a priori, esperar encontrar na história, como a abordamos desprovidos de um questionário elaborado. Um século é um branco nas nossas fontes, e o leitor mal sente a lacuna. O historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas: o leitor confiará nele, como um bom romancista, e julgará que esses dez anos são vazios de eventos.

a formação intelectual de Agostinho e de que forma suas reflexões proporcionaram alterações significativas nesse currículo. Diante disso, direcionamos essa construção do “clima de opinião” da época de Agostinho para o estudo da gramática e dos gramáticos da Antiguidade Tardia, com vistas a proporcionar uma descrição geral de como e por que essa disciplina se tornou importante para a educação dos cristãos.

Mantendo nossa perspectiva de abordar o estudo da gramática, apresentaremos no capítulo seguinte, de forma mais específica, o lugar da *Ars breuiata* de Agostinho nesse painel de reflexões gramaticais tardo-antigas. Para isso, adotamos metodologicamente a comparação com aquela que é considerada o modelo mais acabado das *artes gramaticais*, a *Ars* de Donato. Apontando semelhanças e destacando as diferenças, pretendemos apontar aspectos conceituais e estruturais do texto de Agostinho que, situados em seu tempo, tornam-lhe, no entanto, uma elaboração intelectual única.

PARTE II

III SANTO AGOSTINHO E A REFLEXÃO GRAMATICAL: O CASO DA *ARS BREVIATA*

Apresentaremos neste capítulo os problemas geralmente encontrados ao se estudar a *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*, de Santo Agostinho. Antes de prosseguirmos com essa discussão, é importante ressaltar, mais uma vez, a necessidade de uma investigação mais atenciosa em relação ao texto da *Ars breuiata*. É nesse ponto do nosso trabalho que o “princípio da imanência” se sobressai, tendo como foco:

a observação da obra, escola, autor em análise em seu recorte histórico e intelectual. Aproximações com visões contemporâneas do historiógrafo devem ser evitadas, em nome de um tratamento próximo ao filológico para o objeto em análise; em outras palavras, o que se pretende é compreender o objeto de análise em sua própria natureza e configuração social e temporal, isto é, analisar o pensamento linguístico tal como ele se define. Pensa-se aqui na fidelidade ao conteúdo do trabalho, já que se considera um posicionamento que entende que só a “leitura filológica” crítica contínua poderá fazer com que intuições surjam diante do material que se pretende analisar.

(BATISTA, 2013, p. 76).

Este capítulo, portanto, se ampara, como um todo, na postulação feita por Koerner sobre o “princípio da imanência” (1995, p. 13), que resumidamente foi destacado pela reflexão de Batista (2013) acima. Assim, para que tenhamos condições de apresentar o conteúdo da obra de Agostinho e, então, fazermos considerações a respeito de seus conhecimentos gramaticais, é fundamental conhecermos, minimamente, a história do texto.

3.1. Algumas notas quanto à procedência da *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*

Os oito volumes dos *Grammatici Latini*, publicado pela Teubner entre 1855 e 1880, aos cuidados do editor geral Heinrich Keil (1882-94), são um excelente monumento da filologia alemã do século XIX. Keil publicou edições de Propércio e as cartas de Plínio, o Jovem, antes de voltar suas atenções para o trabalho dos gramáticos latinos, cujas tentativas de definir e descrever sua própria língua têm influenciado o caminho no qual pesquisadores modernos em linguagem e em linguística têm abordado suas disciplinas. Somente Helias Putsch foi o predecessor de Keil neste campo. Ele publicou, em 1605, *Grammaticae Latinae auctores antiqui*; Keil usou

a mesma ordem para apresentar suas versões dos textos.⁶⁸

(GL, 2009, p. 01)

Retiramos a citação acima do prefácio das “novas edições” dos *Grammatici Latini* produzidas pela *Cambridge Library Collections*, em 2009. Esse prefácio apresenta, de forma bem específica, duas questões importantes em relação ao estudo dos gramáticos latinos: a primeira diz respeito ao fato de que essa reedição, ao que nos parece, pretende trazer para o conhecimento dos estudiosos da linguagem uma obra de referência; a segunda questão faz saltar aos olhos a carência, nos dias atuais, de edições críticas recentes, ou seja, de edições com discussões filológicas, possuindo aparatos críticos que demonstrem as variações, perdas, fragmentações de partes significativas dos textos gramaticais antigos de cada autor em separado, bem como a história do texto etc.⁶⁹

A reunião, entretanto, de vários autores com os mais distintos tipos de textos gramaticais, de acordo com Desbordes (2000, p. 467), em um mesmo *corpus*, tem colocado em evidência muitas semelhanças entre eles,⁷⁰ fato que tem consequências importantes para a pesquisa filológica.⁷¹

As dificuldades que os estudiosos modernos ainda enfrentam estão relacionadas à identificação e atribuição dos textos gramaticais a determinados autores. A edição de Keil, que até hoje é referência para o estudo da maioria dos gramáticos latinos, possui “problemas” dessa ordem, como, por exemplo: Vitorino, Mário Vitorino, Máximo Vitorino são autores diferentes ou o mesmo autor? (DESBORDES, 2000, p. 467).

O texto da *Ars breuiata* de Agostinho serve-nos como um exemplo prototípico. Na edição de Keil (GL V, 1868, p. 490-524,12), o filólogo alemão apresenta apenas alguns parágrafos da *Ars breuiata*, utilizando-se da edição já publicada por Weber, integralmente, em 1861. O fato curioso é que, mesmo tendo a edição de Weber publicada sete anos antes

⁶⁸ Cf. “The eight volumes of the *Grammatici Latini*, published by Teubner between 1855 and 1880 under the general editorship of Heinrich Keil (1822–94), are an outstanding monument of nineteenth-century German philology. Keil published editions of Propertius and of Pliny’s letters before turning to the works of the Latin grammarians, whose attempts to define and describe their own language have influenced the way in which modern researchers in language and linguistics have approached their discipline. Keil’s only predecessor in this field was Helias Putsch, who in 1605 published *Grammaticae Latinae auctores antiqui*; Keil uses the same order in which to present his versions of the texts.” Não há referência que indique um autor específico para essa introdução. Em todos os volumes dessa edição digital de 2009, a introdução é a mesma.

⁶⁹ Esse fator é observado apenas em poucas edições, como a de Holtz (1981) sobre *Artes grammaticae* de Donato; a de Bonnet (2013) a respeito da *Ars breuiata* de Agostinho e as edições das *Institutiones grammaticae* de Prisciano (Livros de XIV-XVIII), coordenadas por Baratin no projeto *Groupe Ars grammatica* (2010, 2013).

⁷⁰ Cf. “Le rassemblement de presque tous ces textes en un même corpus a mis en évidence de nombreuses ressemblances.”

⁷¹ Para mais detalhes, ver Desbordes (2000).

com um texto completo, Keil prefere fazer sua própria edição do texto de Agostinho, retirando a maior parte do texto editado por Weber. Além disso, o texto *De regula*, outro tratado gramatical atribuído ao bispo de Hipona, foi retirado, inteiramente, da edição de Putsch, de 1605 (*Grammaticae latinae auctores antiqui*, p. 1975-2018).⁷² Contudo, o texto do *De regula*, ao contrário da *Ars breuiata*, é hoje considerado pelos comentadores modernos como sendo de um Pseudo-Agostinho (LAW, 2005 [1990], p. 431).

Muitos dos problemas encontrados no estudo do texto da *Ars breuiata* podem estar relacionados à história desse texto no período posterior à sua publicação, como apresentaremos mais abaixo. Sabemos pelos estudos publicados por Law (1986, p. 377, 1987, p. 25) e, principalmente, por Bonnet (2013, p. XXXII-XXXIII), que o texto de Agostinho foi conservado apenas por três manuscritos medievais:

- o manuscrito V: *Bibliotheca Apostolica Vaticana*, Pal. lat. 1746⁷³ (Abadia de São Nazário de Lorsch) tem quatro seções, a primeira, contendo o texto da *Ars breuiata*, e a terceira são datadas do final do século VIII, a segunda e a quarta são da primeira metade do século IX;
- o manuscrito B: Bruxelles (Brussels), *Bibliothèque Royale*, 9581-9595, pode ser proveniente de Tours e sua datação é do final do século IX;
- o manuscrito P: Paris, *Bibliothèque Nationale* (Paris BN), lat, 7520, foi compilado entre os séculos IX e XIV e é uma coletânea de textos gramaticais.

Em todos os manuscritos o texto do *De regula* é precedido da *Ars breuiata* (BONNET, 2013, p. XXXIV).

⁷² Há um fato curioso nessa informação, pois, ao averiguarmos a edição de Putsch, a ordem dos gramáticos apresentadas por Keil só se mantém parecidas com as do filólogo do século XVII em alguns volumes, pois, na edição de Keil, o *De regula* de Agostinho é sucedido pela *Ars grammatica* de Palêmon (séc., I a.C.), diferente da edição feita por Putsch, que apresenta a *Ars (De duabus orationis partibus, Nomine et uerbo)* de Consêncio como o texto subsequente. Law (2003, p. 229) endossa a ideia de que: “Keil imprimiu os textos na mesma ordem que Putsch tinha feito, em uma impressionante exibição de continuação editorial ao longo dos séculos”. (“Keil printed the texts in the same order as Putsch had done, in a remarkable display of editorial continuity down the centuries.”). Longe de questionarmos a autoridade de Law em relação ao conhecimento dos textos gramaticais latinos, mas, nesse caso, não podemos deixar de mencionar essa ocorrência. A edição de Putsch está disponível em: http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10218502_00312.html.

⁷³ http://bibliotheca-laureshamensis-digital.de/bav/bav_pal_lat_1746/0010?sid=d4e6ac478435b85afa3da940399168a1

O link na referência leva direto para o texto da *Ars breuiata* no referido manuscrito. Podemos perceber com imagem a passagem do parágrafo 7

Dois estudiosos estão relacionados com a (re)descoberta do texto gramatical de Agostinho. O padre Faustino Arévalo, em 1813, fez com que esse tema ressurgisse em sua época, após ter descoberto o manuscrito V. Logo em seguida, o cardeal Mai, na sua publicação de 1839, mencionou uma *Ars grammatica sancti Augustini adbreuiata*, depois de ter feito um relatório a respeito disso, com o catálogo da Abadia de São Nazário de Lorsch. A já referida edição de Weber foi publicada pouco tempo depois, no ano de 1861.

O texto da *Ars breuiata* está repleto de problemas filológicos como, por exemplo, de datação e, principalmente, de autoria⁷⁴. Diante disso, inúmeros estudiosos vêm se dedicando a esclarecer a procedência desse texto ou mesmo atestando a veracidade de tal fato. Entre os autores mais expressivos podemos destacar: LAW, 1984, 1986, 1987, 2003, 2005 [1990]; HOLTZ, 1981; BARATIN, 1989, 1994, 2000; SWIGGERS, 1992; LENOBLE; SWIGGERS; WOUTERS, 2003; LUHTALA, 2005; BERMON, 2012; BERMON; BONNET, 2013.

As questões mais debatidas por esses autores são: quando esse pequeno tratado gramatical teria sido escrito por Agostinho? Quais são os autores posteriores a Agostinho que reconheceram a *Ars breuiata* como sendo um texto de Agostinho? E, por fim, mas não menos complexo, quais são as características encontradas na *Ars breuiata* que mantêm semelhanças com outros textos de Agostinho?

Em Holtz (1981, p. 708-709) temos as seguintes referências ao texto de Agostinho: Ps. Augustinus:

- *Ars pro fratrum mediocritate breuiata* (GL, 5) 7, 7 613, 3 13 125 14 134 16 629, 11
- *De regula* (GL, 5) 496 sqq. 346 496, 15 sq. 628, 10 sq. 506, 1 586, 8 619, 16 506, 5 586, 8 619, 16 506, 19 sq. 623, 2 sq. 506, 21 III 623, 8 506, 24 623, 4 506, 30 624, 8 sq. 507, 7 125 516, 33 641, 2 517, 9 642, 4 517, 34 sqq. 428 517, 34 640, 2sq. 517, 36 640, 4 517, 39 641, 8 518, 2 642, 4 518, 26 652, 8 518, 30 640, 4 518, 37 646, 11 sq. 518, 38 640, 8 518, 41 640, 12 519, 1 sq. 640, 15 sq. 519, 10 643, 4 519, 26 643, 1 sq. 519, 29 642, 14 519, 31 643, 13 520, 11 644, 2 520, 19 645, 13 sq. 520, 33 646, 14 sq. 520, 34 647, 8 520, 35 647, 9 sq. 520, 38 646, 16 sqq. 521, 28 sqq. 221 428 647, 8 sqq. 522, 17 sq. 649, 17 sq. 522, 25 650, 4 sqq.

⁷⁴ Ver 'St. Augustine's 'De Grammatica': Lost or Found?', *Recherches Augustiniennes* 19 (1984), 155-83. Ver, também, Ubaldo Pizzani, 'Gli scritti grammaticali attribuiti a S. Agostino', *Augustinianum* 25 (1985), 361-83; Maximilian Fussl, 'Grammatica (De -)', em *Augustinus-Lexikon*, 3, 175-9. Infelizmente não conseguimos acesso aos textos dos autores Pizzani (1985) e Fussl (sd) que se debruçaram sobre esse tema, portanto, as referências desses autores, em nosso estudo, foram retiradas de outras obras.

523, 13 650, 12 524, 9 652, 5 sqq.

Essa diferença no número de referências feita à *Ars breuiata* e ao *De regula* por Holtz pode ter sido o reflexo de que, em Keil, encontramos apenas alguns parágrafos da *Ars breuiata*, e não a obra como um todo, como podemos encontrar em Weber (1861). Esse exaustivo número de referências demonstra o quanto o texto da *Ars breuiata* em relação ao da *Regulae* ainda é inexplorado do ponto de vista comparativo com as *Artes* de Donato e mesmo com outros tratados gramaticais da época. Law (1984, p. 158), em nota, nos informa da dificuldade de se encontrar a edição de Weber; segundo a autora: “estas duas páginas *GL V 494-6* são tudo o que muitos estudiosos têm visto da *Ars breuiata*, a edição de Weber, hoje em dia, é difícil de se obter”⁷⁵.

Kaster (1988) parece ainda não considerar a *Ars breuiata* um texto de Agostinho, pois, em sua prosografia sobre Santo Agostinho, ele apenas menciona que Agostinho teria escrito um tratado gramatical. O autor utiliza apenas a passagem das *Retractationes I, 6* para ressaltar que:

entre os tratados escritos por Agostinho em Milão enquanto ele estava esperando pelo batismo, Agostinho teria escrito um trabalho sobre gramática que mais tarde perdeu. Os tratados gramaticais existentes com o seu nome (*GL 5. 494ff*) são tido como pseudos.⁷⁶

(KASTER, 1988, p. 247).

Bonnet (2013) destaca que:

a atenção contínua dada à linguagem pelo jovem professor e, em seguida, pelo bispo e polemista é conhecida; ela está espalhada em várias passagens de sua grande produção escrita, e não deixou de despertar o interesse dos pesquisadores, os que são [estudiosos] da patrística, filósofos e gramáticos.⁷⁷

(BONNET, 2013, p. VIII).

Vivien Law (1984), por exemplo, estudiosa dos gramáticos e das gramáticas do período

⁷⁵ Cf. “these two pages (*GL V 494-6*) are all that many scholars have seen of the *Ars breuiata*, Weber’s edition now being difficult to obtain.”

⁷⁶ Cf. “Among the works written at Milan while A. was awaiting baptism (cf. *Retract.*, 1.1-6) was a treatise on grammar, which A. later lost (*ibid.* 1.6). The gramm. treatises now extant under his name (*GL 5.494ff.*) are supposititious.”

⁷⁷ Cf. “l’attention continue portée au langage par le jeune professeur, puis par l’évêque et polémiste, est connue; elle affleure dans nombre de passages de son abondante production écrite, et n’a cessé de susciter l’intérêt des chercheurs, qu’ils soient patristiciens, philosophes ou grammairiens.”

tardio e medieval romano, se dedicou a explicitar a procedência da *Ars grammatica* escrita pelo bispo de Hipona. As observações de Law (1984) a respeito do tema são endossadas pelo testemunho de Luhtala (2005, p. 138) ao relatar que: “a autenticidade da gramática de Agostinho, que foi colocada em dúvida por muito tempo, tem sido convincentemente defendida por Vivien Law”.⁷⁸

Law (1990, p. 192), assim como Făgărășanu (1997, p. 79)⁷⁹, nos informa que Agostinho, provavelmente, escreveu sua *Ars breuiata* entre o ano de 386/87 d.C., enquanto se preparava para o seu batismo. Essa observação, feita por Law (1990) e Făgărășanu (1997), em relação à provável época em que Agostinho teria escrito o seu tratado gramatical, baseiam-se nas anotações feitas pelo próprio bispo de Hipona em suas *Retractationes* (I, 6) ao dizer que:

Durante o mesmo tempo em que estive em Milão para receber o batismo, também tentei escrever livros sobre as disciplinas... Porém, daqueles, somente, pude terminar o livro *De grammatica* (Sobre a gramática), que, depois, perdi dentro da nossa biblioteca; e o *De musica* (Sobre a música) em seis volumes...⁸⁰

(AGOSTINHO, *Retract.*, I, 6).

A partir das considerações feitas na passagem acima, parece que ele, de fato, havia compilado um texto chamado *De grammatica*. Nesse sentido, o problema de autoria da *Ars breuiata* pareceria resolvido, entretanto, apenas a passagem das *Retractationes* não esclarece se a *Ars breuiata* é o texto que, de fato, foi escrito por Agostinho, segundo seu próprio relato. Dessa forma, são importantíssimos os testemunhos dos autores posteriores a Agostinho, para

⁷⁸ Cf. Luhtala (2005, p. 138): “The authenticity of Augustine’s grammar, which was in doubt for some time, has been convincingly defended by Vivien Law.” De fato, o trabalho de Law (1984) é um texto rico em comentários filológicos.

⁷⁹ Cf. Law (1990, p. 192): “a gramática era parte de um projeto que Agostinho empreendeu enquanto se preparava para o seu batismo (386/387 d.C.), escrever uma série de textos sobre as Artes Liberais que poderiam servir como um primeiro passo para ajudar aqueles capazes de serem levados para esse caminho para a compreensão das coisas mais elevadas”. (cf. “the grammar was part of a project Augustine undertook while preparing for baptism (386/87), to write a series of textbooks on the Liberal Arts which could be serve as a first step toward helping those who were capable of being led by this route to an understanding of higher things...”). Conforme Făgărășanu (1997, p. 79): “Como professor de gramática e de retórica Santo Agostinho foi submetido a esta mudança de foco em si mesmo, e os resultados podem ser vistos em seus trabalhos: a *Ars breuiata*, por exemplo, gramática que ele escreveu enquanto se preparava para o batismo (386/387), contém elementos cristãos, coexistindo com o tom geral secular”. (Cf. “As former grammarian and theacher of rhetoric, St. Augustine underwent this shift of focus himself, and the results can be seen in his work: *Ars breuiata*, for example, the grammar he wrote while preparing for (386/87), contains Christians elements, coexisting with the general secular tone.”).

⁸⁰ Cf. *Per idem tempus quo Mediolani fui baptismum percepturus, etiam Disciplinarum libros conatus sum scribere... Sed earum solum De Grammatica librum absolvere potui, quem postea de armario nostro perdidit; et De Musica sex volumina...*

que a autenticidade do texto possa ser, se não aceito, pelo menos considerada seriamente.

Entre os relatos mais expressivos sobre a procedência do trabalho gramatical de Agostinho encontra-se o de Cassiodoro (século VI d.C.), em suas *Institutiones diuinarum et saecularum litterarum* (II 1, 1), ao nos relatar que: “mas, com efeito, achamos que Santo Agostinho escreveu [uma gramática], em poucas palavras, que devia ser ensinada, de alguma maneira, por causa da simplicidade dos frades, sob o mesmo título...”⁸¹ Além disso, mais do que, aparentemente, o relato de Cassiodoro possa nos ajudar na identificação da “paternidade” (BONNET, 2013, p. vii) do texto da *Ars breuiata*, esse testemunho também apresenta uma discussão bem interessante sobre o possível nome do tratado gramatical de Agostinho. Se adotássemos a posição de Cassiodoro, o texto escrito por Agostinho receberia o nome, de acordo com o relato feito por Law (1984, p. 179), de *Ars Sancti Augustini propter simplicitatem fratrum breuiater instructa*⁸² [Arte de Santo Agostinho, elaborada de forma abreviada, por causa da simplicidade dos frades].

A menção de Cassiodoro ao escrito gramatical de Agostinho, entretanto, não está no centro de suas observações a respeito dos autores que se dedicaram a escrever uma *Ars grammatica*. Weber (1861, p. 5), em nota, nos informa que “Cassiodoro, no entanto, na *ars grammatica*, não se refere a Agostinho, mas sim a Donato como modelo de gramática a ser seguida.”⁸³ Todavia, a ressalva feita por Weber (1861) a respeito da posição adotada por Cassiodoro merece uma observação. O gramático menciona Agostinho talvez pela definição de verbo que apresenta, que é extraída, *ipsis litteris*, do texto de Agostinho: “verbo é a parte da oração sem caso e com tempo e pessoa [Cass. *Inst. De gramm.*, II, 1, 2: *verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu*]. No entanto, a definição de *pronomen* (pronome) de Cassiodoro é a mesma que a de Donato.⁸⁴

Além de Cassiodoro, os gramáticos Godescalc d’Orbais, Clément Scot, Abbon de Fleury (1004) e Aimeri (1084)⁸⁵ não só mencionam o nome de Agostinho, mas também

⁸¹ Cf. *sed et sanctum Augustinum propter simplicitatem fratrum breviter instruendam aliqua de eodem titulo scripsisse repperimus*.

⁸² A discussão sobre o “verdadeiro” nome do texto gramatical de Agostinho é demasiadamente longa e até certo ponto confusa e inconclusiva. Sendo assim, preferimos adotar o nome sancionado pela edição de Weber (1981) *Ars Augustini pro fratrum mediocritate breuiata* que, por sua vez, é o mais aceito e difundido pelos estudiosos desse texto. Para mais detalhes sobre esse assunto ver Law (1984) e Bonnet (2013).

⁸³ Cf. *Cassiodorius tamen in arte grammatica non Augustinum sequitur, sed Donato...* Para mais detalhes sobre esse tema ver Holtz (1981, p. 245-253).

⁸⁴ Cf. Cass. *Inst. De gramm.*, II, 1, 2: *pronomen est pars orationis quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit*. Em Donato temos: *Pronomen est pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit*. (O pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pesso.) (DONATO, *Ars mai.*, 629 H).

⁸⁵ As citações dos textos latinos desses gramáticos foram retiradas da edição de Bermon & Bonnet, 2013, p. xxi; xxvi-xxix. Um adendo importante sobre a obra de Bermon & Bonnet (2013) consiste no fato de que não há nenhuma tradução de qualquer trecho em latim contido na obra a não ser o texto da *Ars breuiata*. Dessa forma,

utilizam-se das reflexões de Agostinho na *Ars breuiata* sobre alguns temas gramaticais. Para sermos mais precisos, todos os quatro autores citados acima retomam o uso dos graus do comparativo em latim, segundo Agostinho, passagem na qual se inscreve a única citação bíblica contida na *Ars breuiata* (I, 7), do livro I de *Coríntios*, capítulo 13, versículo 13, que analisaremos à frente, no capítulo 4 desta dissertação.

No *Opusculum de rebus grammaticis* (Ed. LAMBOT, Louvain, 1945, p. 353), Godescalc d’Orbais, ao se referir ao uso do comparativo latino, pondera dizendo que “Santo Agostinho, no livro da *Ars grammatica*, ensina perspicazmente [o tema].”⁸⁶ Godescalc d’Orbais, nesse trecho, nos fornece a informação de que Agostinho escreveu um texto gramatical, no entanto, Godeslac d’Orbais menciona tal texto se referindo ao uso do comparativo.

A referência feita por Clément Scot na sua *Ars grammatica* (p. 32, 11 sqq. TOLKIEHN, Deiterich 1928) vai além da que vemos em Godeslac d’Orbais, pois Clément Scot cita quase literalmente o texto da *Ars breuiata*. Na referida passagem, lemos:

Com efeito, tempos atrás, como Agostinho tinha reconhecido, [o comparativo] rege o genitivo plural, como é lido na carta de Paulo <<*Manet autem fides spes caritas tria haec*>>. Porque (depois que) a caridade entre as três fora enumerada, disse <<*maior autem horum caritas*>>. Porém, se dissesse <<*maior his caritas*>>, assim como alguns emendaram de forma indouta, pareceria introduzir outra caridade [como se fosse] uma quarta...⁸⁷

Clément Scot, ao se referir a Agostinho nessa passagem da *Ars breuiata*, nos relembra que uma das funções dos gramáticos e da gramática era a preservação dos textos, referendada por uma análise crítica. As interpolações textuais decorreriam não só do texto em si, ou por seu grau de obscuridade, mas também por constituir-se como uma cópia mal sucedida. Ou seja, proferir interpretações sobre as *Esrituras* exigia muito de quem o fazia. Abbon de Fleury (*Quaest. Gram.*, 41), da mesma forma que Clément Scot, parece se utilizar da reflexão de Agostinho e diz que leu no pequeno texto de Agostinho considerações interessantes a

as referências utilizadas por esses autores sobre os gramáticos latinos são estritamente filológicas, sendo assim um material de extremo valor epi-historiográfico. Faço essa nota para evitar o uso excessivo de *apud* / *in* no corpo do texto. Nessa nota também apresento de que edição Bermon & Bonnet (2013) retiraram suas citações para que o leitor possa consultar ou mesmo buscar tais referências fora do nosso texto.

⁸⁶ Cf. *quia sicut sanctus Augustinus in Artis libro grammaticae perspicater docet, comparationis, etc.*

⁸⁷ Cf. *Et aliquando genetiuum pluralem Augustino testante regit, ut in epistula Pauli legitur <<Manet autem fides spes caritas tria haec>>. Quoniam caritas inter tria connumerata fuerat, dixit <<maior autem horum caritas>>. Nam si diceret <<maior his caritas>>, sicut quidam male emendauerunt aliam caritatem quartam inducere uideretur...*

respeito dos graus do comparativo.

O último testemunho em relação à *Ars breuiata* de Agostinho é narrado por Aimeri através de uma passagem de sua *Ars lectoria* (REIJNDERS, 1971, p. 141):

[Afim de que] o leitor também saiba por que é reconhecido outro sentido quando o genitivo é colocado no grau comparativo como <<*spes fides caritas tria hec*>>; <<*maior autem horum est caritas*>>, isto é, a maior destas três é a terceira: a caridade; e tem outro sentido quando é colocada no ablativo. Se, porém, dissesse <<*maior his*>> entenderia uma quarta que fosse maior do que essas três.⁸⁸

Diante dos testemunhos dos gramáticos, vemos que o “texto” de Agostinho foi reconhecido pela posteridade, mas a incerteza que, ainda hoje, ronda a procedência de tal *Ars grammatica* pode ter outra vertente. Esse problema da autenticidade da *Ars breuiata*, a nosso ver, pode ter ocorrido por uma má interpretação da passagem das *Retractationes* I, 6 (426-427 d.C.) fornecida pelo próprio Agostinho, citada acima. Há naquela passagem duas questões importantes a serem consideradas. Se, por um lado, a passagem I, 6 da referida obra fornece-nos uma pista importante de que Agostinho, provavelmente, escreveu um texto de teor estritamente gramatical, por outro lado, a mesma passagem poderia ter suscitado uma desconfiança em relação a esta *De grammatica* por parte de autores posteriores, pois, como Agostinho ressalta nesse trecho, tal livro ter-se-ia perdido.

Nesse sentido, mesmo que algum gramático posterior estivesse com o texto da *Ars breuiata* em mãos, seria bem provável que ele desconfiasse da procedência do texto e, como consequência, não atestasse sua “autoria”⁸⁹ e, se o fizesse, como foi o caso do testemunho dos gramáticos acima, nada nos garante que esses mesmos estudiosos tivessem tido acesso somente a um fragmento deste texto, uma vez que todos eles só se referem à mesma passagem. O segundo problema consiste em saber, ao certo, qual seria o impacto causado nos

⁸⁸ Cf. *Sciat quoque lector quoniam sensus est alius cum genitiuus supponitur comparatio gradui, ut <<spes fides caritas tria hec>>; <<maior autem horum est caritas>>, hoc est maior istarum trium tertia est caritas; et alius sensus est cum supponitur ablatiuus. Si enim diceretur <<maior his>> quartum intellegeretur quod tribus istis maius esset.*

⁸⁹ O problema da autoria na Antiguidade, certamente, não é o mesmo dos dias atuais. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que antigos romanos também se preocupavam com essas questões. Dois exemplos característicos dessa preocupação com a “autoria” dos textos pode ser encontrada no prólogo do livro primeiro da *Institutio oratoria* de Quintiliano. Outro dado importante a ser destacado consiste no fato de que os gramáticos estavam “autorizados” a fazerem determinadas modificações nos textos em circulação. O exemplo mais característico dessa prática pode ser atestado pela divisão do texto *Bellum Punicum* de Nêvio em sete livros, divisão esta feita pelo gramático da época da República chamado Lampádio. De acordo com Suetônio *De grammaticis* I, 2: “... ainda por meio de leitura e comentário – como Caio Otávio Lampadião [refundiu] a *Guerra púnica* de Nêvio, a qual, apesar de ter sido exposta num único volume e em escrita contínua, ele dividiu em sete livros;” (Tradução de Marcos Martinho (2014, p. 242).). Warmington (1986, p. xvii), comentador dos textos do latim arcaico, também, utiliza da referência de Suetônio para fazer seus comentários sobre o texto épico de Nêvio.

autores medievais da obra *Retractationes*, visto que não há, em nenhum comentador dos gramáticos, uma ponderação nesse sentido em relação a esse texto. Porém, como sabemos, Agostinho teve suas obras de maior porte sempre em grande circulação, ficando assim essas obras “mais periféricas” de sua produção intelectual obscurecidas por tratados como o *De doctrina Christiana*, *Confessiones* e o *De Ciuitate Dei*.

Sem termos a pretensão de sermos exaustivos neste levantamento de aspectos ligados à transmissão do texto, visando, antes, apenas a apontar alguns problemas, de forma inconclusiva, apresentamos, na sequência, a conclusão feita por Law (1984, p. 183), ao ponderar que: “nós não precisamos nos sentir embaraçados ao atribuir esse trabalho a um pensador tão grandioso como Santo Agostinho”⁹⁰.

3.2 O gênero gramatical enquanto forma fixa: *Ars breuiata*, uma *Schulgrammatik*?

Outro ponto importante a ser analisado na *ars* de Agostinho se refere ao gênero em que ela se enquadra. Para isso, é necessário fazer algumas observações a respeito dos dois grandes gêneros de *Artes grammaticae* denominados de *Schulgrammatik* e *Regulae* pelo filólogo e estudioso dos textos gramaticais latinos Karl Barwick, em sua tese de 1922.⁹¹

O gênero da *Ars grammatica* se caracteriza, primeiramente, por ser um compêndio gramatical escolar. É por isso que recebeu o nome de *Schulgrammatik* (gramática escolar) (LAW, 1986). Esse gênero textual contém uma sistematização das categorias gramaticais, exemplificadas por meio do latim, como, por exemplo, a declinação dos nomes, a conjugação dos verbos etc. Os textos gramaticais intitulados *Regulae* são como listas de declinação e conjugação de nomes e verbos latinos.⁹²

Esquemáticamente, o gênero das *artes* possuía três partes, à maneira do que vemos também na *Ars maior* de Donato que, segundo Baratin (1994, p. 143), “tem a reputação de

⁹⁰ Cf. “We need not feel embarrassed at attributing this work to so great a thinker as Augustine.”

⁹¹ No entanto, sua teoria sobre os dois tipos de *Artes grammaticae* é bem discutido e criticado por autores como Baratin (1994); Desbordes (1995, 2000, 2007); Baratin & Desbordes (1981) e Law (1986, 1996, 2003).

⁹² Segundo Law (2005 [1990], p 431): “O segundo maior gênero gramatical era o tipo de gramática *regulae*, que normalmente tomava a forma de um trabalho de referência destinada a ajudar com a identificação de formas do latim. Foi amplamente produzida por trabalhos de autores que se encontravam na parte bilingue do Império – Prisciano, Êutico e Focas no oriente grego, bem como Marciano Capela e Pseudo-Agostinho no norte da África. – Esses trabalhos permitiam ao estudante olhar o final de um nome ou um verbo estranho em uma lista alfabética a fim de descobrir de que gênero, declinação ou conjugação eles pertenciam.” (“The second major grammatical genre was the *regulae* type of grammar, which usually took the form of a reference work designed to help with the identification of Latin forms. Largely by authors working in bilingual parts of the Empire — Priscian, Eutyches, Phocas in the Greek East, as well as Martianus Capella and pseudo-Augustine in Africa — these works permitted the student to look up the ending of a strange noun or verb in an alphabetical list in order to find out what gender, declension or conjugation it might belong to.”). No exame exaustivo realizado por Law (1984), a autora destaca as diferenças e semelhanças existentes entre a *Ars breuiata* e o de *Regulae*.

ser o modelo mais bem-acabado deste tipo de tratado”⁹³. Sua divisão compunha-se, portanto, da seguinte forma, como vemos no esquema abaixo:

Primeira Parte (Livro I):

De uoce (sobre a voz)
De littera (sobre a letra)
De syllaba (sobre a sílaba)
De pedibus (sobre os pés [métricos])
De tonis (sobre a acentuação)
De posituris (sobre a pronúncia)

Segunda Parte (Livro II):

De partibus orationis (sobre as partes da oração)⁹⁴

De nomine (sobre o nome)
De pronomine (sobre o pronome)
De uerbo (sobre o verbo)
De aduerbio (sobre o advérbio)
De participio (sobre o particípio)
De coniunctione (sobre a conjunção)
De praepositione (sobre a preposição)
De interiectione (sobre a interjeição)

Terceira Parte (Livro III)

[*Vitia orationis*] (vícios de linguagem)
De barbarismo (sobre o barbarismo)
De soloecismo (sobre o solecismo)
De ceteris uitiiis (sobre outros vícios)

[*Virtutes orationis*]⁹⁵ (virtudes da linguagem)
De metaplasms (sobre os metaplasmos)
De schematibus (sobre as figuras)
De tropis (sobre os tropos)

⁹³ Cf. “L’Ars maior de Donat a la réputation d’être de modele le plus achevé de ce type de traités.”

⁹⁴ Cf. *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomem, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio*. (Don., *Ars Mai.*, 613 H). “As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.”

⁹⁵ Essa divisão de *Vitia uirtutesque orationis* (vícios e virtudes da linguagem) foi retirada de Baratin & Desbordes (1981, p. 46-47). Na edição feita por Holtz (1981), por exemplo, não há essa divisão no texto de Donato. Este recurso serve apenas para termos uma visualização melhor de como as *Ars maior* de Donato se estrutura.

Mesmo que a *Ars maior* seja o modelo mais completo e, por isso, representativo, de forma geral, do gênero *Schulgrammatik*, ela não é o único tratado gramatical tardio que recebe essa denominação. Conforme Law (1986, p. 365), Escauro, Dositeu, Ásper, Áudax, Vitorino e Agostinho são autores que produziram textos gramaticais que se enquadram nesse gênero. Poderíamos pensar que uma das características que definiriam tais textos em um mesmo grupo fosse seu tamanho, contudo, esse não seria tampouco um bom critério, pois, ainda de acordo com Law (1986, p. 365), a extensão desses textos é bem variável, por exemplo, a gramática de Ásper possui sete páginas, outras *artes* são de tamanhos intermediários, obtendo como na edição recente de Bonnet (2013) sobre a *Ars breuiata*, 103 parágrafos⁹⁶, ou seja, uma *ars grammatica* de extensão média.

Dessa forma, não é a extensão do texto gramatical o responsável por seu enquadre na categoria das *Schulgrammatiken*. Contudo, poderíamos citar o ambiente em que se utilizava esse tipo de *ars*, bem como a disposição dos assuntos tratados como fatores que diferenciam e agrupam algumas das gramáticas produzidas no período tardio dentro desse gênero.

O contexto escolar (*Schulgrammatik* – “gramática escolar”) era, provavelmente, o ambiente preferencial de circulação de tais textos. Uma de suas finalidades consistia em expor categorias gramaticais exemplificadas através do latim com ênfase não na descrição das formas, mas, sim, na rotulação e classificação de formas conhecidas, a partir de textos presumivelmente usados na escola. Essa especificidade pode estar relacionada ao fato de que os alunos, por sua vez, eram falantes de latim.⁹⁷

⁹⁶ Cf. Law (1986, p. 365): “As gramáticas que restaram da Antiguidade Tardia estão divididas em dois grupos principais, o tipo *Schulgrammatik* e o *Regulae*. As obras do tipo *Schulgrammatik* são caracterizadas pela sua estrutura sistemática: progredindo através das partes da oração, uma a uma, eles definem cada parte do discurso e suas propriedades (*accidentia*), e discutir cada propriedade, por sua vez. Em comprimento, elas variam muito, desde as sete páginas da gramática de Ásper, através de obras de comprimento intermediário como a gramática da Dositeu, Escauro, Donato, Vitorino, Áudax, a *Ars breuiata* de Santo Agostinho, e os mais longos, como, por exemplo, as obras de Consêncio, Carísio, Diomedes, e a *Instituta artium* de Probo, perto de mil páginas de abrangente *Institutiones grammaticae* de Prisciano. Tipicamente, eles tendem a favorecer definições e explicações à custa de paradigmas e exemplos”. (“The surviving Late Latin grammars fall into main groups, the *Schulgrammatik* type and the *regulae* type. Works of the *schulgrammatik* type are characterized by their systematic structure: progressing through the parts of speech one by one, they define each part of speech and it is proprieties (*accidentia*), and discuss each propriety in turn (BARWICK, 1922, p. 89-90). In length they vary greatly, from the seven pages of Asper’s grammar, through works of intermediate length like the grammar of Dositheus, Scaurus, Donatus, Victorinus, Audax, St. Augustine’s *Ars breuiata*, and the longer works of Consentius, Charisius, Diomedes, and Probus’s *Instituta artium*, to the close to a thousand pages of Priscian’s comprehensive *Institutiones grammaticae*. Typically, they tend to favour definitions and explanation at the expense of paradigms and examples.”).

⁹⁷ Segundo Law (2005, [1990], p. 431): “A *schulgrammatik* consistia em uma exposição sistemática de categorias gramaticais exemplificadas através do latim... A ênfase deste tipo de trabalho se dava não pela descrição das formas do latim, que o estudante, um falante nativo de latim, poderia já saber, nem sobre as regras que as geraram, mas sim na rotulação e classificação de formas conhecidas.” (Cf. “The *Schulgrammatik*

A disposição dos assuntos gramaticais a serem tratados possuem, de acordo com Law (2003, p. 65), quatro características intrínsecas: a) uma estrutura rigorosamente hierárquica; b) uma estrutura sistemática no interior dos capítulos; c) uma organização lógica refletindo a presumida estrutura lógica da língua(gem), e, por fim, (d) a tendência de colocar, em primeiro plano, as categorias semânticas e, conseqüentemente, deixar, em segundo plano, as categorias formais ou, então, omiti-las de modo geral.⁹⁸

As características (b) e (d) serão analisadas no item 3.4., com o intuito de apresentar uma comparação estrutural-conceptual entre a *Ars* de Agostinho e a *Ars* de Donato, considerando as definições de cada parte da oração, observando, assim, se a *Ars breuiata* compartilha, de forma parcial, algumas das características “linguísticas” das *Artes grammaticae* de Donato.

Voltando, mais uma vez, nossa atenção para as quatro características que sustentam a *Ars maior* de Donato e outros tratados gramaticais nesse gênero, propomos uma análise de contraste entre a *Ars breuiata* e a *Ars maior* para observarmos se a estrutura geral que se pode depreender das duas se mantém. Como já possuímos o esquema da *Ars maior* de Donato apresentada acima, mostramos aqui apenas o esquema da *Ars breuiata*, que se configura deste modo:

Primeira Parte (Livro I):

Latinitas (Latinidade ou correção)
Ratio (organização lógica)
Consuetudo (uso)
Auctoritas (autoridade)

Segunda Parte (Livro II):

De partibus orationis (sobre as partes da oração)⁹⁹
De nomine (sobre o nome)
De pronomine (sobre o pronome)
De uerbo (sobre o verbo)

contained a systematic exposition of grammatical categories exemplified through Latin ... The emphasis in such works fell, not on the description of the forms of Latin, which the student, a native speaker of Latin, would already know, nor on rules through which to generate them, but on the labelling and classification of known forms.”).

⁹⁸ Cf. “rigorously hierarchical structure; systematic structure within chapters; logical organization reflecting the presumed logical structure of language; tendency to foreground semantic categories and correspondingly to relegate formal categories to second place or omit them altogether.”

⁹⁹ *Partes orationis sunt octo: Nomen, Pronomen, Verbum, Adverbium, Participium, Coniunctio, Praepositio, Interiectio.* “As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição.” (Aug. *Ars breu.*, I, 2).

De aduerbio (sobre o advérbio)
De participio (sobre o particípio)
De coniunctione (sobre a conjunção)
De praepositione (sobre a preposição)
De interiectione (sobre a interjeição)

Terceira Parte (Livro III)

[*Vitia orationis*] (vícios de linguagem)
De soloecismo (sobre o solecismo)
De barbarismo (sobre o barbarismo)
Appendix (Apêndice sobre regência verbal)

Ao observarmos essa disposição da gramática de Agostinho, contrapondo-a ao modelo da gramática de Donato, tendemos a concordar que a estrutura geral das duas gramáticas parece muitíssimo parecida. Certamente, do ponto de vista de uma análise que leva em consideração apenas a apresentação dos conteúdos dispostos em livros diferentes, essa posição parece se sustentar. No entanto, quando percebemos que *Ars breuiata* começa com a definição de *Latinitas*, ou seja, uma virtude da linguagem, e que *Ars maior* de Donato apresenta como primeiro tópico gramatical o estudo do *De uoce* (sobre a voz), a primeira dessemelhança aparece. Mais do que isso, a *Ars Maior* de Donato não possui tal definição, porém, mesmo que essa definição estivesse presente no trabalho de Donato, esperaríamos que ela aparecesse na terceira parte da gramática, pois é nessa seção que as observações sobre as *uirtutes orationis* (as virtudes da oração) estão.

Nesse sentido, o “esquema clássico” de que as gramáticas do tipo *Schulgrammatik* começam com o livro I, destinado ao estudo do que hoje chamamos de “fonética” (DESBORDES, 2000, p. 268) não procede no esquema pedagógico traçado pela *Ars breuiata* de Agostinho. Além do conceito de *Latinitas*, outros conceitos como o de *soloecismus* (solecismo) e o de *barbarismus* (barbarismo) são os únicos vícios da linguagem (*Vitia orationis*) descritos por Agostinho na *Ars breuiata* e são apresentados em uma ordem diferente daquela que Donato estabeleceu na *Ars maior*, ao definir primeiro o *barbarismus* e, depois, o *soloecismus*. Law (1984, p. 178) é a responsável por destacar essa a inversão programática no texto de Agostinho ao destacar que: “nas gramáticas da Antiguidade Tardia a discussão do barbarismo invariavelmente precedia a de solecismo; porém, na *Ars breuiata*, a ordem inversa é seguida”.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Cf. “In Late Latin grammars the discussion of barbarismus invariably preceded that of soloecismus; but in

Não podemos deixar de frisar, ainda, o apêndice que existe na obra de Agostinho, com regências verbais, os *idiomata casuum* (particularidades idiomáticas dos casos) (BONNET, 2013, p. 88) / *locutiones uerborum* (LAW, 1984, p. 160). Essa seção também não aparece na *Ars maior* de Donato, configurando, desse modo, mais uma diferença entre os dois tratados.

A nossa breve comparação destacou até aqui as diferenças existentes entre a *Ars breuiata* e a *Ars maior* no que diz respeito à primeira e terceira parte dos manuais de gramática tardios. A parte II, entretanto, destinada ao estudo e sistematização das *partes orationis*, tanto na *Ars maior* quanto na *Ars breuiata*, mantém a mesma estruturação: não há nenhuma alteração saliente na disposição dos conteúdos tratados pelos dois gramáticos. Conforme Bonnet (2013, p. 52) elucida, “a ordem das partes da oração é mesma que a de Donato, de forma que essa breve enumeração poderia ser considerada como uma citação literal.”¹⁰¹

Segundo a tradição gramatical latina (Sérvio, *GL IV*, 405.4), assim como para os comentadores modernos, as partes da oração seriam “o núcleo” dos textos artegráficos latinos, constituindo, talvez, uma das mais importantes contribuições da Antiguidade Clássica para a Linguística ocidental (SWIGGERS; WOUTERS, 2008, p. 69).¹⁰² Dessa forma, se a estruturação das partes da oração já estava fixada dentro de um modelo mais ou menos fechado, não haveria motivos para que Agostinho alterasse tal ordem.

Há, contudo, duas observações que merecem destaque. A primeira consiste em saber que “o modo de apresentação (estruturação) de uma gramática a outra é variável”¹⁰³ (BONNET, 2013, p. XVIII). A segunda, que é oriunda da reflexão realizada por Baratin (1994, p. 144), diz respeito ao fato de que, quando observamos as *artes grammaticae*, “podemos perceber que há uma diferença na escolha dos mesmos temas, na sua organização e na repartição de cada grupo.”¹⁰⁴

Em resumo, o que podemos dizer, de antemão, sem antes apresentarmos uma análise

the *Ars breuiata* the reverse order is followed.”

¹⁰¹ Cf. “L’ordre des parties du discours est celui de Donat, de sorte que la brève énumération pourrait être considérée comme une citation littérale...”

¹⁰² A mais importante contribuição da Antiguidade clássica para a Linguística ocidental são (1) um grande número de metatermos, ainda, amplamente, usados nos dias de hoje, e (2) um sistema de partes da oração.” (Cf. “The most important contributions of classical Antiquity to Western linguistics are (1) an extensive set of metaterms, largely still in use today, and (2) system of the parts of speech.”). Não farei menção aqui à procedência estoica [das partes da oração] e nem alexandrina da gramática latina. Para mais detalhes ver Holtz (1981, p. 62); Baratin (1994, p. 145); Desbordes (2007, p. 223-224).

¹⁰³ Cf. “le mode de présentation est variable d’un grammairien à l’autre.”

¹⁰⁴ Cf. “on voit qu’il y a des différences dans le choix même des sujets, dans leur organisation, et dans la répartition de chaque ensemble.”

mais detalhada das definições de cada parte da oração (*partes orationis*) e dos acidentes (*accidentia*) apresentados por Agostinho na *Ars breuiata*, é que, em comparação com a estrutura global da *Ars maior* de Donato, o texto de Agostinho a) possui uma definição de *Latinitas*, que não seria esperado na primeira parte desse tipo de tratado, geralmente encontrada nas gramáticas consideradas como *Schulgrammatiken*; b) a terceira parte apresenta inovações quanto à inversão dos conceitos de *barbarimus* e *soloecimus*, além disso, esses são os únicos vícios de linguagem descritos por Agostinho; c) a ordem canônica das partes da oração é idêntica à de Donato. Dessa forma, a estrutura geral da *Ars breuiata* é diferente da *Ars maior*, em alguns aspectos, no entanto, não podemos afirmar que as características que faltam na *Ars breuiata* sejam as mesmas que fazem *Ars maior* de Donato ser uma *Schulgrammatik*.

3.3 Uma comparação estrutural e conceptual entre a *Ars breuiata* de Santo Agostinho e as *Artes grammaticae* de Donato

No presente item, realizamos uma análise estrutural-conceptual (SWIGGERS, 2010, 2013) das definições de cada uma das *partes orationis* presentes na *Ars breuiata* de Santo Agostinho, tendo como contraponto as *Artes grammaticae* de Donato. Pretende-se, com esta análise, apresentar as semelhanças e diferenças em termos de definição existentes entre os textos gramaticais mencionados. Ressalta-se, ainda, que as “propriedades semântico-formais”¹⁰⁵ do texto da *Ars breuiata* analisado apresenta especificidades pouco exploradas pelos estudiosos das gramáticas antigas, uma vez que uma investigação mais acurada da *Ars breuiata* em termos filológicos só foi efetuada recentemente na edição de Bonnet (2013).

Conforme mencionamos antes, uma das justificativas que nos levaram a propor essa análise comparativa, ainda que breve, entre a *Ars breuiata* e as *Artes grammaticae* de Donato decorre de frequentes posições que encontramos nos comentadores dos *grammatici*, no decorrer do nosso estudo. Law (1987, p. 25; 2005 [1990], p. 421), por exemplo, afirma que “a *Ars breuiata* é semelhante a *Ars minor*...”. Contudo, a autora, em seu último trabalho (Law, 2003, p. 100), faz a seguinte observação a respeito da gramática de Agostinho: “sua gramática, que é em muitos aspectos semelhante à *Ars maior* de Donato, contém apenas

¹⁰⁵ Swiggers (1992, p. 79) nos informa que essas divisões são pouco homogêneas, pois são baseadas, às vezes, em critérios semântico-etimológicos, morfológico-etimológicos e semântico-sintáticos. Nesse sentido, observa-se uma adequação terminológica ainda em formação sem limites bem estabelecidos para definir as partes da oração com o mesmo critério.

algumas pistas de seu projeto maior.”¹⁰⁶

Assim, as ponderações feitas por Law (2003; 2005 [1990]) em relação à *Ars breuiata* parecem ser oriundas de uma análise comparativa ainda embrionária entre as *Artes grammaticae* latinas, tendo como principal referência a obra de Donato, e como critério de comparação a organização interna desses tratados. Contudo, sua análise não se aprofunda em aspectos conceituais e em definições, que, conforme veremos, encontram na obra de Agostinho especificidades que ora assemelham à *Ars minor*, ora à *Ars maior* e, por vezes, desses dois tratados se distanciam, se assemelhando a outras tradições gramaticais, como, por exemplo, a da obra de Varrão.

Para a realização desta análise, levamos em consideração os estudos de Swiggers; Lenoble; Wouters, (2003); Swiggers, (1992); Holtz, (1981); Law, (2003); Luhtala, (2005); Baratin, (1994, 2000); Codoñer, (2000); Desbordes, (2000, 2007); Bonnet, (2011, 2013). De forma mais específica, observamos, em primeiro lugar, se o modelo da *Ars breuiata* possui uma “estrutura piramidal”, assim como aquela que se reconhece na *Ars minor* e *Ars maior* de Donato. Essa nomenclatura é utilizada por Holtz (1981) em sua reflexão sobre os textos gramaticais de Donato para demonstrar que os conceitos saem de uma definição mais geral para definições mais específicas.

A estrutura piramidal se apresenta da seguinte forma:

- definição geral
- enumeração de categorias de análise (“acidentes”)
 - exposição da primeira categoria, contendo:
 - definição da categoria (raramente)
 - enumeração de subcategorias (sempre)
 - exposição da primeira subcategoria, contendo:
 - definição da subcategoria (raramente)
 - um ou mais exemplos (quase sempre)
 - exposição da primeira subcategoria...
 - exposição da segunda categoria...

(HOLTZ, 1981, p. 49, *apud* DEZOTTI, 2011, p. 14).

Em segundo lugar, procura-se fazer uma análise comparativa entre os conceitos, como, por exemplo, os *accidentia* (acidentes) presentes nos textos, bem como averiguar se a ordem em que esses conceitos são apresentados segue o mesmo modelo nos três textos.

¹⁰⁶ Cf. “his grammar, which is in many aspects rather similar to Donatus's *Ars maior*, contains only a few hints of his higher design.”

A estrutura geral da *Ars breuiata* e das *Artes grammaticae* de Donato seguem este modelo:

Estrutura geral	<i>Ars breuiata</i>	<i>Ars minor</i>	<i>Ars maior</i>
Primeira Parte	<i>Latinitas</i>		<i>De uoce</i>
			<i>De littera</i>
			<i>De syllaba</i>
			<i>De pedibus</i>
			<i>De tonis</i>
			<i>De posituris</i>
Segunda Parte	<i>De partibus orationis</i>	<i>De partibus orationis</i>	<i>De partibus orationis</i>
	<i>De nomine</i>	<i>De nomine</i>	<i>De nomine</i>
	<i>De pronomine</i>	<i>De pronomine</i>	<i>De pronomine</i>
	<i>De uerbo</i> ¹⁰⁷	<i>De uerbo</i>	<i>De uerbo</i>
	<i>De aduerbio</i>	<i>De aduerbio</i>	<i>De aduerbio</i>
	<i>De participio</i>	<i>De participio</i>	<i>De participio</i>
	<i>De coniunctione</i>	<i>De coniunctione</i>	<i>De coniunctione</i>
	<i>De praepositione</i>	<i>De praepositione</i>	<i>De praepositione</i>
	<i>De interiectione</i>	<i>De interiectione</i>	
Terceira Parte	<i>De soloecismo</i>		<i>De barbarismo</i>
	<i>De barbarismo</i>		<i>De soloecismo</i>
	<i>Appendix</i> ¹⁰⁸		<i>De ceteris uitiiis</i>
			<i>De metaplasmo</i>
			<i>De schematibus</i>
			<i>De tropis</i>

Quadro 1. Comparação entre *Ars breuiata*, *Ars minor* e *Ars maior*

Conforme já havíamos dito, o quadro acima revela que as três gramáticas consideradas do tipo *Schulgrammatik* não mantêm a mesma estruturação geral, pois no livro I a *Ars breuiata* apresenta o conceito de *Latinitas*, a *Ars minor*, o de *partes orationis* e a *Ars maior*, o de *De uoce*; portanto, em nenhum dos três tratados gramaticais o tema que inicia o

¹⁰⁷ Na edição de Bonnet (2013, p. 95-96) há uma divisão na parte do verbo: o autor faz distinções entre o estudo do *De temporibus*, *De uerbo passiuo*, apresentando-as como subdivisões do *De uerbo*.

¹⁰⁸ O apêndice da obra de Agostinho se refere às regências verbais.

estudo gramatical é o mesmo. No livro II (segunda parte), a discussão sobre as *partes orationis* é encontrada na mesma disposição nas três gramáticas. Por fim, o livro III (terceira parte) se encontra na mesma situação do livro I, uma vez que, na *Ars breuiata*, Agostinho finaliza o estudo gramatical falando apenas de solecismo e barbarismo, bem como faz um apêndice com algumas regências verbais. Na *Ars minor* não há uma terceira parte e na *Ars maior* encontramos, além dos vícios de linguagem barbarismo e solecismo, uma exposição das virtudes da linguagem, representados pelos estudos dos metaplasmos, figuras e tropos.

Vejam, agora, mais atentamente, cada parte da oração nos tratados acima, seguindo o modelo clássico e progressivo: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.

3.3.1. *De nomine*

É ampla a discussão existente sobre os nomes na tradição tanto gramatical quanto filosófica ocidental. Alguns textos de Platão como, por exemplo, o *Crátilo* e o *Sofista*, e de Aristóteles como, por exemplo, *a Poética*, *a Retórica* e o *Da interpretação*, já apresentavam uma investigação naquele contexto daquilo que se constituiria como as partes do discurso.¹⁰⁹ Não é nosso intento fazer uma reflexão mais recuada no tempo, pois tal tarefa sairia do escopo proposto neste item do nosso trabalho.

Para que nossa análise seja estruturada e explicitada de forma mais clara, a apresentação das definições de cada uma das *partes orationis* segue o seguinte método: a) primeiro há a definição contida na *Ars breuiata* de Santo Agostinho, depois as definições de Donato sobre a mesma parte da oração na *Ars minor* e na *Ars maior*¹¹⁰ respectivamente; b) em seguida precedemos com uma análise comparativa das definições; c) apresentamos um breve comentário sobre as semelhanças e diferenças entre elas.

Santo Agostinho apresenta a seguinte definição sobre o nome:

Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans plene quae aliquo genere quod sexum adinet enuntiantur. Quamquam enim genus neutrum nec masculinum nec femininum sit, tamen quia negato utroque sexu signatur, ex eo ipso habet causam ut inter genera nominaretur. Nomini accidunt multa sed animadversione maxime digna sunt qualitas, genus, numerus, comparatio, figura, casus.

¹⁰⁹ Para mais detalhes sobre esse tema em português ver Dezotti (2011) e Fortes (2012).

¹¹⁰ A tradução dos trechos da *Ars minor* e *Ars maior* de Donato são de Dezotti, 2011.

O nome é a parte da oração **com caso, sem tempo**, significando **plenamente** aquelas coisas que são enunciadas no gênero relativo ao sexo. Ainda que, com efeito, o gênero neutro não seja nem masculino e nem feminino, mas porque é expresso negando a ambos os sexos, por isso mesmo tem motivo de ser nomeado entre os gêneros. As **flexões** do nome são muitas, mas são dignas de maior observação: a *qualidade*, o *gênero*, o *número*, a *comparação*, a *forma* e o *caso*.¹¹¹

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 3).

Em Donato, temos:

Nomen quid est? Pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans. Nomini quot accidunt? Sex. Quae? Qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus.

Nome é o quê? É a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum. O nome tem quantos acidentes? Seis. Quais? Qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso.

(DONATO, *Ars min.*, 587. 6-9 H).

Nomen est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans, proprie ut Roma Tiberis, communiter ut urbs flumen. Nomini accidunt sex, qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus. Nomen unius hominis, appellatio multorum, uocabulum rerum est. Sed modo nomina generaliter dicimus.

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como *Roma*, *Tiberis*; de modo comum, como *urbs*, *flumen*. O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Nome é de uma única pessoa; denominação é de muitas; vocábulo é de coisas. Mas, genericamente, dizemos apenas nomes.

(DONATO, *Ars mai.*, 614. 2-5 H).

Observa-se, a partir das citações acima, que a primeira parte da definição de Agostinho sobre o nome possui uma característica predominantemente formal. Sua definição se baseia em um critério “morfológico”, ou seja, a presença de caso (*cum casu*). Nossa observação se apoia na definição de caso apresentada por Agostinho na *Ars breuiata* (I, 9): *casus est gradus quidam declinationis mutatione nouissima syllabae* (“o caso é um certo grau de declinação [ocorrido] pela colocação de uma nova sílaba”).¹¹² Segundo o comentário de Bermon e Bonnet (2013, p. 57), “a referência à mudança da sílaba final não é frequente; aqui o autor combina duas definições alternativas propostas por Consêncio (*GL V 350, 16-17*)”.¹¹³

¹¹¹ Doravante todos os grifos tanto nos textos latinos quanto nas traduções são nossos.

¹¹² Fato curioso consiste em observar que Donato não define nem na *Ars minor* e nem *Ars maior* o conceito de caso.

¹¹³ Cf. “Le référence au changement de la syllabe finale n’est pas fréquent: ici l’auteur combine deux définitions alternatives, proposées par Consentius (*GL V 350, 16-17*)”. De acordo com o gramático latino também do século V d.C. ponderam que: “o caso é, como os gregos definem, por uma certa posição do nome ou, como outros definem, pela comutação de uma nova sílaba no final do nome”. (*Casus est, ut Graeci definiunt, nominis*

Além desse dado, vemos também que a outra parte da definição consiste em dizer que o nome é uma parte da oração que não possui tempo (*sine tempore*). A noção de tempo, dessa forma, está ligada à ausência de qualquer “morfema” que indique uma ação verbal como, por exemplo, *-ba* (desinência verbal que designa número e tempo do pretérito imperfeito ativo), *-bo* (desinência verbal número-temporal do futuro ativo) etc.

O traço estritamente formal da definição de Agostinho em relação ao nome pode ser reflexo da influência de Varrão em suas análises a respeito da língua latina. Sabemos que a definição das partes da oração (*partes orationis*) feitas por Varrão, diferentemente do que se consagrou nos textos gramaticais tardios, evita as bases semânticas presentes nas definições sobre as partes da oração em tratados de procedência helenísticas.¹¹⁴ Varrão prefere se basear apenas em critérios que hoje chamamos de morfológicos para defini-las. Segundo Taylor (2000, p. 457), Varrão postula que as palavras podem ser descritas com presença ou ausência de caso e/ou de tempo, ou seja, nesse sentido, só há quatro tipos de palavras em latim: palavras com caso (nome/*nomen*, pronome/*pronomen*), palavras com tempo (verbo/*uerbum*), palavras com caso e tempo (particípio/*participium*) e palavras que não possuem nem caso nem tempo (preposição/*prepositio*, conjunção/*coniunctio*, interjeição/*interiectio*).¹¹⁵

Além disso, quando Agostinho menciona o gênero em relação ao sexo, em sua definição, faz uso “do advérbio *plene*¹¹⁶ (plenamente), estabelecendo, assim, um paralelismo com o pronome – parte da oração essa definida, na maioria das vezes, como *minus plena* (*minus quidem plene*)” (BERMON; BONNET, 2013, p. 53). Esse paralelismo sugere, *grosso modo*, que “semanticamente” o pronome não ocupa o lugar do nome de forma satisfatória. Tal observação, mesmo que de forma bem sutil, traz à luz o fato de que a definição de nome apresentada por Agostinho na *Ars breuiata*, conquanto fortemente ancorada em aspectos formais, não está isenta totalmente de uma noção semântica, do ponto vista gramatical.

Não há, contudo, a presença de discussão sobre elementos filosóficos que expressariam uma noção semântica na definição de Agostinho. Luhtala (2005, p. 39), a respeito desse assunto, pondera que não encontramos, por exemplo, a presença de termos como *corpus* “objetos concretos” e *res* “coisas abstratas” utilizadas por Donato e ausentes na definição de Agostinho. No lugar dessa discussão, Agostinho faz uma reflexão sobre o gênero das palavras (LAW, 1984, p. 160).

quaedam positio uel, ut alii, commutatio ultimae syllabae in nomine.)

¹¹⁴ Ver Apolônio Díscolo (*Synt.* I, 16-29).

¹¹⁵ Cf. Varrão, *LL.*, VIII, XXIII, 44: ... *qua dividitur oratio secundum naturam in quattuor partis: in eam quae habet casus et quae habet (tempora et quae habet) neutrum et in qua est utrumque.*

¹¹⁶ Na edição de Weber (1861) se encontra *bene* e *paene*, mas não *plene*, como na edição de Bonnet (2013).

De acordo com Luhtala:

A total falta de categorias semânticas padrão na gramática de Agostinho endossa minha hipótese de que os conceitos filosóficos não eram parte integrante da herança gramatical antiga por todos os séculos. A ausência deles na gramática de Agostinho é, aqui, interpretada para indicar que ela não foi influenciada por aquilo que eu tenho chamado de a renovação pós-Apoloniana na gramática. De fato, a *Ars breuiata* compartilha algumas características com Diomedes e Carísio, que parecem ser características das primeiras gramáticas latinas, sendo também compartilhadas por Quintiliano e Varrão.¹¹⁷

(LUHTALA, 2005, p. 139).

No entanto, duas considerações em relação à hipótese lançada por Luhtala (2005) devem ser feitas. A primeira consiste em dizer que no referido trabalho a autora não faz uma comparação entre a *Ars breuiata* e as outras *Artes grammaticae* mencionadas por ela. O segundo ponto que deve ser levado em consideração consiste no fato de que a influência filosófica omitida na *Ars breuiata* pode revelar que a gramática de Santo Agostinho tenha procedência de outras vertentes não só gramaticais, mas também filosóficas distintas das gramáticas latinas de procedência helenísticas, vinculadas à doutrina de Apolônio Díscolo (séc. II d.C.).

Outro indício que podemos observar em relação às características semântico-formais presentes nas três definições acima consiste em uma investigação sobre os *accidentia* (acidentes). Nesse aspecto, encontramos alguns critérios de classificação semânticos, como veremos abaixo. Antes disso, no entanto, cabe frisar que Agostinho não faz, como Donato, na *Ars maior*, uma distinção entre nomes próprios e comuns. Em relação a esse aspecto, a *Ars breuiata* mantém uma semelhança com a *Ars minor*, que também não oferece essa distinção. Os *accidentia* citados são:

¹¹⁷ Cf. “The total absence of the ‘standard’ semantic categories in Augustine’s grammar supports my hypothesis that philosophical concepts were not part and parcel of the ancient grammatical heritage throughout the centuries. Their absence from Augustine’s grammar is here interpreted to indicate that it was not influenced by what I have called the post-Apollonian renovation in grammar. Indeed, *Ars breuiata* shares some features with Diomedes and Charisius which would seem to be characteristic of early Latin grammar, being also shared by Quintilian and Varro.”

<i>Agostinho (Ars breuiata)</i>	<i>Donato (Artes grammaticae)</i>
1. <i>Qualidade (qualitas)</i>	1. <i>Qualidade (qualitas)</i>
2. <i>Gênero (genus)</i>	2. <i>Comparação (comparatio)</i>
3. <i>Número (numerus)</i>	3. <i>Gênero (genus)</i>
4. <i>Comparação (comparatio)</i>	4. <i>Número (numerus)</i>
5. <i>Forma (figura)</i>	5. <i>Forma (figura)</i>
6. <i>Caso (casus)</i>	6. <i>Caso (casus)</i>

Quadro 2. Comparação dos *accidentiae* da *Ars breuiata* com a *Ars minor e Ars maior*

A partir desse quadro, percebemos que a variação da estrutura interna, tanto da *Ars breuiata*, quanto da *Ars minor e maior*, relativa à apresentação dos acidentes, possui três alterações.

Na *Ars breuiata* os acidentes são apresentados no seguinte esquema:

Nomen (nome)

Qualitas (qualidade)

[*proprium aut appellativum*] (próprio ou comum)

Genus (gênero)

[*masculinum, femininum, neutrum*] (masculino, feminino, neutro)

Numerus (número)

[*singularis et pluralis*] (singular e plural)

Comparatio (comparação)

[*positivus, comparativus, superlativus*] (positivo, comparativo, superlativo)

Figura (forma)

[*simplex aut compositum*] (simples ou

composta) *Casus* (caso)

[*nominativus, genitivus, dativus, accusativus, vocativus et ablativus*] (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo)

Nas *Artes grammaticae* de Donato temos:

Qualitas (qualidade)

[*proprium aut appellativum*] (próprio ou comum)

[*praenomen, nomen, cognomen, agnomen*]

Comparatio (comparação)

[*positivus, comparativus, superlativus*] (positivo, comparativo, superlativo)

Genus (gênero)

[*masculinum, femininum, neutrum, commune et omne*] (masculino, feminino, neutro, comum, de todos os gêneros)

Numerus (número)

[*singularis et pluralis*] (singular e plural)
Figura (forma)
 [*simplex aut compositum*] (simples ou composta) Casus (caso)
 [*nominatiuus, genitiuus, datiuus, accusatiuus, uocatiuus et ablatiuus*] (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo)

A *qualitas* é o primeiro acidente a ser descrito e definido nos três textos gramaticais, assim como *figura* e *casus* permanecem em ambos os textos como sendo os dois últimos acidentes a serem apresentados. O gênero (*genus*), na *Ars breuiata*, é descrito depois da *qualitas*. Essa sequência parece se justificar, pois, ainda na definição do nome, Agostinho faz menção ao gênero das palavras. Por fim, o dado mais curioso sobre os acidentes (*accidentia*) nas três gramáticas é que todas terminam com a definição de caso (*casus*), mantendo a mesma ordem de apresentação. Diante disso, a discussão a respeito do caso ablativo é deixada para o final, pois, como ressalta Law, os romanos identificavam a declinação das palavras pelo ablativo singular e pelo genitivo plural, diferentemente de nossas gramáticas latinas modernas, que nos ensinam a fazer essa identificação utilizando o nominativo e, principalmente, o genitivo singular (LAW, 1984, p. 161). A exposição presente na *Ars breuiata*, nesse aspecto, é mais longa do que a exposição feita pela *Ars minor*, e possui também uma reflexão no parágrafo 21 sobre as palavras que foram emprestadas do grego, aspecto que não faz parte da *Ars minor*, mas faz da *Ars maior*.

3.3.2. De pronomine

De acordo com Law (2003, p. 70):

As partes da oração não estão organizadas hierarquicamente por si mesmas: não havia nenhuma razão intrínseca para que o nome viesse primeiro, o pronome em segundo e o verbo em terceiro (contudo, estudiosos antigos e medievais tentaram achar alguma justificativa para a ordem tradicional). Cada classe de palavra é, portanto, apresentada como estando em igualdade com todo o resto.¹¹⁸

¹¹⁸ Cf. “The parts of speech are not in themselves hierarchically organized: there was no intrinsic reason why the noun should come first, the pronoun second and the verb third (although, many ancient and mediaeval scholars tried to find some justification for the traditional order). Each word class is therefore presented as being on a par with all the rest.”

Nesse sentido, não há um motivo “linguístico” que determine *a priori* a posição intermediária que o pronome ocupa entre o nome e o verbo. Poderíamos apresentar, por outro lado, que o pronome sucede o nome na estrutura das *Artes grammaticae* por uma característica pedagógica, ou seja, as propriedades (os acidentes – *accidentia*) que compartilha com os nomes.

De acordo com Agostinho:

Pronomen est pars orationis quae pro ipso nomine posita minus quidem plene idem tamen significat. Pronomini accidunt quae considerare nunc oportet: qualitas, genus, numerus, figura, persona, casus.

O *pronome* é a parte da oração que, colocada no lugar do próprio nome, significa o mesmo, porém, de forma menos plena. Os pronomes possuem as flexões de *qualidade, número, forma, pessoa e caso*, as quais agora é preciso considerar.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 22).

Em Donato:

Pronomen quid est? Pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit. Pronomini quot accidunt? Sex. Quae? Qualitas, genus, numerus, figura, persona, casus.

Pronome é o quê? É a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa. O pronome tem quantos acidentes? Seis. Quais? *Qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.*”

(DONATO, *Ars min.*, 588 H).

Pronomen est pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit. Pronomini accidunt sex, qualitas, genus, numerus, figura, persona, casus.

O pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa. O pronome tem seis acidentes: *qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso*.

(DONATO, *Ars mai.*, 629 H).

O processo de comutação entre o nome e o pronome permite que essa parte da oração tenha como uma de suas funções evitar a repetição de um nome em um determinado enunciado. Nas três definições, o critério “funcional” do pronome aparece (*quae pro nomine posita* [empregada no lugar do nome] / *quae pro ipso nomine posita* [colocada no lugar do próprio nome]). Além desse critério funcional, outra característica que se mantém nas três

definições é de base “semântica”, representada pelas respectivas partes das definições (*tantundem paene significat* [significa quase o mesmo]) / (*minus quidem plene*¹¹⁹ *idem tamen significat* [significa o mesmo de forma menos plena]). A definição de Agostinho se encerra com esses dois critérios, entretanto, a definição de Donato prossegue com mais um critério, que desta vez é formal. Donato insere o elemento que, de fato, distingue ainda na definição o pronome do nome: a pessoa (*persona*). Esse critério está na formulação: (*persanamque interdum recipit* [às vezes traz a pessoa]) (LENOBLE; SWIGGERS; WOUTERS, 2003, p. 5).

A descrição dos *accidentes* são os mesmos dos nomes, com exceção da comparação (*comparatio*) e com o acréscimo do acidente de pessoa (*persona*). (SWIGGERS, 1992, p. 79-80). Agostinho na *Ars breuiata* apresenta a seguinte explicação:

Genus et numerus et figura et casus et in pronomibus eodem modo quo in nominibus obseruantur. Personae uero, quibus nomina carent, in pronomibus tres sunt: prima, secunda, tertia. Prima est quae dicit, secunda cui dicitur, tertia de qua dicitur; ut ego, tu, ille.

Gênero e número, forma e caso, também nos pronomes, do mesmo modo que nos nomes, são observados; porém, nos pronomes, há três pessoas, de que os nomes são privados: primeira, segunda e terceira: primeira é a que fala; segunda para quem se fala; a terceira, de que se fala; como: ego, tu, ille.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 24).

Agostinho apresenta as classes comuns das duas partes da oração ao discutir os acidentes dos pronomes novamente. Nesse sentido, a estrutura dos tópicos gramaticais a respeito do pronome segue a mesma progressão nos três textos apenas na definição, pois, quando observamos como a sequência desses tópicos aparecem na *Ars breuiata*, surgem várias complicações em relação à didática estabelecida por Agostinho. Só para citarmos um exemplo, já que nosso objetivo aqui não é produzir uma comparação exaustiva de cada assunto gramatical relativo às três *artes grammaticae*, no esquema de Donato, em relação às

¹¹⁹ Como ressaltamos acima, a alteração na utilização de edições diferentes para análise dos textos gramaticais latinos pode gerar um impasse. Dizemos isso, pois, de acordo com o estudo feito por Lenoble; Swiggers & Wouters (2003) sobre a estrutura das *artes grammaticae* latinas, focalizando o estudo do pronome, podemos observar que esses autores se basearam na definição de pronome feita por Agostinho na *Ars breuiata* se utilizando da edição de Weber (1861), que sustenta o seguinte trecho do referido texto: “*minus quidem bene idem tamen significat*” (III§1). Essa definição só aparece na *Ars breuiata*. No entanto, quando passamos a utilizar a edição de Bonnet (2013), vemos que a definição do pronome passou a ser: “*minus quidem plene idem significat*”. Com essa alteração, a definição de pronome da *Ars breuiata* é a mesma que encontramos em Carísio (200.9-11B), Probo (IV 131.2-7 K), Dositheu (48.2-5 T), Anonimus Bobiensis (39.26-40.1 D) e Áudax (VII 343.9-11 K).

subdivisões das qualidades dos pronomes indefinidos, segue-se a seguinte ordem:

Pronomen (Pronome)

Qualitas

[*finitum aut infinitum*] (Divisão bipartite de Donato)
 (subdivisão dos pronomes indefinidos)
 [minus quam finitum]
 [praeposituum]
 [subiunctiuum]
 [gentis]
 [ordinis]
 [numeri]
 [ad aliquid infinita]
 [ad aliquid infinitum]
 [qualitatis]
 [quantitatis]
 [demonstratiuum]
 [relatiuum]
 [magis demonstratiuum]¹²⁰

Agostinho, como dissemos acima, procede de forma diferente e “difusa”. Sua explicação sobre as outras subdivisões dos pronomes consiste em dizer que:

Sane possessiua quaedam dicuntur pronomina, per quae solet quaeri uel demonstrari quid ad quem pertineat, sed cum quaeritur infinita sunt, cum demonstratur finita sunt. Sane quando gens cuiusque inquiritur uel ostenditur pronomine, gentile pronomem appellatur. Exempla infinitorum sunt cuius, cui, cuium, finitorum meus, tuus, noster, uester; gentile infinitum cuias, gentile finitum nostras.

¹²⁰ Esquema retirado de Lenoble; Swiggers & Wouters (2003, p. 14). Esse esquema é visível mesmo lendo a explicação de Donato na *Ars maior* (629 H): “Há também pronomes **menos-que-definidos**, como *ipse, iste*. Há **prepositivos**, como *quis, hic*; e há **pospositivos**, como *is, idem*. Há os **de região**, como *cuias, nostras, cuiates, nostrates*; os **de ordem**, como *quotus, totus*; os **de número**, como *quot, tot*; os **definidos em relação a algo**, como *meus, tuus, suus*, também chamados de **possessivos**; os **indefinidos em relação a algo**, como *cuius, cui, cuium*. Há os **de qualidade**, como *qualis, talis*; e os **de quantidade**, como *quantus, tantus*. Há os **demonstrativos**, que denotam uma coisa presente, como *hic, haec, hoc*; os **relativos**, que significam uma coisa ausente, como *is, ea, id*; há os **mais demonstrativos**, como *eccum, eccam, ellum, ellam*.” (Cf. *Qualitas pronominum duplex est. Aut enim finita sunt pronomina aut infinita. Finita sunt, quae recipiunt personas, ut ego, tu, ille; infinita sunt, quae non recipiunt personas, ut quis quae quod. Sunt etiam pronomina minus quam finita, ut ipse, iste. Sunt praepositiva, ut quis, hic; sunt subiectiva, ut is, idem. Sunt alia gentis, ut cuias | nostras, cuiates nostrates; alia ordinis, ut quotus, totus; alia numeri, ut quot, tot; alia ad aliquid finita, ut meus, tuus, suus; haec etiam possessiua dicuntur; alia ad aliquid infinita, ut cuius, cui, cuium. Sunt item alia qualitatis, ut qualis, talis; alia quantitatis, ut quantus, tantus. Sunt alia demonstratiua, quae rem praesentem notant, ut hic haec hoc; alia relatiua, quae rem absentem significant, ut is ea id; sunt alia magis demonstratiua, ut eccum eccam, ellum ellam*.) (Tradução de Dezotti, 2011, p. 148).

Sem dúvida, alguns *pronomes* são chamados de *possessivos*, aqueles pelos quais se costuma perguntar ou indicar o que pertence a alguém. Mas quando perguntam, são *indefinidos*, quando indicam são *definidos*. Certamente, quando um *pronome* inquire ou mostra a nação ou família, é chamado de *gentílico*, exemplos dos indefinidos são *cuius*, *cui*, *cuium*, dos definidos *meus*, *tuus*, *noster*, *uester*; gentílico indefinido *cuius*¹²¹; gentílico definido *nostras*.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 25).

Além disso, Agostinho faz uma “rotulação” e classificação de vários pronomes que se inicia no §27 e vai até o §46.

Em resumo, percebemos que há dois pontos interessantes traçados pela nossa comparação até então e que não se esgotam com a nossa análise sobre o pronome: uma consiste na observação de que o plano interno apresentado para o estudo de cada parte da oração está ligado a uma espécie de autonomia e a outra revela como a metalinguagem utilizada para tratar do mesmo tema gramatical ainda era variável.

3.3.3. De uerbo

Assim como a discussão sobre os nomes ocupa um lugar de destaque na reflexão gramatical romana do período tardio, o mesmo enfoque é dado ao estudo do verbo. Como era esperado, duas das três *artes grammaticae* que estamos analisando possuem capítulos bastante extensos a respeito desse assunto. A *Ars breuiata* de Agostinho destina 35 parágrafos (§47-§82) de um total de 103 (parágrafos) a uma descrição e análise abrangentes sobre essa parte da oração.

A definição de Agostinho, seguida da de Donato a respeito dessa parte da oração, é:

Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu, uerbo accidunt genus, numerus, figura, persona, modus, tempus, coniugatio, forma.

O verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso. Os verbos flexionam-se em *gênero, número, forma, pessoa, modo, tempo, conjugação e aspecto*.¹²²

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 47).

¹²¹ Agostinho parece conferir valor às formas pronominais étnicas ou gentílicas, por isso resgata as formas, já raras, de *cuius*, *-a*, *-um* [de que país? De que povo?].

¹²² O gramático Diomedes utiliza *forma* como sinônimo de *species* (aspecto *infectiuum et perfectiuum*) (Schad, 2007, p.176).

Em Donato, temos:

Verbum quid est? Pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans. Verbo quot accidentunt? Septem. Quae? Qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona.

O verbo é o quê? É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem quantos acidentes? Sete. Quais. *Qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa.*

(DONATO, *Ars min.*, 591 H).

Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans. Verbo accidentunt septem, qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona.

O verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem sete acidentes: *qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa.*

(DONATO, *Ars mai.*, 632 H).

Agostinho define o verbo em oposição ao nome, ou seja, o verbo possui tempo e pessoa (*cum tempore et persona*), mas não se flexiona em caso (*sine casu*).

			Característica adicional
Nome	<i>cum casu</i>	<i>sine tempore</i>	∅
Verbo	<i>sine casu</i>	<i>cum tempore</i>	(<i>et</i>) <i>persona</i>

Quadro 3. Características dos nomes e dos verbos

As definições de Donato, entretanto, mantêm características que remontam à tradição estoica contida nas observações de Apolônio Díscolo sobre o verbo (LUHTALA, 2005, p. 140). Essa característica é representada pela presença destes elementos: *aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans* [que significa **fazer** algo ou **ser afetado**, ou nenhum dos dois]. Novamente, Agostinho prefere utilizar características estritamente formais, omitindo, assim, a parte semântica da definição.

A apresentação dos acidentes é a segunda parte da definição nas três *artes*. Nesse ponto, a estruturação das definições são semelhantes. Todavia, a disposição dos acidentes são descritos em sequências diferentes e a *Ars breuiata* conta com oito acidentes e, não com sete, como nas *Artes* de Donato.

A *Ars breuiata* coloca os *accidentia* na seguinte disposição:

47. *De verbo*

1. *Genus* (gênero)
[*actiuum, passiuum, deponens, neutrum, commune*]
2. *Numerus* (números)
[*singularis, pluralis*]
3. *Figura* (Forma)
[*simplex, composite*]
4. *Persona* (Pessoa)
[*prima, secunda, tertia, impersonalia*]
5. *Modus* (Modo)
[*indicatiuum, imperatiuum, coniunctiuum, optatiuum, infinitiuum*]
6. *De Tempus* (Tempo)
[*praesens, preteritum, futurum*]
7. *Coniugatio* (Conjugação)
[*prima, secunda, tertia*]
8. *Forma* (aspectos)
[*perfecta, inchoatiua, meditatiua, frequentatiua*]

Em Donato, por outro lado, temos: *qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona* (Don., *Ars min.*, 591 H; *Ars mai.*, 632 H). Vemos, dessa forma, mais uma vez, que as propriedades internas de cada gramática segue um padrão de descrição particular: os temas tratados são os mesmos, mas a forma de configuração pedagógica que cada gramático adota é singular. Seguindo com a nossa comparação, o primeiro acidente dos verbos descritos por Donato é a *qualitas*, que se subdivide em modo (*modus*) e aspecto (*forma*), os quais são os mesmos apresentados por Agostinho, porém, mais uma vez em ordens diferentes.¹²³

Agostinho, dessa forma, parece ser mais analítico em relação ao emprego da terminologia para decidir quais acidentes configuram como categorias que definem em primeiro lugar essa parte da oração. Contudo, essa variação dos termos representa ainda a fragilidade e a tentativa de uniformização de uma metalinguagem gramatical, o que torna o processo de identificação de determinado fenômeno dentro da gramática antiga mais complexo, tendo, às vezes, que ser interpretado e não apenas descrito.

Uma interpretação que propomos consiste em dizer que, para Agostinho, a definição de verbo é contrária à de nome, como vimos acima, portanto, não faria sentido que ele aplicasse o critério da *qualitas* utilizado para definir os tipos de nomes – próprio e comum – em sua definição de verbo. Como vimos, os dois gramáticos conhecem a nomenclatura

¹²³ Em outras gramáticas, a ordem dos acidentes também é variável. Ver CODONER (2000, p. 69).

gramatical, no entanto, a aplicação desses conceitos é variável, ou seja, não é apenas a ordem dos conteúdos de uma gramática a outra que se altera, mas também a utilização da metalinguagem.

3.3.4. De aduerbio

Vejamos as definições nos dois gramáticos:

Aduerbum est pars orationis uerbo adicienda, ut cum dicimus fortiter fecit, mansuete uixit, hodie uenit, loco est, longe est, hic sedet, simul comitatur et alia; nam fecit, uixit, uenit, sedet, comitatur uerba sunt, fortiter, mansuete, hodie, hic, simul aduerbia sunt, aduerbio accidunt significatio, comparatio, figura.

O advérbio é a parte da oração que deve ser colocada junto ao verbo, como quando dizemos: *fortiter fecit, mansuete uixit, hodie uenit, loco est, longe est, hic sedet, simul comitatur* e outros. Com efeito, *fecit, uixit, uenit, sedet, comitatur* são verbos, ao passo que *fortiter, mansuete, hodie, hic, simul* são advérbios. Os advérbios têm os seguintes atributos: *sentido, comparação e forma*.¹²⁴

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 83).

Em Donato, encontramos:

Aduerbum quid est? Pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet. Aduerbio quot accidunt? Tria. Quae? Significatio, comparatio, figura.

Advérbio é o quê? A parte da oração que, colocada junto ao verbo, esclarece e completa a significação dele. O advérbio tem quantos acidentes? Três. Quais? *Significação, comparação e figura*.

(DONATO, *Ars min.*, 595 H).

Aduerbum est pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet, ut iam faciam uel non faciam... Aduerbio accidunt tria, significatio, comparatio, figura.

¹²⁴ Segundo Dezotti (2011, p. 82), os gramáticos latinos evitam mencionar o caráter indeclinável [dos advérbios], provavelmente pelo fato de que alguns advérbios admitem comparação... O único que inclui essa característica na definição é Prisciano: “advérbio é uma parte da oração indeclinável, cuja significação se acrescenta aos verbos” (*aduerbum est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio uerbis adicitur* 3.60.2-3). Sem ignorar a existência de graus de comparação entre os advérbios, Prisciano entende que estes não derivam do advérbio em grau zero, mas de seus correspondentes nominais: assim como de *potis* deriva o advérbio *pote*, do comparativo *potior* deriva *potius* e do superlativo *potissimus* deriva *potissime* (cf. 3.68. 16-8). Schad se baseia na definição dada por Agostinho em seu outro tratado gramatical, no qual se não encontra a *comparatio*, como apresentamos acima, porém, no texto *De regula* compêndio gramatical, também atribuído a Agostinho, o autor não indica como acidentes do advérbio: *significatio, figura e gradus* (5.517.35).

O advérbio é a parte da oração que, colocada junto ao verbo, esclarece e completa a significação dele, como *iam faciam* ou *non faciam*... Os advérbios tem três acidentes: *significação, comparação, figura*.

(DONATO, *Ars mai.*, 640 H; 641 8 H).

Agostinho, pela primeira vez, engendra uma definição diferente daquelas que havia feito para o nome, pronome e para o verbo. Sua definição de advérbio é entrecortada pela presença de *exempla*. Os acidentes, nesse sentido, só são descritos depois dessa lista de exemplos.¹²⁵ Essa característica, por sua vez, é encontrada na *Ars maior*, mas não na *Ars minor*. A primeira parte da definição dos advérbios nas três gramáticas segue, primeiramente, um princípio etimológico, pois mencionam que:

Adverbium est pars orationis uerbo adicienda

[O advérbio é a parte da oração que **deve ser colocada junto ao verbo**]

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 83).

*Aduerbiu[m] est pars orationis, **quae adiecta uerbo** significationem eius explanat atque inplet,*

[O advérbio é a parte da oração que, **colocada junto ao verbo**, esclarece e completa a significação dele].

(DONATO, *Ars min.*, 595 H; *Ars mai.*, 640 H; 641 8 H).

Como se observa, os dois gramáticos destacam a procedência do termo, como o fazem outros gramáticos também. Diomedes, por exemplo, explica que: “e por esta razão, é chamado de advérbio, porque sempre é colocado junto ao verbo”.¹²⁶ A explicação dos gramáticos – digamos –, até certo ponto, tautológica, não está desprovida de elementos importantes para o entendimento não só dos advérbios, mas também de outros temas gramaticais, como, por exemplo, o caráter sintático presente nessas definições.¹²⁷

Bonnet (2013, p. 79) faz um exame cuidadoso da definição de Agostinho e destaca

¹²⁵ Segundo Swiggers (1992, p. 80): “o advérbio é definido por sua relação com o verbo, e não em função dos seus acidentes.”

¹²⁶ Cf. (Diom., *Ars.*, *GL I*, 403, 19): *et ideo aduerbium |appellatur, quia semper adicitur uerbo*. Dezotti (2011, p. 82) considera que o critério utilizado para definição dos advérbios é “funcional-sintagmático”.

¹²⁷ Cf. Bonnet (2011, p. 362): “A syntaxe em si mesma faz parte da definição de duas partes da oração: o advérbio e a preposição... Os advérbios só existem através de sua relação com um verbo: em outras palavras, não há advérbio sem verbo (exceto, claro, em situações especiais que vão ser mais tarde tratadas pelo professor [de gramática].”). (Cf. “Syntax itself is part of the definition of two partes orationis: aduerbium and prepositio... Adverbs exists only through its relation with a verb: in other words, no adverb without a verb (except, of course, special situations which will be further dealt with by the teacher.”).

que:

a definição não é apenas uma: repousando naquela, que é clássica, sobre a etimologia da palavra, ela introduziu principalmente uma norma sintática. Tudo se passa como se o autor não quisesse fazer o elo semântico que se estabelece, facilmente, com o verbo, do qual o advérbio deve esclarecer e completar o sentido.¹²⁸

(BONNET 2013, p. 79).

Nesse sentido, a ausência da parte semântica na definição dos advérbios na *Ars breuiata* pode ser representada pela falta da estrutura: *significationem eius explanat atque inplet* (esclarece e completa a significação dele) que encontramos em Donato. Dessa forma, a definição do advérbio postulada por Agostinho parece seguir o mesmo raciocínio utilizado por ele para descrever as outras partes da oração, ou seja, Agostinho parece ter uma predileção por definições que omitem ou que não consideram propriedades semânticas.

Um dado interessante que também emerge da comparação entre Donato e Agostinho diz respeito ao fato de que ambas as gramáticas só apresentam os acidentes depois de terem demonstrado alguns exemplos e, além disso, mantêm pela primeira vez a mesma ordem de apresentação dos temas gramaticais, como podemos perceber nas definições acima. Contudo, como ressalta Swiggers & Wouters (2002, p. 297), se observarmos em detalhes os acidentes presentes na *Ars breuiata*, encontraremos quatro acidentes, e não três, pois a *qualitas* está inserida dentro da definição de *significatio*.¹²⁹

Na estrutura da *Ars breuiata* encontra-se a seguinte disposição dos acidentes:

1. *Significatio* (Sentido)
 - [*qualitatem, quantitatem, tempus, locus et alia paene innumerabilia*]
 - 1.2 *Qualitas* (qualidade)
 - [*finita, infinita uel minus quam finita*]
2. *Comparatio* (comparação)
 - [*posituus, comparatiuus, superlatiuus*]
3. *Figura* (Forma)
 - [*simplex et composite*]

¹²⁸ Cf. “la définition n'en est pas une: reposant, ce qui est classique, sur l'étymologique de mot, elle introduit surtout une norme syntactique. Tout se passe comme si l'auteur ne voulait pas poser le lien sémantique qu'on se complaît à établir avec le verbe, dont l'adverbe est supposé clarifier et compléter le sens.”

¹²⁹ Cf. Agostinho (*Ars breu.*, I, 84): “Alguns ainda acrescentam aos advérbios, mais precisamente, a qualidade”. (*Nonnulli addunt aduerbiis etiam qualitatem, et recte.*).

De acordo com essa estrutura, podemos dizer que a *significatio* é uma característica intrínseca dos advérbios, no entanto, os outros acidentes também são compartilhados pelas partes da oração que precederam o advérbio, como, por exemplo, a *qualitas* dos pronomes; a *comparatio* dos nomes e, por fim, a *figura*, que faz parte tanto dos nomes quanto dos verbos. Dessa forma, essas características endossam o esquema progressivo de ensinamento das partes da oração, pois, ao que nos parece, não é apenas a estrutura geral que interfere nessa disposição, mas também a forma como são definidas e como os acidentes são descritos. Os participípios, que veremos a seguir, parecem ser o melhor exemplo desse fenômeno.

3.3.5. De participio

Vejamos as definições:

Participium est pars orationis cum casu et tempore et inde participium dictum, quod nominis uerbique participet: casum namque illinc, tempus hinc traxit... Accidunt participiis etiam figurae sicut ceteris partibus orationis, simplex ut scribens, compósita ut describens.

O *participio* é a parte da oração com caso e tempo, pois se compõe de uma parte do nome e de uma parte do verbo: daquele se utiliza o caso e, deste, o tempo... os participípios acidentam-se em *forma*, assim como outras partes do discurso, em simples, como *scribens*, ou composta, como *describens*.

(AGOSTINHO, *Ars breui.*, I, 87; I, 89).

Participium quid est? Pars orationis partem capiens nominis, partem uerbi: nominis genera et casus, uerbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram. Participio quot accidunt? Sex. Quae? Genera, casus, tempora, significationes, numerus, figura.

Participio é o quê? É a parte da oração que parte do nome e parte do verbo: de nome, gêneros e casos; de verbo, tempos e significação; de ambos número e figura. O participio tem quantos acidentes? Seis. Quais? *Gêneros, casos, tempos, significações, número e figura.*

(DONATO, *Ars min.*, 597 H).

Participium est pars orationis, dicta quod partem capiat nominis partemque uerbi. Recipit enim a nomine genera et casus, a uerbo tempora et significationes, ab utroque numerum et figuram. Participiis accidunt sex, genus, casus, tempus, significatio, numerus, figura.

O participio é a parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, o tempo e as significações; de ambos, número e a figura. O participio tem seis acidentes: *gênero, caso, tempo, significação, número, figura.*

(DONATO, *Ars mai.*, 644 H).

A definição do participípio apresentada por Agostinho é confusa; ela se mistura à definição dos acidentes com exemplos, não está sistematizada como nas duas definições de Donato. A nosso ver, Agostinho insiste em descrições de caráter formal – no caso do participípio, entretanto, é difícil fazer uma distinção clara –, já que sua definição apresenta que o participípio tem caso (*cum casu*) e tempo (*cum tempore*), sendo que o caso é proveniente do nome e o tempo, do verbo. As características semânticas, dessa forma, estariam implícitas nessa definição. Outro fato interessante consiste na base etimológica usada pelos dois gramáticos na descrição dessa parte da oração.

Donato é mais analítico que Agostinho nos dois testemunhos: ele mantém um esquema progressivo de apresentação dos acidentes, descrevendo um a um. Por outro lado, no entanto, mesmo que Agostinho só mencione explicitamente a *figura* como sendo um acidente do participípio, é esse mesmo acidente que pode nos revelar a unidade do texto de Agostinho. Na passagem: *accidunt participiis etiam figurae sicut ceteris partibus orationis, simplex ut scribens, composita ut describens* (Acidentam-se nos participípios, também as formas, assim como em outras partes da oração, simples, como *scribens*, composta, como *describens*), percebemos que Agostinho aposta na leitura também sistemática¹³⁰ de sua *ars grammatica*, já que ele menciona que a *figura* está presente em outras partes da oração vistas até então. A expressão *sicut ceteris partibus orationibus* (assim como em outras partes da oração), indica-nos levemente uma retomada textual feita por Agostinho.

Em termos comparativos, não podemos fazer muitas observações quanto aos participípios nas gramáticas de Donato e Agostinho, pois, mesmo que hipoteticamente construíssemos uma ordem de apresentação dos acidentes presentes implicitamente na *Ars breuiata*, não teríamos critérios filológicos para sustentá-la.

¹³⁰ Cf. Bonnet (2013, p. 82): “A *figura* é o acidente menos notável dos acidentes, pois ele é comum a todas as *partes orationis*, exceto na interjeição: sua presença surpreendente pode ser o indício de um tratamento sistemático, que desapareceu durante a fase de simplificação do texto.” (Cf. “la figure est le moins remarquable des accidents, puisque commun à tout les parties orationis, exceptée l'interjection: sa présence surprenante peut être l'indice d'un traitement systématique, disparu lors de la phase d'abrégement du text.”). Esta observação de Bonnet se faz intrigante, pois Agostinho parece escolher o acidente mais “trivial” como exemplificação.

3.3.6. De coniunctione

Vejamos os testemunhos de Agostinho e Donato:

Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni accidit potestas. Est uel quae copulat uerba ut et, que, ac, uel disiungit, ut aut, uel, nec, neque, aut explet ut prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam et similia, aut quasi causam reddit ut nam, namque, enim, quamobrem, itaque, aut quasi ratiocinatur; ut ergo, igitur, propterea, et similia, et ideo partim copulatiuae dicuntur, partim disiunctiuae, partim expletiuae, partim causales, partim rationales.

A *conjunção*¹³¹ é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. Ela tem como acidente o valor.¹³² A *conjunção* tem a propriedade de cópula, como *et, que, ac*, ou disjunção, como *vel, nec, neque*, ou explicação, como *prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam* e outras, ou determinação da causa, como *nam, namque, enim, quamobrem, itaque*, ou, ainda, são como se fossem conclusivas, como *ergo, igitur, propterea*, e outras; por isso, são ditas em parte copulativas, em parte disjuntivas, em parte explicativas, em parte causais e em parte conclusivas.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 90).

Coniunctio quid est? Pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni quot accidunt? Tria. Quae? Potestas, figura, ordo.

Conjunção é o quê? É a parte da oração que conecta e ordena a sentença. A *conjunção* tem quantos acidentes? Três. Quais. *Propriedade, figura e ordem.*

(DONATO, *Ars min.*, 599 H).

Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni accidunt tria, potestas, figura, ordo.

A *conjunção* é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. A *conjunção* tem três acidentes: *propriedade, figura, ordem.*

(DONATO, *Ars mai.*, 646 H).

As três definições são idênticas: todas parecem retomar a definição feita por Palêmon (séc. I a.C.),¹³³ no entanto, o termo encontrado em Palêmon é *conectens*, e não *adnectens*. Entretanto, conforme o estudo feito por Schad (2007, pp. 23; 80-81) sobre a terminologia gramatical, os termos *adnectens* e *conectens* são sinônimos (na tradução de Schad para o inglês

¹³¹ A descrição feita por Agostinho sobre as conjunções é muito mais detalhada e aprofundada do que aquela apresentada por Donato na *Ars maior*. Além disso, segundo Baratin (1988), o surgimento da sintaxe estaria ligado às inúmeras reflexões feitas pelos gramáticos acerca dessa parte da oração. Para um estudo mais aprofundado, ver Baratin (1988) e Fortes (2012).

¹³² De acordo com Shad (2007): *potestas* é significado. Prefiro adotar a análise de Bonnet (2013, p. 82), que traduz o termo em Agostinho por *valor*. Essa escolha se justifica pelo caráter particular da análise de Bonnet (2013), que é exclusivamente sobre Agostinho e a *Ars breuiata*.

¹³³ De acordo com relato de Diomedes (*GL I*, 415.17-8): “Palêmon assim definiu-a: a *conjunção* é a parte da oração que conecta e ordena a sentença.” (*Palaemon eam ita definit, coniunctio est pars orationis conectens ordinansque sententiam.*).

ambos os termos são definidos pela autora como *join*, ou seja, aquilo que conecta, une etc.).

Ainda que a definição de conjunção de Agostinho e Donato seja igual, só as são em definição, pois, novamente, a ordenação interna de apresentação dos acidentes é apresentada de forma um pouco diferente. Em Donato, o esquema didático é mantido. Agostinho, contudo, só apresenta os outros dois acidentes que são respectivamente a *figura* (forma) no parágrafo 91 e a *ordo* (ordem) no parágrafo 92. Além disso, antes dessas duas definições, Agostinho apresenta vários exemplos de *potestas* (valor), que estão presentes no trecho acima, assim como uma discussão interessante a respeito da conjunção *immo*, presente num verso da *Eneida* de Virgílio.¹³⁴

A estruturação das conjunções de acordo com a *Ars breuiata* é:

1. *Potestas* (valor / significado)
[*copulatiuae, disiunctiuae, expletiuae, causales, rationales*]
2. *Figura* (forma)
[*simplex et composite*]
3. *Ordo* (ordem)
[*praepositiuae, subiunctiuae (utrique)*]¹³⁵

Swiggers (1992, p. 80) ressalta que a definição das conjunções opera por critérios semântico-etimológicos. Esse critério é estabelecido pelo número, mais ou menos fechado, de tipos (semânticos) de conjunções que servem para unir as sentenças, ou seja, tanto em Agostinho e Donato só se encontram cinco: copulativas, disjuntivas, explicativas, causais e conclusivas.

Agostinho, entretanto, diferentemente de Donato, faz uma discussão sobre a ordem das conjunções. Neste trecho Agostinho diz:

Ordo coniunctionum est per quem obseruatur quae praeponi tantum possit, quae tantum subiungi, quae et praeponi et subiungi: nam tantum praeponitur, que tantum subiungitur, scilicet et praeponitur et subiungitur. Nam si quis quaerat, uerbi causa, <<cui dicis?>>, respondemus <<huic et tibi>>: non possumus dicere <<huic tibi et>>; item respondemus <<huic tibi>>: non potest dici <<huicque tibi>>. Respondere autem possumus <<scilicet tibi>> et <<tibi scilicet>>.

¹³⁴ Como apresentamos anteriormente, os exemplos literários presentes na *Ars breuiata* serão tratados no capítulo IV.

¹³⁵ Em Donato encontramos também as *communes* (*Ars min.*, 600 H; *Ars mai.*, 647 H).

Existe a *ordem* das conjunções, seguindo a qual se observa, as quais tanto podem ser prepostas, as quais tanto podem ser pospostas e as quais podem ser prepostas e pospostas: *nam* é preposta, somente; *que* é posposta, somente, *scilicet* é preposta e posposta. Por exemplo, se alguém procura, por conta do verbo, <<*cui dicis?*>> [a quem falas?], respondemos: <<*huic et tibi*>> [a este e a ti]; não podemos dizer <<*huic tibi et*>>; por isso, respondemos: <<*huic tibi que*>>, não pode ser dito <<*huic que tibi*>>. Porém, podemos responder: <<*scilicet tibi*>> e <<*tibi scilicet*>>.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 92).

Nesse excerto, temos uma importante reflexão sobre o uso (*consuetudo*) e a organização lógica da língua latina (*ratio*). Ambos os termos participam do conceito de *Latinitas* apresentado no início da gramática de Agostinho. O uso, nesse caso, em nossa análise, diz respeito à situação “pragmática” de pergunta e resposta (esse tipo de estrutura de perguntas e respostas é um recurso dos diálogos de Agostinho, característica marcada em todos os textos escritos quando esteve em Cassiciáco antes de sua conversão) que Agostinho se utiliza para fazer uma reflexão sobre a *ratio*.

A ordem das palavras na sentença latina não é totalmente aleatória, por exemplo, de acordo com Agostinho, pode-se dizer *huic et tibi* (a ele e a ela), mas não **huic tibi et* (*a ele a ela e), pois o *et* (“e”), apesar de ser uma conjunção copulativa, não pode ser usada posposta. Semanticamente, essa conjunção tem o valor de juntar termos diferentes dentro de uma mesma estrutura sentencial, mas só essa propriedade não garante a gramaticalidade da sentença. O exemplo de Agostinho é emblemático, já que a seleção de uma conjunção que por “natureza” tem a função de criar a junção entre as partes da oração no mesmo nível – é visível ainda que muito distante uma menção a conjunções coordenadas – se colocada, ou seja, se ordenada de uma forma diferente daquela que a *ordo* (ordem) permita, compromete a organização lógica da língua. Nesse sentido, *grosso modo*, a conjunção é uma parte importante dentro da análise gramatical, que indica, mesmo que de forma diferente em alguns gramáticos, o “surgimento” da sintaxe”.¹³⁶

Nossa intenção nessa pequena discussão sobre as conjunções serve para demonstrar como Agostinho lida com os temas gramaticais. Vez ou outra, percebemos na leitura da *Ars breuiata* uma retomada do conceito de *Latinitas*. Além disso, como ressalta Law (1984, p. 161), Agostinho prefere discutir pontos difíceis, como esse que apresentamos em relação aos acidentes das conjunções.

¹³⁶ Baratin (1989) faz um exame detalhado sobre esse tema. Fortes (2012, p. 285-289) faz uma análise interessante sobre a utilização e descrição feita por Prisciano no Livro XVII sobre a colocação das conjunções. Não entraremos nessa discussão aqui, devido ao recorte que adotamos para escrever esse capítulo.

3.3.7. De praepositione

Analiseemos as definições abaixo:

Praepositio est pars orationis quae aut componendis partibus orationis praepositur; aut casibus duobus tantum accusatiuo aut ablatiuo, aut utriusque, non componendis sed ad certas significationes adiuuandas. Itaque aliae praepositiones tantum componuntur, ut di, dis, re, a – dicimus enim diiudico, discuro, removeo, ambio – aliae tantum casibus seruiunt, ut apud, pone, secundum, ultra, adversum, cis, cifra, circa, erga, intra, infra, iuxta, penes, propter, usque, coram, absque, palam, sine, tenus. Ceterae et componuntur et casibus seruiunt ut adnuam et adduco dicimus et ad amicum.

A *preposição* é uma parte da oração que ou é preposta, devendo se unir às partes da oração, ou somente antes de dois casos – acusativo, ablativo ou ambos –, ou não devendo se unir, mas se adaptar para [criar] determinadas significações. Assim, algumas preposições servem somente à composição, como *di, dis, re, am*, dizemos, com efeito, *diiudico, discuro, removeo, ambio*; outras servem somente aos casos, como *apud, pone, secundum, ultra, adversum, cis, cifra, circa, erga, intra, infra, iuxta, penes, propter, usque, coram, absque, palam, sine, tenus*, algumas não só atendem à composição, mas também servem aos dois casos, como quando dizemos: *adnuam, adduco e ad amicum*.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 93).

Praepositio quid est? Pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit. Praepositioni quot accidunt? Vnum. Quid? Casus tantum. Quot? Duo. Qui? Accusatiuus et ablatiuus.

Preposição é o quê? É a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas. A preposição tem quantos acidentes? Um. Qual? *Somente caso*. Quantos? Dois. Quais? Acusativo e ablativo.

(DONATO, *Ars min.*, 600 H).

Praepositio est pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut minuit... Praepositioni accidunt casus tantum. Casus namque in praepositionibus duo sunt, accusatiuus et ablatiuus. Aliae enim accusatiuo casui praepositur, aliae ablatiuo, aliae utriusque.

Preposição é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas... A preposição tem como acidente apenas o caso. E nas preposições os casos são dois, acusativo e ablativo, pois algumas prepõem-se ao acusativo, outras ao ablativo, outras, aos dois.

(DONATO, *Ars mai.*, 648 H; 649H).

O estilo adotado por Agostinho para definir as preposições em sua *Ars breuiata* revela o grau de complexidade que as preposições possuem. A *Ars minor*, mais uma vez, expressa o caráter metódico de Donato; sua exposição é clara e se mantém em consonância com o resto do texto. A *Ars maior*, por outro lado, está em pé de igualdade com a *Ars breuiata*, já que Donato, assim como Agostinho, só apresenta o acidente das preposições de caso (*casus*) depois de fazer uma listagem de exemplos.

O que chama a atenção, no entanto, nas três definições, é o fato de que todas elas parecem fazer, mesmo que seja em graus diferentes, a mesma definição a respeito das preposições. A primeira semelhança se baseia em critério etimológico, representado pelo verbo *preaponere* (“colocar diante de”), contido nas três *artes*. Esse critério, por sua vez, abre espaço para que ambos os gramáticos postulem que essa parte da oração funcione se antepondo a um nome e a um verbo. No caso dos nomes – bem como dos pronomes –, se antepõem aos casos do acusativo e do ablativo, ressaltando o aspecto morfosintático da definição. O terceiro aspecto que podemos destacar sobre a definição das preposições consiste em sua possibilidade de se acoplarem aos verbos, funcionando, assim, como prefixos (deverbais). Isso destaca o aspecto morfo-lexical da definição (SWIGGERS, 1992, p. 81).

Além disso, através da observação feita por Bonnet (2011, p. 362), podemos reiterar que as preposições, assim como os advérbios, contêm, na definição, “a sintaxe em si mesma”. Dezotti (2011, p. 90) destaca que:

observa-se um paralelismo estrutural quase exato entre esta e a definição de advérbio. Porém, se o advérbio complementa a significação do verbo, a preposição complementa a significação de qualquer palavra.

(DEZOTTI, 2011, p. 90).

A especificidade das preposições pode estar relacionada à sua origem na doutrina estoica de Posidônio (filósofo estoico do séc II a.C.), que é a mesma seguida por Apolônio Díscolo (BARATIN, 1989, p. 25), assim como por Prisciano (LUHTALA, 2005, p. 81). Do ponto de vista estrutural das *Artes grammaticae* latinas, Sacerdos é o único gramático latino, excetuando se Prisciano, a definir a preposição depois do nome (HOLTZ, 1981, p. 67-68).

3.3.8. *De interiectione*

Vejamos as definições, em Agostinho temos que:

Interiectio est pars orationis aliquem motum animi significans atque exprimens ut heu, papae, hem, et si qua sunt alia.

A *interjeição* é a parte da oração que significa e exprime qualquer movimento da alma, como *heu, papae, hem*, e quantas outras existirem.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 97).

Em Donato, por sua vez, encontramos que:

Interiectio quid est? Pars orationis significans mentis affectum uoce incondita. Interiectioni quid accidit? Tantum significatio. Significatio interiectionis in quo est? Quia aut laetitiam significamus, ut euax, aut dolorem, ut heu, aut admirationem, ut papae, aut metum, ut attat, et si qua sunt similia.

O que é *interjeição*? É a parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma confusa. A *interjeição* tem que acidente? *Apenas significação*. Em que consiste a significação da *interjeição*? É que ou significam alegria, como *euax*, ou dor, como, *heu*, ou admiração, como *papae, ou medo attat*, entre outras semelhantes.

(DONATO, *Ars min.*, 602 H).

Interiectio est pars orationis interiecta aliis partibus orationis ad exprimendos animi adfectus: aut metuentis, ut ei; aut optantis, ut o; aut dolentis, ut heu; aut laetantis, ut euax.

A *interjeição* é a parte da oração inserida entre outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo: seja do que sente medo, como *ei*; seja do que sente desejo, como *o*; seja do que sente dor, como *heu*; seja do que sente alegria, como *euax*.

(DONATO, *Ars mai.*, 652).

De acordo com Swiggers (1992, p. 81), a definição da *interjeição* se baseia sobre a etimologia da palavra *interiectio* (“que está colocada no meio”).¹³⁷ Nos dois casos de Donato, a definição nos traz essa informação; no caso de Agostinho, não. Agostinho não faz menção

¹³⁷ Isidoro de Sevilha (*Etymol.*, I,14) é fonte a utilizada por Swiggers para fazer essa observação. Para mais detalhes, ver Pinto (2008, p. 296).

ao posicionamento que essa parte da oração pode assumir. Em relação a Donato, a definição de Agostinho é meramente semântica; ela apenas expressa os sentimentos (*affectus animi*). Não há presença de acidentes e nem de outra propriedade encontrada nas outras partes da oração. No entanto, essa parte da oração é discutida mais vezes por Agostinho em outras obras, como *De doctrina Christiana* II, XI e no *De sermone Domini in monte* (I 9, 23).

Em resumo, tentamos apresentar, neste capítulo, primeiramente uma reflexão a respeito da procedência da *Ars breuiata*, elencando, mesmo que de forma sumária, os problemas filológicos mais comuns e mais debatidos pelos estudiosos que se dedicaram a estudar esse texto. Em segundo lugar, procuramos mostrar, de forma analítica, a estrutura geral da *Ars breuiata*, fazendo observações sobre sua inserção dentro do gênero conhecido como *Schulgrammatik*, ressaltando, na medida do possível, características pró e contra essa visão esquemática. Por último, propusemos uma análise estrutural e conceitual das *partes orationis* e seus *accidentia* presentes na *Ars breuiata*, tendo como contraponto a *Ars minor* e a *Ars maior* de Donato, que são consideradas as principais referências desse tipo de tratado. Seguimos, para isso, um modelo de apresentação que tentou considerar uma comparação apenas entre esses três tratados, pois é comum vermos em trabalhos que tratam das *artes grammaticae* latinas citações de vários autores gramaticais diferentes, às vezes, de épocas diferentes e de tradições gramaticais distintas, sem uma contextualização prévia.

No capítulo seguinte, propomos uma investigação de como alguns desses conceitos gramaticais desenvolvidos por Agostinho e tratados até aqui ecoam em outras obras do próprio Agostinho.

IV AS REFLEXÕES GRAMATICAIS DE SANTO AGOSTINHO:

4.1 A gramática nos textos filosóficos

Arma quae pars orationis est?
“Arma, que parte da oração é?”

(AGOSTINHO, *De dial.*, V 7, 15-16).

Se não tivéssemos colocado referência na passagem acima, indicando que esse trecho pertence ao tratado intitulado *De dialectica* de Santo Agostinho, poderíamos pensar que se trataria de uma passagem de um texto gramatical latino preocupado em ensinar as partes da oração, através de um exemplo poético canônico. Com efeito, um estudioso em gramática antiga talvez pensasse de imediato que essa pergunta pudesse ser, por exemplo, das *Partitiones*.¹³⁸ de Prisciano, que apresenta um bom exemplo desse tipo de definição.¹³⁹

No entanto, vemos que essa expectativa não procede; primeiro, porque o texto de Prisciano foi escrito dois séculos depois do *De dialectica* de Santo Agostinho; em segundo lugar, porque esse tipo de pergunta não estava circunscrito apenas ao âmbito da gramática antiga, como é evidência o fato de que essa pequena passagem seja retirada do *De dialectica*, um texto de caráter “filosófico” de Santo Agostinho.

Dessa forma, podemos observar que a relação existente entre a gramática e as outras disciplinas como, por exemplo, a dialética, era, de certa forma, intercambiável. No entanto, é fato que os gramáticos, assim como os dialéticos, possuíam preocupações distintas (LUHTALA, 2007, p. 75-76).

Ao que tudo indica, o domínio das partes da oração foi considerado a parte principal da reflexão gramatical antiga. O relato de Sérvio, por exemplo, no século (V. d.C.), demonstra-nos que essa era a matéria de investigação dos gramáticos, dizendo que:

Muitos começaram a escrever suas artes pelo tratado das letras, muitos pela voz, muitos pela definição de gramática. Mas parece que todos erraram, porque não trataram de uma matéria exclusiva de seu ofício, mas comum tanto dos oradores quanto dos filósofos. Pois também o orador pode tratar das letras, e ninguém trata

¹³⁸ As *Partitiones xii uersuum Aeneidos principalium* é uma obra gramatical de Prisciano (séc. VI d.C.), cuja temática é apresentar uma análise de cada um dos doze primeiros versos da *Eneida* de Virgílio.

¹³⁹ cf. *Arma, quae pars orationis?* nomen. “Arma, que parte da oração é? Nome.” (Prisciano, *Part.*, 45-128 = *GL* 3,459-515).

da voz mais do que os filósofos: a definição, por sua vez, é cara aos aristotélicos. **Daí Donato ter procedido de forma mais inteligente e apropriada, pois começou pelas oito partes da oração, que pertence especificamente ao gramático.**¹⁴⁰

(SÉRVIO, *GL* 4. 405.4 – 11 – grifos nossos).

A consideração feita por Sérvio parece estar na base da reflexão de Charpin (1986) sobre esse tema. De acordo com Charpin (1986, p. 137), a distinção entre a filosofia, retórica e gramática estava circunscrita ao objeto de sua investigação. Segundo o autor:

os gramáticos antigos queriam afirmar a autonomia de sua disciplina. Eles se separaram da retórica; eles se separaram da filosofia; às vezes com muita veemência. Eles consideram que as partes do discurso são mesmo o corpo do seu estudo.¹⁴¹

(CHARPIN, 1986, p. 137).

A observação sobre as partes da oração feita por Sérvio, comentada por Charpin (1986), faz alusão à desvinculação entre os domínios da filosofia e da gramática. No entanto, o conceito, na tradição latina, tem história mais remota. O primeiro testemunho em relação a esse tema de que temos notícia na tradição latina é o de Quintiliano, em sua *Institutio oratória* (séc. I d.C.) que diz:

O número das partes do discurso foi a pouco e pouco aumentado pelos filósofos, principalmente pelos estoicos. Primeiro, aos conectivos juntaram-se os artigos, depois as preposições; aos nomes, os substantivos, depois o pronome; em seguida o participio, que tem parte também com o verbo; aos mesmos verbos, os advérbios. Nossa fala não se ressentia da ausência de artigos, cujo papel é desempenhado por outras partes do discurso. Por outro lado, às partes acima mencionadas junta-se a interjeição. Outros, porém, apoiando-se em autores idôneos, **admitem oito partes**, como Aristarco e, em nossa época, também Palêmon, que incluíram o vocábulo ou substantivo na classe dos nomes, como sendo da espécie destes.¹⁴²

¹⁴⁰ Cf. *Plerique artem scribentes a litterarum tractatu inchoauerunt, plerique a definitione artis grammaticae. Sed omnes uidentur errasse. Non enim propriam rem officii sui tractauerunt, sed communem et cum oratoribus et cum philosophis. Nam de litteris tractare et orator potest; de uoce nemo magis quam philosophis tractant; definitio etiam Aristotelicorum est. Unde proprie Donatus et doctius, qui ab octo partibus inchoauit, quae specialiter ad grammaticos pertinente.* Tradução de Dezotti (2011, p. 17-18).

¹⁴¹ Cf. “Les grammairiens anciens ont voulu affirmer l'autonomie de leur discipline. Ils se séparent de la rhétorique; ils se séparent de la philosophie, parfois avec beaucoup de véhémence. Ils considèrent que les parties du discours sont le corps même de leur étude.”

¹⁴⁵ Cf. *Paulatim a philosophis ac maxime Stoicis auctus est numerus, ac primum conuinctionibus articuli adiecti, post praepositiones: nominibus appellatio, deinde pronomen, deinde mixtum uerbo participium, ipsi uerbis aduerbia. Noster sermo articulos non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus interiectio. Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus octo partes secuti sunt, ut Aristarchus et*

(QUINTILIANO, *Inst. or.*, I, IV, 19-20 – grifo nosso).

O relato de Quintiliano indica-nos que o número das partes da oração sofreu, com o passar do tempo, um aumento, ocasionado, principalmente, pela investigação filosófica estoica. Além disso, quando Quintiliano apresenta um breve testemunho sobre quais são as partes da oração, vemos que seu relato dispõe as partes da oração de forma diferente daquela que os manuais de gramática latinos da época tardia, como de Donato e Agostinho, apresentariam depois. De fato, conforme apontamos no capítulo anterior, o esquema de estruturação dos conteúdos das gramáticas latinas tardias seguia um modelo quase invariável, ou seja, primeiro apresentava-se o nome, depois o pronome, o verbo, o advérbio, o particípio, a conjunção, a preposição e, por fim, a interjeição.

Em Quintiliano, por sua vez, as partes da oração¹⁴³ se apresentam da seguinte forma:

1. conectivos (conjunções)
2. artigos
3. preposições
4. nomes
5. substantivos
6. pronomes
7. particípio
8. verbo
9. advérbio
10. interjeição

A descrição feita por Quintiliano também parece levar em consideração a herança conceitual da gramática grega, visto que o autor menciona que os artigos são reconhecidos pela língua grega, mas não pela língua latina, que deles não carece, e considera a interjeição como sendo uma parte da oração reconhecida na tradição latina e não tanto na grega. Essa análise, mesmo que mínima, do que pode e do que não pode ser exportado de uma língua para outra configura, também, o primeiro indício do fenômeno do *utraque lingua* (uma e outra língua), que se tornaria, posteriormente, lugar-comum nos compêndios gramaticais (DESBORDES, 2007, p. 220-221).¹⁴⁴

aetate nostra Palaemon, qui vocabulum siue appellationem nomini subiecerunt tamquam speciem eius. Tradução de Pereira (2006, pp. 96-97).

¹⁴³ A descrição que Quintiliano fez, no entanto, parece agrupar as *partes orationis* com uma certa “lógica”: indo das categorias funcionais (conectivos, artigos e preposições) para as nominais (nomes, substantivos e pronomes) e, finalmente, as verbais.

¹⁴⁴ Desbordes destaca que: “A análise sistemática do latim resultou finalmente do contato com o grego, com a gramática grega e, sobretudo, com os gramáticos gregos”. (“L’analyse systématique du latin résulte finalement

Quanto ao conceito de “artigo” (*articulum*), presente em Quintiliano, nenhum gramático latino chegou a mencionar qual seria essa parte da oração exatamente, no entanto, no corpo do texto gramatical, podemos dizer que os pronomes, pelo menos quando aparecem declinados junto com nomes, com o intuito de identificar o gênero e caso em que esse nome está, parece desempenhar o papel do artigo grego.

Na *Ars breuiata*, podemos encontrar um exemplo desse tipo de prática:

Genera nominum simplicia tria sunt: masculinum ut <<uir>>, femininum ut <<mulier>>, neutrum ut <<scrinium>>. Ex his uarie coniunctis fiunt alia tria: commune utriusque sexus ut <<hic>> et <<haec homo>>. Commune ex masculino et neutro ut <<hic>> et <<hoc uictor>>: dicimus enim <<uictor iuuenis, uictor numen>> (feminino enim uictrix facit); commune omnium generum, ut <<hic>> et <<haec>> et <<hoc felix>>. Dicuntur quaedam etiam promiscua, quando uno genere uterque sexus includitur. Nam <<hic passer>> dicitur, siue masculus siue sit femina, et <<haec aquila>> etiamsi non sit femina. Sed ideo non adnumerantur quia uel masculino uel feminino generi adtributa sunt.

Os gêneros nominais simples são três: masculino, como *uir* [“homem”], feminino, como *mulier* [“mulher”] e neutro, como *scrinium* [“biblioteca”]. Desses, se fazem, quando combinados de vários modos, outros três: o comum aos dois sexos, como *hic* e *haec homo* [“ser humano”]; comum ao masculino e neutro como *hic* e *hoc uictor* [“o vencedor”], já que dizemos, de fato, tanto *uictor iuuenis* [“o jovem vencedor”], quanto *uictor numen* [“uma divindade vencedora”] – no feminino se faz *uictrix* [“a vencedora”]. Há também o comum dos três gêneros, como *hic*, *haec* e *hoc felix* [“feliz”]. Certos nomes são ditos *mistos*,¹⁴⁵ quando os dois sexos se encerram em um único gênero. Então, diz-se *hic passer* [“o albatroz”], seja masculino ou feminino, e *haec aquila* [“a águia”], ainda que não seja feminino. Por essa razão, não são contadas como palavras atribuídas ao gênero masculino ou feminino.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 5).

O outro aspecto da reflexão feita por Quintiliano em relação às partes da oração consiste em atribuir a Palêmon a inclusão dos substantivos dentro da classe dos nomes. Como já havíamos destacado no capítulo II, Palêmon é o gramático responsável por colocar as partes da oração como núcleo da investigação gramatical e, segundo Barwick (1922), uma figura central para que possamos entender como a gramática deu seus primeiros passos no mundo romano.

Quase quatro séculos mais tarde, Donato, em sua *Ars maior*, parece ser mais sintético

du contact avec le grec, avec la grammaire grecque et surtout avec les grammaires grecs.”). O relato de Quintiliano possui essas duas características, pois ele menciona Aristarco ao lado de Palêmon, assim como características intrínsecas da língua grega como, por exemplo, o artigo.

¹⁴⁵ *Promiscuus*: epiceno, onde uma única forma serve tanto para o gênero masculino quanto feminino. Todas as notas sobre a terminologia gramatical foram tiradas do dicionário de termos gramaticais (*A Lexicon of Latin Grammatical Terminology*) de (Samantha) Schad (Hamburg, 2007).

que Quintiliano, ao dizer simplesmente que:

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas, o nome e o verbo, são as principais partes da oração. Os latinos não computam os artigos, os gregos, a interjeição. Muitos calculam um número maior de partes da oração, outros, um número menos.¹⁴⁶

(DONATO, *Ars mai.*, 613 H).

Sérvio, como já mencionamos acima, seguindo as observações feitas por Donato, reforça o fato de que os gramáticos consideravam como seu campo de investigação as oito partes da oração. Em outra passagem, Sérvio faz um relato retomando a reflexão da dialética clássica, representada pelo pensamento aristotélico; depois apresenta a ponderação sobre o mesmo tema feito pelos lógicos estoicos e, por último, pelos gramáticos. Sérvio destaca que:

o nome e o verbo são as duas principais partes da oração, somente daquelas duas se fazem enunciados, como “Cícero escreveu”, “Virgílio fez”, e sem nenhuma outra parte completa o enunciado... Os aristotélicos dizem que duas são as partes da oração: o nome e o verbo, os estoicos cinco, **os gramáticos, oito**, e muitos, nove, dez, onze.¹⁴⁷

(SÉRVIO, GL IV, 10-15 – grifo nosso).

Muito sumariamente, podemos dizer que Sérvio explicita o que Donato não mencionou em sua *Ars maior*: a saber, a qual doutrina filosófica teria sido retirada os números e tipos das partes da oração. Nesse sentido, mais uma vez parece-nos que seu relato, em um primeiro momento, está preocupado em discernir o objeto de investigação estritamente gramatical daqueles que contemplam os estudos lógicos e filosóficos.

Além de Sérvio, Prisciano (século VI d.C.) também nos fornece um resumo das partes da oração ao escrever em suas *Institutiones grammaticae*, tentando também estabelecer as

¹⁴⁶ Cf. *Partes orationis sunt octo, nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio. Ex his duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum. Latini articulum non adnumerant, Graeci interiectionem. Multi plures, multi pauciores partes orationis putant.* O relato de Donato possui uma característica que nos parece curiosa, pois quem são esses que pensam que há mais ou que há menos partes da oração? Seriam eles filósofos ou gramáticos? Se filósofos, de que escola? Se gramáticos, por que não seguiram a tradição de Palêmon? Apenas com as observações de Donato não conseguimos identificá-los.

¹⁴⁷ Cf. *Duae sunt principales partes orationis, nomen et uerbum, eo quod ipsae solae faciunt elocutionem, ut “Cicero scripsit”, “Virgilius fecit”, et sine ipsis nulla alia pars inplet elocutionem... Aristotelici duas dicunt esse partes orationis, nomen et uerbum, Stoici quinque, **grammatici octo**, plerique novem, plerique decem, plerique undecim.*

fronteiras entre o domínio da dialética, dos estoicos e, finalmente, da própria gramática, ao observar que:

As partes da oração, portanto, eram, segundo os dialéticos, duas: nome e verbo, pois estas duas, por si mesmas, bastavam para tornar a oração completa; chamavam, assim, as outras partes de *syncategoremata*, isto é, que significam apenas junto de outras. **Segundo os estoicos, porém, eram cinco as partes: nome próprio, nome comum, verbo, pronome ou artigo, conjunção**. Com efeito, aqueles que incluíam o particípio entre os verbos, chamavam-no de verbo participial ou casual, assim como também contavam os advérbios junto aos nomes ou verbos e os denominavam como que adjetivos dos verbos. Aqueles que incluíam, porém, os pronomes entre os artigos, chamavam-nos de artigos definidos; todavia, os artigos mesmo, dos quais não carecemos, diziam ser artigos indefinidos ou, como outros fazem, contavam-nos com os pronomes e os chamavam de pronomes articulares. Nisso, nós, latinos, os seguimos aqui, embora não encontremos artigos inteiros em nossa língua. De fato, quando dizemos *'idem'*, *'ὁ αὐτός'*, queremos dizer não somente um artigo prepositivo, mas também um pronome em cada palavra. Do mesmo modo, em *'qui'*, *'ὅστις'*, subentende-se um artigo unido a um pronome – segundo alguns indefinido –, ou com um nome, conforme Apolônio demonstrou com muita razão. Também os estoicos chamavam de conjunção prepositiva aquelas preposições que estavam ligadas à conjunção.¹⁴⁸

(PRISCIANO, *Inst. gram.* II, GL II, 54, 4-17).

Os testemunhos fornecidos por Quintiliano, Donato, Sêrvio e Prisciano nos ajudam a entender que o campo de investigação gramatical sofreu alterações ao longo tempo. Observamos, no entanto, que esses autores, ao mencionarem a divisão feita pelos filósofos dialéticos e estoicos, se referem sempre a uma informação exata quanto ao número de partes da oração, ou seja, a de que havia, para os dialéticos, apenas duas partes da oração e, para os estoicos, somente cinco. Contudo, quando se referem à contagem estabelecida pelos gramáticos sobre o tema, vemos que não são tão consensuais.¹⁴⁹ No relato de Donato (*Ars*

¹⁴⁸ Cf. *Partes igitur orationis sunt secundum dialecticos duae, nomen et uerbum, quia hae solae etiam per se coniunctae plenam faciunt orationem, alias autem partes 'syncategoremata', hoc est consignantia, appellabant. Secundum stoicos uero quinque sunt eius partes: nomen, appellatio, uerbum, pronomen siue articulus, coniunctio. nam participium connumerantes uerbis participiale uerbum uocabant uel casuale, nec non etiam aduerbia nominibus uel uerbis connumerabant et quasi adiectiua uerborum ea nominabant, articulis autem pronomina connumerantes finitos ea articulos appellabant, ipsos autem articulos, quibus nos caremus, infinitos articulos dicebant uel, ut alii dicunt, articulos connumerabant pronomibus et articularia eos pronomina uocabant, in quo illos adhuc sequimur Latini, quamuis integros in nostra non inuenimus articulos lingua. Nam cum dicimus 'idem', 'ὁ αὐτός', non solum articulum praepositiuum, sed etiam pronomen in eadem dictione significamus. Similiter 'qui', 'ὅστις', articulus subiunctiuus intellegitur una cum pronomine, secundum quosdam infinito, siue magis nomine, ut Apollonius ostendit firmissima ratione. Praepositionem quoque stoici coniunctioni copulantes praepositiuam coniunctionem uocabant.* (Tradução de Fortes, 2012, p. 109-110 – grifo nosso).

¹⁴⁹ Probo (GL IV, 3-43), Consêncio (GL V, 338,4-9) e Focas (GL V, 410-439,7) são alguns dos gramáticos que descrevem apenas o nome e o verbo como partes da oração. Cledônio menciona as oito partes da oração, mas só descreve essas duas.

mai., 613 H), por exemplo, não há menção a quantas outras partes da oração foram reconhecidas por outros gramáticos. Sérvio (GL IV, 10-15), por sua vez, pontua que esse número não era fixo, mas estabelece um limite ao dizer que há gramáticos que consideram nove, dez e até mesmo onze as partes da oração.

Donato, implicitamente, Sérvio e Prisciano, explicitamente, começam sua descrição, dizendo que os dialéticos (clássicos) consideravam apenas o nome (ὄνομα) e o verbo (ῥῆμα) como sendo as partes da oração. Ainda segundo os autores antigos, os estoicos chegaram a um número de cinco partes da oração (nome próprio, nome comum, verbo, pronome ou artigo, conjunção), como destaca Diógenes Laércio em seu (*A vida dos filósofos mais ilustres*) (VII, 57-58).

O fato de que esse conceito seja, por si mesmo, objeto de tamanhas discussões no âmbito da gramática, e, ao mesmo tempo, perfazer parte considerável, se não a maior, desses tratados, leva-nos a perceber o quão central era a investigação das *partes orationis* na tradição gramatical latina. Segundo Swiggers & Wouters (2011, p. 69):

A origem e o desenvolvimento do sistema das partes da oração foi tema de retrospectiva contagem escrita por autores gregos e romanos interessados no processo evolucionário da gramaticografia. Essas contagens possuem um estudo das doutrinas e dos pontos de vista referentes à quantidade e à natureza das partes da oração, podem ser classificadas ‘doxografias’: elas oferecem (pequenas) histórias das opiniões mantidas pelos gramáticos e filósofos a respeito das *partes orationis*.¹⁵⁰

(SWIGGERS; WOUTERS, 2011, p. 69).

No entanto, para um autor cuja obra é bastante vasta e transita em domínios não somente gramaticais, como é o caso de Agostinho, como seria o tratamento oferecido por essas partes da oração em seus textos não-gramaticais? Agostinho teria algo a dizer no domínio filosófico sobre esse tema? Para oferecermos alguns apontamentos sobre essas questões, detivemo-nos um pouco sobre o *De magistro*, obra em que tais conceitos emergem

¹⁵⁰ Cf. Swiggers & Wouters (2011, p. 69): “The origin and development of the parts-of-speech system was the subject of retrospective accounts written by Greek and Latin authors interested in this evolutionary process of grammaticography. These accounts, containing a survey of doctrines and viewpoints concerning the number and nature of the parts of speech, can be labeled ‘doxographies’: They offer (short) stories of opinions held by grammarians and philosophers concerning the *partes orationis*.” Em que pese o problema suscitado pela pesquisa historiográfica baseada em relatos doxográficos, pouco ou nada conseguiríamos avançar acerca do conhecimento gramatical antigo se não considerássemos o seu relato, uma vez que a documentação restante a respeito do tema é, no mais das vezes, escassa e fragmentária. Temos muito pouco ou quase nada de material gramatical antes da Antiguidade Tardia, logo, é necessário recorrer a essas fontes.

de forma bastante relevante, propondo, na sequência, um paralelo entre as *partes orationis* do Agostinho filósofo e aquelas do Agostinho gramático.

4.1.1 As *partes orationis*: *De magistro* e *Ars breuiata*

Diante do que apresentamos acima a respeito do lugar das *partes orationis* no discurso gramatical antigo, pretendemos apresentar, neste item, como Agostinho ordena e descreve as *partes orationis* no *De magistro*, contrapondo-o à *Ars breuiata*. Como apresentamos no capítulo III, Agostinho, na *Ars breuiata*, define quais são as partes da oração, explicitando-as na seguinte ordem:

Partes orationis sunt octo: nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio.

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 2).

Como vimos, na sequência, o gramático descreve cada uma dessas partes da oração de forma contínua, ressaltando quais são seus acidentes, assim como utilizando exemplos para explicar de forma adequada cada conteúdo gramatical. No entanto, no *De magistro*, o tratamento dessas categorias não ocorre de forma sistemática. Vejamos a comparação do *De magistro* com a *Ars breuiata*, no que diz respeito a essa ordenação.

O quadro geral que se apresenta dessa comparação é:

<i>Ars breuiata</i>		<i>De magistro</i>	
<i>De partibus orationis</i>	(I, 2)	<i>De partibus orationis</i>	(I, V, 15)
<i>De nomine</i>	(I, 3)	<i>De coniunctione</i>	(I, II, 3)
<i>De pronomine</i>	(I, 22)	<i>De praepositione</i>	(I, II, 4)
<i>De uerbo</i>	(I, 47)	<i>De uerbo</i>	(I, IV, 9)
<i>De aduerbio</i>	(I, 83)	<i>De nomine</i>	(I, IV, 10)
<i>De participio</i>	(I, 87)	<i>De pronomine</i>	(I, V, 13)
<i>De coniunctione</i>	(I, 99)	<i>De participio</i>	(I, V, 15)
<i>De praepositione</i>	(I, 93)	<i>De aduerbio</i>	(I, X, 35)
<i>De interiectione</i>	(I, 97)	∅	

Quadro 4. Comparação entre *Ars breuiata* e *De magistro*

Diante desse quadro, podemos observar dois aspectos que envolvem a comparação da *Ars breuiata* com o *De magistro*. A primeiro deles consiste no fato de que, se considerarmos a leitura do *De magistro* de forma ordenada, veremos que a primeira parte da oração mencionada por Agostinho é a conjunção. Essa categoria está ligada à pergunta que Agostinho faz a Adeodato sobre o verso da *Eneida* (II, 659), no capítulo II, 3 do *De magistro*. O segundo aspecto, contudo, reside no fato de que Agostinho apresenta de uma só vez quase todas as partes da oração de forma ordenada na passagem (I, V, 15), que é uma espécie de recapitulação feita por Agostinho no diálogo, bem como é nessa passagem que ele se utiliza da nomenclatura *partes orationis*:

Quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*quis*», responderi mihi τίς, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*uolo*», responderi mihi θέλω, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*bene*», responderi καλῶς, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*scriptum*», responderi mihi τὸ γεγραμμένον, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*et*», responderi καί, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*ab*», responderi ἀπό, /
quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
«*heu*», responderi οἶ.

aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *quis*,
pode ser respondido para mim τίς,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *uolo*,
pode ser respondido para mim θέλω,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *bene*,
pode ser respondido para mim καλῶς,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *scriptum*,
pode ser respondido para mim τὸ γεγραμμένον,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *et*,
pode ser respondido para mim καί,
aquilo que os gregos nomeiam, e nos nomeamos *ab*,
pode ser respondido para mim ἀπό,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *heu*,
pode ser respondido para mim οἶ.

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 15).

Percebemos, além disso, que Agostinho não menciona as interjeições no decorrer do diálogo e nem descreve o nome como uma parte da oração no capítulo (I, V, 15).

De acordo com a sistematização que acabamos de fazer, sabemos que a ordenação apresentada por Agostinho no *De magistro* se difere, em parte, das suas considerações a

respeito das *partes orationis* na *Ars breuiata*. O trecho I, V, 15 do *De magistro*, que citamos acima, apesar de ser ordenado de acordo com aquilo que a tradição gramatical latina preconizava, não possui nenhuma definição. Essa falta de definições, nesse trecho, faz com que tenhamos que percorrer todo o diálogo para identificá-las. Nesse sentido, essa sistematização feita por Agostinho é apenas uma parte, se assim podemos nos referir, do conhecimento gramatical que ele apresenta no diálogo, o que nos leva a pressupor que o leitor do *De magistro* contasse com um texto artegráfico de referência, ou já frequentasse, com alguma fluência, a escola do gramático.

Se quisermos observar como Agostinho definiu cada parte da oração no *De magistro*, é preciso recorrer, primeiramente, ao capítulo II, 3 do diálogo. No referido excerto, Agostinho pergunta a Adeodato:

Aug.- *Quot uerba sunt in hoc uersu:
Si nihil ex tanta Superis placet urbe relinqui?*
Ad.- *Octo.*
Aug.- *Octo ergo signa
sunt? Ad.- Ita est.*

Ag. – Quantas palavras há neste verso:
*Se é do agrado dos deuses que nada reste tão grande cidade?*¹⁵¹
Ad. – Oito
Ag. – Portanto há oito signos?
Ad. – Assim é.

(AGOSTINHO, *De mag.*, I II, 3).

Adeodato, ao responder que há oito palavras no verso da *Eneida* (II, 659), mesmo que de forma implícita, introduz uma reflexão gramatical. Ancorando nossa observação na interpretação proposta por Collart (1971), podemos dizer que Agostinho manteve, nesse diálogo, a gramática como pano de fundo na sua investigação, procedimento análogo ao que Platão realizou no *Crátilo*.¹⁵² Nesse sentido, mesmo que a gramática não fosse o foco principal de investigação em ambos os diálogos, a presença dessa discussão lança luz para o fato de que tanto Platão quanto Agostinho não podiam desconsiderá-la.

Além dessa observação, Collart faz ainda outras duas considerações. Uma consiste

¹⁵¹ *Aen.*, II, 659. (Tradução livre de nossa autoria).

¹⁵² Collart (1971, p. 284): “podemos evocar aqui o diálogo onde Platão já utiliza a gramática como pano de fundo: *Crátilo* ou sobre a correção dos nomes.” (Cf. “On pourrait songer á évoquer ici la dialogue où Platon utilise déjà la grammaire comme décor de fond: *Cratyle* ou sur la Justesse des noms.”).

em dizer que o método de perguntas e respostas pode evidenciar uma espécie de exercício feito oralmente na Antiguidade.¹⁵³ A outra é o paralelo que realiza entre o *De magistro* e *Ars minor* de Donato, que decorre, precisamente, dessa forma como ambos desenvolvem seus temas.

A diferença entre os dois tratados, entretanto, consiste em que o *De magistro* possui dois interlocutores, o professor (*grammaticus / dialecticus / rhetor*), que é identificado com Agostinho, e o discípulo, que é Adeodato. Na *Ars minor*, por outro lado, só há a voz do professor (*grammaticus*), fazendo as perguntas a um interlocutor que lhe responde anonimamente. O autor pondera, dessa forma, que, em Donato, “sob a forma de um diálogo fictício, nos é apresentada a recitação de uma lição ou uma revisão” (COLLART, 1971, p. 281).¹⁵⁴ As considerações de Collart (1971) revela-nos como o diálogo de Agostinho é complexo. Há muitas informações que poderiam ser exploradas, no entanto, devido à limitação deste trabalho, não podemos avançar em relação a elas.

Se voltarmos nossa atenção para a pergunta que Agostinho faz a Adeodato sobre o verso de Virgílio, veremos que Agostinho quer saber qual é o sentido de cada uma das palavras do verso *Si nihil ex tanta Superis placet urbe relinqui* (*Aen.*, II, 659). Agostinho pergunta:

Aug. – Dic mihi quid singula verba significant.

Ad. – Video quidem quid significet si; sed nullum aliud verbum, quo id exponi possit, invenio.

Aug. – Saltem illud invenis, quidquid significatur hoc verbo, ubinam sit?

Ad. – Videtur mihi quod si dubitationem significet: iam dubitatio, ubi nisi in animo est?

Aug. – Accipio interim; persequere caetera.

Ag. — Dize-me o sentido de cada palavra.

Ad. — Sei o que significa "si", mas não encontro outra palavra para expressar-lhe o significado.

Ag. — Sabes indicar, ao menos, onde está o que esta palavra significa?

Ad. — Parece-me que o "si" expressa dúvida: mas onde a dúvida se encontra, se não no espírito?

*Ag. — Por enquanto aceito, continua.*¹⁵⁵

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, II, 3).

¹⁵³ Collart (1971, p. 280): “podemos dizer, sem medo de errar, que o processo do diálogo por perguntas e respostas era, tradicionalmente, e, por assim dizer, por definição, exercícios orais.” (Cf. “on peut dire, sans grande chance de se tromper, que le précède du dialogue par questions et réponses était traditionnellement et, pour ainsi dire, par définition, celui des exercices oraux.”)

¹⁵⁴ Cf. “sous forme dialoguée fictive nous est présentée la récitation d'une leçon ou une révision.”

¹⁵⁵ Tradução de Ricci (1973, p. 325).

Adeodato responde que “*si*” (se) representa dúvida ou condição, pondera ainda que sabe o que essa palavra significa, mas não encontra nenhuma outra que a substitua. Logo, o interesse de Agostinho pela investigação dessa parte da oração no *De magistro* é de ordem semântica, e não formal, diferente, portanto, do que encontramos na *Ars breuiata*, onde Agostinho, conforme vimos, acentua aspectos formais das partes da oração. Agostinho diz que:

*A conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. Ela tem como acidente o valor. A conjunção tem a propriedade de cópula, como et, que, ac, ou disjunção, como vel, nec, neque, ou explicação, como prorsus, videlicet, scilicet, quin, etiam e outras, ou determinação da causa, como nam, namque, enim, quamobrem, itaque, ou, ainda, são como se fossem conclusivas, como ergo, igitur, propterea, e outras; por isso, são ditas em parte copulativas, em parte disjuntivas, em parte explicativas, em parte causais e em parte conclusivas.*¹⁵⁶

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 90),

Podemos observar, nesse sentido, que Agostinho, no *De magistro*, espera que a investigação sobre a conjunção *si* seja em relação ao seu significado, e não em relação ao seu comportamento na sentença. Nesse ponto, assinalamos, portanto, a primeira distinção entre o Agostinho filósofo e o gramático, no tratamento dado às partes da oração.

No capítulo V, 11; 13, Agostinho apresenta outras conjunções para Adeodato: *si, uel, nam, namque, nisi, ergo, quoniam*, e outras semelhantes. Essa nova retomada ao tema das conjunções no *De magistro* é utilizada por Agostinho para explicar para Adeodato que o quadrissílabo *coniunctio* (conjunção)¹⁵⁷ representa um grupo de palavras. No referido trecho, Agostinho diz:

Aug.— Bene attendisti: nunc illud vide, utrum inveniatur signa quae se invicem significant, ut quemadmodum hoc ab illo, sic illud ab hoc significetur: non enim ita sunt inter se hoc quadrisyllabum, cum dicimus: Coniunctio, et illa quae ab hoc significantur, cum dicimus: Si, vel, nam, namque, nisi, ergo, quoniam, et similia; nam haec illo uno significantur, nullo autem horum unum illud quadrisyllabum significatur.

¹⁵⁶ Cf. *Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni accedit potestas. Est vel quae copulat uerba ut et, que, ac, uel disiungit, ut aut, uel, nec, neque, aut explet ut prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam et similia, aut quasi causam reddit ut nam, namque, enim, quamobrem, itaque, aut quasi ratiocinatur, ut ergo, igitur, propterea, et similia, et ideo partim copulatiuae dicuntur, partim disiunctiuae, partim expletiuae, partim causales, partim rationales.*

¹⁵⁷ Tradução de Ricci (1973, p. 332).

(Ag) — Raciocinaste bem; agora vê se é possível encontrar sinais que se signifiquem reciprocamente, de maneira que, assim como este significa aquele, também aquele signifique este; pois não me parece que concordem entre si aquele quadrissílabo "*coniunctio*" e as coisas que este significa, tais como: *si*'(se), *vel*'(ou), *nam*'(pois), *namque*'(e pois), *hisi*'(se não), *ergo*'(logo), *quoniam*'(porque) e outras semelhantes: porque aquela palavra sozinha significa todas estas, mas não há nenhuma entre estas últimas que possa significar aquele quadrissílabo.

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 11).

A utilização de uma categoria gramatical, como é o das conjunções, para a explicação dos significados das palavras, vai ao encontro do que Collart (1986) já havia ressaltado: ou seja, Agostinho utiliza a gramática como pano de fundo para suas discussões sobre os significados das palavras.

A segunda palavra do verso da *Eneida* (II, 659) que Agostinho utiliza como exemplo é o vocábulo *nihil* (“nada”). No entanto, a discussão de Agostinho é tão obscura e cheia de minúcias sobre esse vocábulo *nihil* (nada) que nem Agostinho nem Adeodato chegam a definir qual parte da oração seria *nihil*. Seus esforços se concentram na tentativa de achar, primeiramente, um significado para ele. Novamente, observamos aqui que Agostinho e Donato, tematizando as palavras, mobilizam seus esforços para o entendimento de suas propriedades de sentido, para aquilo que hoje chamaríamos de orientação semântica da linguagem, de forma diferente da abordagem que consagra em sua *ars*. É o próprio Agostinho quem sugere a Adeodato que prossigam para a próxima parte da oração (*De mag.*, II,3): “Se o nada (*nihil*) nos detiver, no entanto, sofreremos demoras.”¹⁵⁸

Ainda no capítulo II, 4, Agostinho explica, através da fala de Adeodato, que a terceira palavra da sentença acima é uma preposição: “*ex*”¹⁵⁹, a qual pode ser substituída por “*de*”. Agostinho parece se “irritar” com a resposta de Adeodato e diz:

Aug.—Non id quaero, ut pro una voce notissima aliam vocem aequae notissimam, quae idem significet dicas; si tamen idem significat: sed interim concedamus ita esse. Certe si poeta iste non, ex tanta urbe, sed de tanta, dixisset, quaereremque abs te quid de significaret; diceres ex, cum haec duo verba essent, id est signa, unum aliquid, ut tu putas, significantia: ego autem idipsum, nescio quid unum, quod his duobus signis significatur, inquiri

¹⁵⁸ Cf. *Aug.—Si nihil nos teneat, et moras patiamur.*

¹⁵⁹ De acordo com Formigari (2005, p. 36): “a análise não avança mais do que essas três palavras, e Adeodato encontra-se inundado de enigmas semânticos.” (Cf. “the analysis goes no further than the third word, and Adeodatus finds himself mired in a series of semantic enigmas.”).

Ag.— Mas eu não te solicito que digas em lugar de uma palavra conhecidíssima outra igualmente conhecidíssima, que signifique a mesma coisa, suposto que signifique o mesmo; contudo, por enquanto, admitamos que seja assim. Certamente, se este poeta, em vez de dizer *Ex tanta urbe*,"tivesse dito *De tanta urbe*," e eu te perguntasse que significa *De*,"responderias *Ex*,"sendo que estas duas palavras, isto é, sinais, significam — como tu crês — uma só e a mesma coisa; eu, porém, busco esta mesma coisa, não sei se uma e idêntica, que é significada com estes dois sinais.¹⁶⁰

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, II, 4).

Agostinho ressalta que a simples substituição de uma preposição por outra não explica qual é o seu significado. Além disso, a observação feita por Agostinho revela-nos que Adeodato parece ter se utilizado da definição de preposição que a gramática apresenta. Se recorrermos à definição dada por Agostinho na *Ars breuiata*, conseguiremos observar melhor essa questão. Na *Ars breuiata*, ele diz que:

Praepositio est pars orationis quae aut componendis partibus orationis praeponitur, aut casibus duobus tantum accusatiuo aut ablatiuo, aut utriusque, non componendis sed ad certas significationes adiuuandas. Itaque aliae praepositiones tantum componuntur, ut di, dis, re, a – dicimus enim diiudico, discurreo, removeo, ambio – aliae tantum casibus seruiunt, ut apud, pone, secundum, ultra, adversum, cis, cifra, circa, erga, intra, infra, iuxta, penes, propter, usque, coram, absque, palam, sine, tenus. Ceterae et componuntur et casibus seruiunt ut adnuam et adduco dicimus et ad amicum.

A *preposição* é uma parte da oração que ou é preposta, devendo se unir às partes da oração, ou somente antes de dois casos – acusativo, ablativo ou ambos –, ou não devendo se unir, mas se adaptar para [criar] determinadas significações. Assim, algumas preposições servem somente à composição, como *di, dis, re, a*, dizemos, com efeito, *diiudico, discurreo, removeo, ambio*; outras servem somente aos casos, como *apud, pone, secundum, ultra, adversum, cis, cifra, circa, erga, intra, infra, iuxta, penes, propter, usque, coram, absque, palam, sine, tenus*, algumas não só atendem à composição, mas também servem aos dois casos, como quando dizemos: *adnuam, adduco e ad amicum*.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 93).

Ao que nos parece, Adeodato se apropriou da característica principal da definição da preposição, que é etimológica, como já ressaltamos no capítulo três, pois no verso de Virgílio a preposição “*ex*” está colocada antes de dois ablativos, que são: *tanta* e *urbe*. Entretanto, Adeodato parece esquecer que o significado das preposições também auxilia na produção de sentidos do termo por ela regido.

¹⁶⁰ Tradução de Ricci (1973, p. 326). O poeta a quem Agostinho se refere é Virgílio (séc I a.C.).

Dessa forma, para Agostinho, o significado de “*ex*” e de “*de*” são diferentes, pois, se não o fossem, Virgílio poderia ter composto seu verso na forma de “*de tanta urbe*” ao invés de “*ex tanta urbe*”. Embora hoje possamos aventar que o emprego de uma preposição por outra represente uma preferência meramente métrica, a resposta de Agostinho sugere que essa não é a questão que está sendo colocada. O problema presente, nessa passagem, como sugere Luhtala (2005, p. 143), é de sinonímia perfeita. Adeodato, portanto, utiliza apenas um dos dois critérios preconizados pela doutrina gramatical para responder a Agostinho, mas só o critério “funcional” do uso da preposição não o satisfaz.

Outra questão é de polissemia. No capítulo IV do *De magistro*, por exemplo, Agostinho aponta a diferença entre *uerbum* (como nome) e *uerbum* (como verbo), explicando que esse está posto no sentido de verbo que se conjuga pelas flexões dos tempos como: *scribo, scripsi, lego, legi* (*De mag.*, IV, 9); já aquele, o dissílabo *uerbum* (nome), refere-se a todos os nomes que são representados pelos gêneros masculino, feminino e neutro (*De mag.*, IV, 10). As duas passagens acima mostram-nos, mais uma vez, como é necessário que o aluno possua o conhecimento expresso pela gramática, e acentuam que a investigação no *De magistro* tem um caráter essencialmente semântico.

Nesses dois trechos, temos, respectivamente, a definição de verbo e de nome:

Aug.—Hoc ergo inter nomen et uerbum, quod inter equum et animal interest. Nisi forte ab assentiendo id te revocat, quod dicimus et alio modo uerbum, quo significantur ea quae per tempora declinantur, ut scribo scripsi, lego legi, quae manifestum est non esse nomina.

Ag.— Pois bem, entre nome e palavra existe a mesma diferença que há entre cavalo e animal. A não ser que te impeça de concordar o fato de que por *uerbum*, “além de “palavra”, **pode-se entender “verbo”, isto é, aquela parte do discurso que se declina por tempos, como “escrevo”, “escrevi”, “leio”, “li”, que manifestamente não são nomes.**¹⁶¹

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, IV, 9 – grifos nossos).

Aug.—Quid? nomen nonne similiter habet? Nam et omnium generum nomina significat, et ipsum nomen generis neutri nomen est. An, si ex te quaererem quae pars orationis nomen, posses mihi respondere recte, nisi nomen?

¹⁶¹ Tradução de Ricci (1973, p. 331-332). Nessa passagem vemos a semelhança que existe entre o *De magistro* e o *De dialectica*. No *De dialectica*, Agostinho pergunta *Arma, quae pars orationis est?* (*Aug.*, *De dial.*, V 7, 15-16) e no *De magistro*: *quae pars orationis nomen [est]?* (*Aug.*, *De mag.*, I, IV, 10). Essas duas perguntas estão presentes em textos de teor filosófico, o que mais uma vez indica-nos que a discussão gramatical é quase sempre mencionada. Mesmo que o foco do texto não seja gramatical.

Ag.— E não é assim também para o nome? Este, pois, significa os nomes de todos os gêneros, e "nome" mesmo é um nome de gênero neutro. **Ou, se te perguntasse que parte da oração é nome, não poderias responder-me acertadamente dizendo "nome"?**

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, IV, 10).

Na explicação de Agostinho de nome e verbo, podemos ponderar que ele, para definir o verbo, apela para os conhecimentos “morfológicos” do aluno, pois a flexão dos verbos é caracterizada por suas desinências de modo e tempo como, por exemplo, a desinência –o em *scribo* e *lego*. No caso da distinção dos nomes, Agostinho faz menção ao gênero (*genus*) das palavras. Agostinho apresenta como exemplo a própria palavra *uerbum*, dizendo que ela pertence ao gênero neutro, e termina sua distinção entre essas duas partes indagando Adeodato o seguinte: “ou, se te perguntasse que parte da oração é nome, não poderias responder-me acertadamente dizendo ‘nome’?”.¹⁶²

As duas definições presentes no *De magistro* podem ser comparadas com as constantes na *Ars breuiata*, para observarmos se Agostinho mantém os mesmos critérios de definição para as duas partes da oração.

Na *Ars breuiata*, Agostinho define o verbo da seguinte forma:

Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu, uerbo accidunt genus, numerus, figura, persona, modus, tempus, coniugatio, forma.

O verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso. Os verbos flexionam-se em gênero, número, forma, pessoa, modo, tempo, conjugação e aspecto.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 47).

Se compararmos a definição do *De magistro* com da *Ars breuiata*, em relação ao verbo, veremos que há uma semelhança entre elas, ou seja, a referência de tempo (*tempus*), característica essa intrínseca ao verbo, pois ela se opõe à característica fundamental dos nomes. Além disso, a definição de verbo dada por Agostinho no *De magistro*, diferente das demais, é de natureza formal, e não semântica. Outro traço do gênero gramatical na explicação do *De magistro* é a presença de *exempla* lexicais como, por exemplo, *scribo* e *lego*. O verbo *scribo* é o mesmo verbo que Agostinho utiliza na *Ars breuiata*¹⁶³ para explicar todas as características verbais.

¹⁶² Tradução de Ricci (1973, p. 332). *An, si ex te quaererem quae pars orationis nomen, posses mihi respondere recte, nisi nomen?*

¹⁶³ Cf. *Ars breuiata* I, 5: “A primeira pessoa é como *scribo*, a segunda é como *scribis*, a terceira é como *scribit*”, “*Persona prima ut scribo, secunda ut scribis, tertia ut scribit*”.

A definição de nome contida na *Ars breuiata* guarda também semelhanças com essa do *De magistro*. Na *Ars breuiata*, a definição de nome é:

Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans plene quae aliquo genere quod sexum adinet enuntiantur. Quamquam enim genus neutrum nec masculinum nec femininum sit, tamen quia negato utroque sexu signatur, ex eo ipso habet causam ut inter genera nominaretur. Nomini accidunt multa sed animadversione maxime digna sunt qualitas, genus, numerus, comparatio, figura, casus.

O nome é a parte da oração com caso, sem tempo, *significando plenamente* aquelas coisas que são enunciadas no gênero relativo ao sexo. Ainda que, com efeito, o gênero neutro não seja nem masculino e nem feminino, mas porque é expresso negando a ambos os sexos, por isso mesmo tem motivo de ser nomeado entre os gêneros. As flexões do nome são muitas, mas são dignas de maior observação: *a qualidade, o gênero, o número, a comparação, a forma e o caso.*

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 3).

A definição de nome da *Ars breuiata* faz referência ao gênero das palavras, ou seja, as palavras são masculinas, femininas e neutras. Apesar de não ser o critério mais relevante para definição de nome na *Ars breuiata*, esse é o critério adotado por Agostinho no *De magistro*. Agostinho dá o exemplo da própria palavra “*nomen*”, que é (um substantivo) neutro.

Diante desses desdobramentos no *De magistro*, podemos dizer que, se no capítulo II, 3 Agostinho quis saber quantas palavras (*uerba*) e quantos signos (*signa*) estavam presentes no verso da *Eneida* (II, 659); no capítulo IV, 9, Agostinho esperava a confirmação de Adeodato de que o vocábulo (*nomen*) pertence à parte da oração referente ao nome (*nomen*), ou seja, Agostinho esperava de Adeodato uma definição gramatical.

A complexidade do diálogo se acentua na medida em que Agostinho apresenta considerações sobre o nome e o verbo, mencionando explicitamente que:

os mestres da dialética ensinam que uma frase completa consta de nome e verbo, que pode ser afirmativa ou negativa. O próprio Túlio Cícero, em certa passagem, chama-a enunciado (*pronuntiatum*).¹⁶⁴

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 16).

Ainda que Agostinho mencione Cícero como exemplo, essa divisão, como vimos

¹⁶⁴ Tradução de Belmonte (2008, p. 381).

acima, é oriunda da reflexão aristotélica (presente, por exemplo, no *De interpretatione*). De acordo com Aristóteles: “primeiro, há a necessidade de precisar o que é nome e o que é verbo, depois o que é negação e o que é afirmação, a declaração e o discurso.” (*Arist., De inter.*, (I, 16a, 1-3).¹⁶⁵ Agostinho, nesse trecho, procede da mesma forma que Aristóteles: primeiro ele define quais são as partes da dialética (*nomen* e *uerbo*), para depois dizer qual é o seu campo de investigação, ou seja, analisar se as proposições com essas duas partes afirmam ou negam algo (*affirmari* e *negari*).

Depois de apresentar a conjunção, a preposição, o verbo e o nome, Agostinho, no capítulo V, 13, fala a respeito do pronome. Essa passagem se tornou foco de observação de vários estudiosos dos gramáticos latinos como, por exemplo, Law (1984) e Luhtala (2005).

No referido trecho, como já vimos, Agostinho diz:

*Aug.—Facile est: nam credo te accepisse ac tenere pronomen dictum, quod pro ipso nomine valeat, rem tamen notet minus plena significatione quam nomen. Nam, ut opinor, definivit ille ita, quem grammatico reddidisti: **Pronomen est pars orationis, quae pro ipso posita nomine, minus quidem plene, idem tamen significat.***

*Ag. - É fácil, pois creio que aprendeste e te lembras de que se chama "pronome" o que está em lugar do nome, ainda que denote a coisa com um significado menos pleno do que o nome. Pois, assim acho, o definiu o gramático a quem fizeste referência: "**Pronome é uma parte da oração que, usada no lugar do nome, significa a mesma coisa que este, porém, menos plenamente.**"¹⁶⁶*

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 13, grifo nosso).

Nesse trecho, Agostinho apresenta uma definição de um gramático, o qual não sabemos quem é, pois não há nenhuma referência no *De magistro* que nos indique certamente de quem Agostinho esteja falando. Além disso, mesmo que essa definição seja idêntica à que se encontra na *Ars breuiata*, tal informação, no entanto, também não nos dá garantia de que Agostinho esteja se referindo a ele próprio.

Na *Ars breuiata*, a definição de pronome é:

Pronomen est pars orationis quae pro ipso nomine posita minus quidem plene idem tamen significat. Pronomini accidunt quae considerare nunc oportet: qualitas, genus, numerus, figura, persona, casus.

¹⁶⁵ Tradução de Teixeira da Mata (2013, p. 3).

¹⁶⁶ Tradução de Ricci (1973, p. 333).

O *pronome* é a parte da oração que, colocada no lugar do próprio nome, significa o mesmo, porém, de forma menos plena.¹⁶⁷ Os pronomes possuem as flexões de *qualidade, número, forma, pessoa e caso*, as quais agora é preciso considerar.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 22, grifo nosso).

Diante dessas duas definições, a questão que queremos destacar quanto a essa parte se refere primeiramente à observação feita por Law (1984, p. 168), na qual a autora pontua que a definição de pronome encontrada no *De magistro* é baseada na função e nas propriedades dessa parte da oração, ou seja, a função do pronome é substituir um nome, critério que vimos apontando como sendo de natureza funcional. Luhtala (2005, p. 142), por outro lado, faz uma interpretação não só da definição que Agostinho apresenta sobre o pronome, mas também se utiliza da própria reflexão feita por Agostinho a respeito dessa parte da oração. De acordo com Luhtala, Agostinho faz uma definição baseada na etimologia. Podemos identificar essa posição da autora, pois a palavra (*res* / “a coisa”) que pertence ao campo da dialética¹⁶⁸; indica, assim, que o significado do nome que será substituído por um pronome possui menos conteúdo semântico. As duas observações são pertinentes, pois uma considera a definição escolhida por Agostinho para definição do pronome e a outra considera a própria reflexão de Agostinho sobre a mesma parte da oração. Diante disso, parece-nos que essas duas análises não são antagônicas, mas sim complementares.

Agostinho complementa sua definição dos pronomes apresentando para Adeodato os seguintes exemplos:

*Aug. – Vides igitur secundum hanc definitionem nullis nisi nominibus servire, et pro his solis poni posse pronomina, velut cum dicimus: **Hic vir, / ipse rex, / eadem mulier, / hoc aurum, / illud argentum: hic, ipse, eadem, hoc, illud, pronomina esse; vir, rex, mulier, aurum, argentum, nomina, quibus plenius quam illis pronomibus res significatae sunt.***

¹⁶⁷ Esta definição contida na *Ars breuiata* é a mesma que está no *De magistro* (I, V.13): *pronomen est pars orationis, quae pro ipso posita nomine, minus quidem plene, idem tamen significat*. Esta semelhança é mais um indício para que possamos adotar *ars breuiata* como um texto de Agostinho.

¹⁶⁸ A terminologia que diz respeito ao campo da dialética é ampla. No *De dialectica* de Agostinho encontramos os seguintes termos que compõem o campo de investigação dessa disciplina: *uerbum* (palavra), *dicibile* (dizíveis), *dictio* (palavra, raciocínio, discurso), *res* (coisa/referente), *origo* (origem), *uis* (valor), *declinatio* (flexão), *uerba simplicia* (palavra simples), *uerba coniuncta* (palavras combinadas), *de loquendo* (proposições não assertivas), *de proloquendo* (domínio da asserção (simples)), *de proloquiorum summa* (asserções completas), *loqui* (fala). Um adendo importante consiste em destacar que Long (2005, p.52) nos informa que o vocábulo *dicibile* é uma espécie de adaptação terminológica feita por Santo Agostinho em seu *De dialectica* do termo grego *lékta*, porém, a investigação desse texto ainda é tão rara que tal vocábulo ainda nem se encontra no *Oxford Latin Dictionary*.

(Ag.) - Vês, portanto, que, segundo esta definição, os pronomes se referem só aos nomes, e só no lugar destes podem colocar-se, como quando se diz: este homem, o mesmo rei, a mesma mulher, esse ouro, aquela prata, os termos "este", "mesmo", "mesma", "esse", "aquela" são pronomes, "homem", "rei", "mulher", "ouro", "prata" são nomes com que, mais plenamente que com os mesmos pronomes, as coisas são significadas.¹⁶⁹

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 13, grifo nosso).

Nesse trecho, Agostinho distingue e apresenta em que parte da oração cada vocábulo se enquadra. Além disso, ele estabelece de forma bem didática a relação entre essas duas partes oração ao dizer que o “pronome” só pode substituir o nome. Diante disso, o critério funcional-etimológico fica evidente no caso dos pronomes.

Outra parte da oração mencionada por Agostinho no *De magistro* são os advérbios. Em relação a essa parte da oração, ressaltamos o advérbio “*ecce*” (eis)¹⁷⁰ presente no capítulo X, 35. Nesse capítulo, Agostinho apresenta a relação que há entre o signo sonoro, a coisa significada e o gesto de apontar com o dedo. Conforme Belmonte (2008, p. 404), em nota, “o gesto de apontar com o dedo equivale ao advérbio “eis” e estabelece a relação entre o signo sonoro do qual se ignora o significado – inclusive se ignora se tem algum significado – e a coisa significada.”

Para encerrarmos essa discussão sobre as partes da oração no *De magistro*, vejamos, finalmente, as observações que Agostinho realiza sobre as partes da oração da gramática grega em relação à latina. É comum pensarmos e até endossarmos a ideia de que Agostinho tenha sido um dos poucos filósofos da Antiguidade Tardia que “não sabia grego”, provavelmente porque Agostinho, nas *Confissões* (I, 13, 20), relata que gostava mais do latim do que do grego, e descreve, nesse contexto, as agruras que envolveu o seu aprendizado.

Entretanto, essa especulação a respeito dos conhecimentos da língua grega de Agostinho pode ser matizada. Se analisarmos com cautela a comparação feita por Agostinho entre o grego e o latim, veremos que suas observações estão bem fundamentadas no que diz respeito aos conhecimentos gramaticais de ambas as línguas.

Para que possamos ter uma ideia geral desse conhecimento do grego e do latim que Agostinho apresenta, retomaremos a observação feita por ele, no *De magistro* (I, V, 15), ao dizer que:

¹⁶⁹ Tradução de Ricci (1973, p. 333-334).

¹⁷⁰ Parece não haver uma definição muito clara sobre essa parte da oração no *De magistro*, por isso, não faz sentido compará-la com a *Ars breuiata*. Além disso, esse advérbio não é encontrado na *Ars breuiata*.

Quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*quis*», responderi mihi τίς, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*uolo*», responderi mihi θέλω, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*bene*», responderi καλῶς, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*scriptum*», responderi mihi τὸ γεγραμμένον, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*et*», responderi καί, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*ab*», responderi ἀπό, /
 quid Graeci nomenclent, quod nos nominamus
 «*heu*», responderi οἶ.

aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *quis*,
 pode ser respondido para mim τίς,
 aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *uolo*,
 pode ser respondido para mim θέλω,
 aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *bene*,
 pode ser respondido para mim καλῶς,
 aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *scriptum*,
 pode ser respondido para mim τὸ γεγραμμένον,
 aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *et*,
 pode ser respondido para mim καί,
 aquilo que os gregos nomeiam, e nos nomeamos *ab*,
 pode ser respondido para mim ἀπό,
 aquilo que os gregos nomeiam, e que nos nomeamos *heu*,
 pode ser respondido para mim οἶ.

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, V, 15).

Antes de mais nada, a preocupação de Agostinho, no *De magistro* como um todo, consiste em discutir como se deram a nomeação “das coisas”. Esse trecho, por sua vez, ilustra como são nomeadas as *partes orationis* latinas. O critério estabelecido por Agostinho para explicitar a metalinguagem gramatical latina é feita em comparação com o grego, ou seja, o que há é apenas uma equivalência semântica entre elas, ou seja, uma tradução. Para Agostinho, a única coisa que as diferencia é a pronúncia. Podemos observar, além disso, que Agostinho faz essa comparação organizando-a da seguinte forma:

1. pronomes
2. verbos
3. advérbios
4. participio
5. conjunção
6. preposição
7. interjeição

Exceto a comparação entre nome latino e grego (*nomen* e ὄνομα), que só é feita no capítulo VI, 18, a apresentação das *partes orationis*, nessa passagem do *De magistro*, é a mesma da *Ars breuiata* e das *Artes grammaticae* de Donato, como ressaltamos no quadro acima. Essa é a primeira e única vez que elas são apresentadas em uma ordem coerente com a doutrina gramatical da época de Agostinho. Além disso, tal sistematização também serve para a língua grega, nesse caso. Agostinho não menciona os artigos, mas inclui na classe das interjeições latinas os advérbios da língua grega. Ao mencionar o particípio, Agostinho coloca a palavra *scriptum* (escrito) como tendo o seu equivalente grego τὸ γεγραμμένον (o que é escrito).

Voltando à divisão feita por Agostinho a respeito das partes da oração, se considerarmos que ele, na passagem VI, 18, diz que a única diferença entre *nomen* e ὄνομα é o som, podemos dizer que esse é o momento em que há uma divisão entre o domínio da gramática e o da dialética. Nossa observação pode ser justificada com a própria postulação que Agostinho apresenta no *De dialectica* ao dizer que:

Ergo ut coeperam dicere omne verbum sonat. Sed quod sonat nihil ad dialecticam. De sono enim verbi agitur; cum quaeritur vel animadvertitur; qualiter vocalium vel dispositione leniatur vel concursione dehiscat, item consonantium vel interpositione nodetur vel congestionem asperetur; et quot vel qualibus syllabis constet, ubi poeticus rhythmus accentusque, (quae) a grammaticis solarum aurium tractantur negotia.

Portanto, como eu disse, toda palavra é um som. Mas o que soa não interessa para a dialética. Com efeito, sobre o som das palavras é tratado quando é perguntado ou é constatado de que modo a vogal é mais suave ou com que disposição é mais áspera; além disso, de que forma as consoantes são unidas pela interposição ou são aspiradas longamente; e os números e as qualidades das sílabas se conta, onde está o acento e o ritmo poético, os quais são tratados somente como assunto dos ouvidos pelos gramáticos.

(AGOSTINHO, *De dial.*, I V, 17-23).

Além disso, Agostinho deixa claro que a dialética é a ciência da disputa (*scientia disputandi*), sendo que é encargo dessa disciplina produzir discussões sobre as matérias; porém, esses assuntos, como, por exemplo, a ordenação das letras para formação das sílabas, e das sílabas para a formação das palavras, pertencem ao campo da gramática.

Em resumo, podemos dizer que, através da observação do conceito das *partes orationis* presentes no *De magistro*, em comparação com a forma em que tal conceito se desenvolve

na *Ars breuiata*, constatamos que, ao oferecer a Adeodato suas reflexões sobre a linguagem, Agostinho lança mão de um saber gramatical já consolidado na tradição latina para discuti-lo. Entretanto, com propósito bastante diverso, oferecendo uma investigação metalinguística diferente daquela gramatical.

No *De magistro*, Agostinho mistura reflexões sobre temas gramaticais com temas da dialética clássica, pois, através da figura de Cícero, ele menciona a partição aristotélica entre nome e verbo, mas também apresenta os conceitos das *partes orationis* da tradição gramatical. Mesmo quando Agostinho agrupa quase todas as *partes orationis* em um só parágrafo, mantendo, assim, a mesma ordem de descrição presente na *Ars breuiata*, ele não as define. No entanto, as semelhanças com a *Ars breuiata*, seja do ponto de vista da organização dos temas, seja em relação às definições que Agostinho apresenta das *partes orationis* no *De magistro*, ressaltam o possível diálogo entre as duas obras e os conceitos da gramática como o pano de fundo para elaborações mais aprofundadas, tais quais aquelas do *De magistro*.

4.1.2 *De uitia orationis: soloecismus e barbarismus*

O presente item tem como foco principal observar se os critérios adotados por Agostinho para definir os *uitia orationis* – o *soloecismus* (solecismo) e o *barbarismus* (barbarismo) – na *Ars breuiata* são os mesmos que aqueles que ele apresenta no *De ordine* e no *De doctrina Christiana*, ao tratar desses mesmos fenômenos.

Os manuais de gramática latina que nos chegaram possuem uma seção destinada ao estudo dos *uitia orationis*, geralmente, encontradas após a descrição das *partes orationis*. O exemplo mais prototípico desse modelo, conforme vimos, é o da *Ars maior* (Don, *Ars mai.*, III) de Donato. No entanto, a *Ars breuiata* de Agostinho também destina seu último tópico gramatical à descrição desses dois vícios da oração: o solecismo e o barbarismo.

Antes de passarmos às definições e exemplificações que Agostinho apresenta a respeito desse tópico gramatical, observemos a ordenação adotada por ele ao se referir a esses conceitos.

O quadro geral se apresenta da seguinte forma:

	<i>Ars breuiata</i>	<i>De ordine</i>	<i>De doctrina Christiana</i>	<i>Confessiones</i>	<i>Ars maior</i>
Primeira parte	<i>Latinitas</i> (I, 1)	∅	∅	∅	∅
Terceira Parte	<i>Soloecismus</i> (I, 98)	<i>Soloecismus</i> (II, XVII, 45)	<i>Soloecismus</i> (II, 13, 19)	<i>Barbarismus</i> (I, 18, 28)	<i>Barbarismus</i> (III 653 H)
	<i>Barbarismus</i> (I, 100)	<i>Barbarismus</i> (II, XVII, 45)	<i>Barbarismus</i> II, 13, 20	<i>Soloecismus</i> (I, 18, 28)	<i>Soloecismus</i> (III 655 H)

Quadro 5. *Comparação estrutural dos vitia uirtutesque orationis*

A organização desse quadro revela-nos dois pontos sobre os vícios da oração. O primeiro aspecto que podemos destacar desse quadro consiste no fato de que Agostinho reiteradamente recorreu à explicação desses elementos em obras diferentes, o que nos mostra o quão importantes poderiam ter parecido a Agostinho, a ponto de ele os ter tratado em diferentes lugares. Nesse sentido, assim como a discussão das *partes orationis* não se circunscreve à sua obra gramatical, estando disseminada em obras filosóficas, o mesmo podemos dizer sobre os *uitia orationis*.

O segundo ponto a ser destacado é que, na *Ars breuiata*, esses conceitos não figuram na terceira parte do texto, ou seja, os vícios da oração e – a *Latinitas*¹⁷¹ – são tratados por Agostinho em partes distintas. Além disso, não há nenhum indício de que o termo *Latinitas* apareça em outras obras de Agostinho.

Os gramáticos, dessa forma, não foram os únicos que se dedicaram a esse tipo de descrição. Na *Rhetorica ad Herennium* (Retórica a Herênio), obra de autoria desconhecida publicada na época da República de Roma, já se apresentava uma primeira definição desses dois conceitos (*Her.*, 4, 17). Além dela, posteriormente, houve o relato de Quintiliano (*Inst. or.*, I, V, 5), já na época imperial (FORTES, 2012, p. 118-143). Sem termos a pretensão de entrar em uma discussão sobre a procedência desses conceitos, vejamos, então, o que Agostinho disse sobre eles em obras de cunho não gramatical.

No *De ordine* (II, XVII, 45), Agostinho, ao revelar à sua mãe, Mônica, como tais conceitos podem ser difíceis de serem percebidos e aprendidos, relata que:

¹⁷¹ De acordo com Agostinho na *Ars breuiata* (I, 1): “A *Latinitas* é o cuidado com o falar de forma incorrupta de acordo com a língua romana. Ela se divide em três modos: a *organização lógica da língua*, a *autoridade* e o *uso*. A *organização lógica*, conforme a arte gramatical; a *autoridade*, conforme as coisas escritas por aqueles aos quais a mesma autoridade é atribuída; o *uso*, conforme aquelas coisas que são desejadas e admitidas no uso do falar.” (Cf. *Latinitas est obseruatio incorrupte loquendi secundum romanam linguam. Constat autem modis tribus, id est ratione, auctoritate, consuetudine: ratione secundum artem, auctoritate secundum eorum scripta quibus ipsa est auctoritas adtributa, consuetudine secundum ea quae loquendi usu placita adsumptaque sunt.*)

*Si enim dicam te facile ad eum sermonem perventuram, qui locutionis et linguae vitio careat, profecto mentiar. Me enim ipsum, cui magna necessitas fuit ista perdiscere, adhuc in multis **verborum sonis** Itali exagitant et a me vicissim, quod ad ipsum **sonum** attinet, reprehenduntur. Aliud est enim esse arte, aliud gente securum. **Solecismos** autem quos dicimus, fortasse quisque doctus diligenter attendens in oratione mea reperiet; non enim defuit qui mihi nonnulla huiusmodi vitia ipsum Ciceronem fecisse peritissime persuaserit. **Barbarismorum** autem genus nostris temporibus tale compertum est ut et ipsa eius oratio barbara videatur, qua Roma servata est.*

Certamente estarei mentindo se eu lhe disser que você chegará com facilidade a conseguir aquele discurso livre de todo erro de locução e de linguagem. A mim mesmo, que tive grande necessidade de aprender a fundo tudo isso em função da minha profissão de retórica, os italianos ainda me criticam pela minha pronúncia de muitas palavras; mas eu também, por minha vez, os repreendo no que diz respeito à mesma pronúncia. Pois uma coisa é a certeza que se tem pelo conhecimento da arte de bem falar, e outra coisa é a maneira de falar de uso popular. Talvez, se alguém instruído analisar com cuidado o meu discurso, **irá encontrar aí erros que denominamos solecismos**; pois não faltou quem, com muito conhecimento da matéria, me convencesse de que o próprio Cícero cometeu alguns erros desse tipo. **No que se refere ao tipo de vícios de linguagem chamados de barbarismos**, descobriu-se em nossos dias que parece bárbaro até mesmo o discurso, por meio do qual Roma foi salva.¹⁷²

(AGOSTINHO, *De ord*, II, XVII, 45 – grifo nosso).

Nessa passagem do *De ordine*, Agostinho apresenta que há dois tipos de vícios da oração: o solecismo e o barbarismo. Seu relato também destaca que mesmo tendo estudado a fundo tais temas, ele ainda é repreendido por sua pronúncia. No entanto, Agostinho pondera que uma coisa é falar de acordo com os preceitos da gramática e da retórica, outra coisa é expressar-se de forma comum. Essa divisão feita por Agostinho entre uma fala organizada de acordo com preceitos retóricos e uma fala comum, por sua vez, não é fácil de ser apreendida. Sua carreira de professor de Retórica, em Roma e em Milão, parece ter ocasionado, em algum ponto de sua vida, essa necessidade de conhecer as diferentes modalidades da expressão em latim, oferecendo-nos, desse modo, um dos motivos pelos quais ele sempre recorre a esses conceitos, ou seja, o de que não se chega à profissão de *rhetor* sem ter sido instruído nos preceitos da gramática e da retórica. Esse traço pedagógico da vida de Agostinho é refletido em seus escritos vez ou outra.

Outra questão levantada por Agostinho, nesse excerto, é o caráter exemplar da figura de Cícero. Sabemos que Agostinho e outros intelectuais da Igreja, como São Jerônimo, admiravam o estilo ciceroniano de escrita, mas, além disso, Cícero era também um dos

¹⁷² Tradução de Belmonte (2008, p. 243). Entemos que Belmonte tenha traduzido o conceito latino de *Ars* (*arte*) [pela arte ou através da arte] por retórica, ou seja, a arte a que Agostinho se refere nesse trecho é a *Ars rhetorica*.

principais autores estudados na escola dos *grammaticus* e *rhetor*. Nessa passagem do *De ordine*, Agostinho parece se referir a Cícero, procurando se amparar em sua autoridade. Essa observação decorre do fato de que se algum “douto” da época de Agostinho resolvesse analisar seus discursos, o bispo de Hipona estaria amparado pela figura de autoridade de Cícero, que, assim como ele próprio, não estaria imune a uma análise criteriosa da linguagem.

No entanto, nessa passagem do *De ordine*, Agostinho não se preocupa em fazer uma definição clara do que sejam os termos *soloecismus* e *barbarismus*. Percebemos, somente, que ele menciona problemas relacionados à sua pronúncia do latim. Da mesma forma que no *De ordine*, nas *Confissões* Agostinho apenas menciona os conceitos de barbarismo e solecismo, assim como é a única vez que ele apresenta o conceito de barbarismo antes dos de solecismo, como podemos observar neste trecho:

Que admira, pois, que fosse arrastado pelas vaidades e me afastasse de Vós, ó meu Deus, se me propunham exemplos dos homens, a quem uma crítica cobria de vergonha por **um barbarismo ou solecismo** cometido ao narrarem ações virtuosas, e que se gloriavam de serem louvados quando contavam com termos castiços e bem dispostos, copiosa e elegantemente, as suas torpezas?¹⁷³

(AGOSTINHO, *Conf.*, I, 18, 28, grifo nosso).

Contudo, se, por um lado, Agostinho não oferece uma definição desses conceitos no *De ordine*, por outro lado, elas são apresentadas de forma objetiva tanto na *Ars breuiata*, quanto no *De doctrina Christiana*.

Com efeito, Agostinho, na *Ars breuiata*, fornece-nos a seguinte definição:

Soloecismus est uitium locutionis quod fit per Latinas quidem partes orationis sed male sibimet nexas. Qui enim dicit <<inter hominibus>>, si consideres singula, nullum fecit uitium: nam et <<inter>> Latinum est et <<hominibus>>; sed uitiosum est sic utrumque coniunctum. Hoc ergo modo quando peccatur in qualibet ratione, quae de octo partibus orationis reddita est, soloecismus uocatur.

O solecismo é o vício da elocução que se faz através das [palavras] latinas, em certas partes da oração, mas que estão unidas entre si inadequadamente. Quem, com efeito, diz *inter hominibus*, se considerasse cada palavra isolada, não teria incorrido no vício, pois tanto *inter* quanto *hominibus* são palavras latinas, mas, assim unidas uma a outra, é um vício. Por isso, desse mesmo modo, quando é cometido um erro em qualquer parte lógica da sentença, a qual foi relacionada com as oito partes da oração, é chamado *solecismo*.¹⁷⁴

¹⁷³ Tradução de Santos & Pina (1996, p. 57).

¹⁷⁴ Nessa passagem do texto, encontramos mais uma palavra que remete ao contexto religioso (cristão), *pecco*. Entretanto, faz-se necessário explicar que essa palavra possuía duas acepções conforme nos relatam Ernout &

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 98).

No *De doctrina Christiana* (II, 13, 19), Agostinho define o mesmo fenômeno desse modo:

Nam soloecismus qui dicitur, nihil aliud est quam cum verba non ea lege sibi coaptantur, qua coaptaverunt qui priores nobis non sine auctoritate aliqua locuti sunt. Utrum enim <<inter homines>>, an, <<inter hominibus>> dicatur, ad rerum non pertinet cognitorem

Solecismo é justamente combinar as palavras sem aquela norma com a qual as combinaram os nossos antecessores, quando falavam a nossa língua com autoridade. Assim, por exemplo, àquele que procura o real conhecimento das coisas, nada interessa que se diga *inter homines* ou *inter hominibus*.¹⁷⁵

(AGOSTINHO, *De doc, Chr.*, II, 13, 19 – grifo nosso).

Nas duas definições, Agostinho atribui o solecismo a uma má organização lógica da sentença (*ratio*). O exemplo utilizado por Agostinho retrata bem esse problema, pois a preposição *inter* (entre) rege, de acordo com a regra, o caso acusativo, e não o ablativo, ou seja, a colocação da preposição não está ali sendo usada de acordo com a ordem regular da língua. Por isso, a expressão *inter* (prep. acus.) *homines* (subs. acus., pl.) (entre os homens) estaria correta, ao passo que a sentença *inter* (prep. acus.) *hominibus* (subs., abl., pl.) (entre com homens) seria contrária à *ratio* da gramática.¹⁷⁶ No entanto, em cada uma dessas duas definições, encontramos especificidades que podem estar atreladas ao gênero dos textos em que se encontram. Na *Ars breuiata*, um texto estritamente gramatical, Agostinho ressalta, de forma enfática, que a construção *inter hominibus* é, de fato, um vício da oração. Agostinho

Meillet (1951, p. 869). No contexto pagão, sua acepção era *cometer um erro* ou *falta*, que vem do grego *σφάλλομαι*. Já no contexto cristão, sua acepção é “pecar”, que é traduzido do grego por *ἀμαρτία*. Sem, portanto, nos alongarmos nessa discussão, o vocabulário que faz parte da própria constituição do texto da *Ars breuiata* já deixa transparecer a inclinação de Agostinho à doutrina cristã, ainda que a primeira fase de seus escritos seja marcada pela forte influência neoplatônica.

¹⁷⁵ Tradução de Oliveira (2002, p. 104).

¹⁷⁶ Nas *Confissões* I, 18, 28, Agostinho apresenta o mesmo exemplo de solecismo ao dizer: “Quão misterioso sois Vós, que habitais em silêncio no céu, Deus grande e único, espalhando, com lei infatigável, cegueiras vingadoras sobre as paixões desordenadas! Vede este homem, procurando a glória da eloquência, diante dum homem, o juiz, e, na presença de grande número de homens, atacar o inimigo com ódio violentíssimo. Como evita com toda a vigilância dizer algum erro de linguagem, como não aspira o h de ‘*inter homines*’ (entre os homens), pronunciando ‘*inter omnes*’! Mas não tem cuidado de vigiar o furor da sua alma, que o arrasta a tirar um homem de entre os homens!”. (Tradução de SANTOS & PINA, 1996, p. 58).

utiliza o verbo *peccatur* (peca) para indicar esse erro. Além disso, Agostinho menciona que o solecismo acontece quando se ordenam as *partes orationis* de uma forma que desobedeça à razão lógica da língua (*ratio*), aquela regra que permite a concatenação regular de sentenças na língua.

No *De doctrina Christiana*, a questão é outra, pois Agostinho define o que é um solecismo, mas parece considerar que esse conhecimento, apesar de importante, está abaixo de um conhecimento real das coisas. Essa observação feita por Agostinho não depõe contra a necessidade de se conhecer tais conceitos, no entanto, para Agostinho, tais conceitos parecem estar subordinados a um conhecimento maior. Em uma passagem das *Confissões*, encontramos uma possível resposta para essa observação. Neste trecho, Agostinho diz:

Vede, ó Senhor Deus, e reparai benigno, segundo é vosso costume, como os filhos dos homens observam diligentemente as regras da ortografia e das sílabas, recebidas dos primeiros mestres, e desprezam as leis eternas da salvação eterna, de Vós recebidas. Se alguém, ao aprender ou ensinar as regras tradicionais dos sons, pronunciar sem aspiração da primeira sílaba a ‘homo’ (homem), desagrada mais aos homens do que se odiar, contra os vossos mandamentos, outro homem, apesar de este ser o ‘homem’. Como se, na realidade, se persuadisse haver um inimigo mais molesto que o próprio ódio com que se irrita contra si mesmo; ou como se alguém prejudicasse mais gravemente, a outrem, com perseguições, do que ao próprio coração, com essa inimizade! **Com certeza a ciência gramatical não é mais interior do que a lei da consciência — de não fazer a outrem o que não queremos que nos façam a nós mesmos.**¹⁷⁷

(AGOSTINHO, *Conf.*, I, 19, 29 – grifo nosso).

As considerações feitas por Agostinho no *De doctrina Christiana* e nas *Confissões* estão vinculadas, supostamente, ao seu amadurecimento enquanto bispo. Sua preocupação, nessas obras, transcende os limites do conhecimento estritamente gramatical; porém, como já havíamos dito antes, o fato de tal conhecimento não ser o centro do discurso de Agostinho em tais obras não quer dizer que ele não precisasse deste para poder chegar às suas conclusões. Sendo assim, não podemos superestimar a função da gramática para Agostinho, seja porque nosso objeto é a própria gramática antiga, seja porque nem todas as explicações para Agostinho estão ligadas ao conteúdo gramatical, mas podemos registrar o uso diverso que Agostinho faz dos princípios gramaticais em várias de suas obras não gramaticais.

É devido à intensa busca pela eloquência que Agostinho, ainda no *De doctrina Christiana*, logo após expor o problema do solecismo, apresenta o conceito de barbarismo.

¹⁷⁷ Tradução de Santos & Pina (1996, p. 58).

Agostinho define-o da seguinte forma:

Item barbarismus quid aliud est, nisi verbum non eis litteris vel sono enuntiatum, quo ab eis qui latine ante nos locuti sunt, enuntiarī solet? Utrum enim <<ignoscere>> producta an correpta tertia syllaba dicatur, non multum curat qui peccatis suis Deum ut ignoscat petit, quolibet modo illud verbum sonare poterit. Quid est ergo integritas locutionis, nisi alienae consuetudinis conservatio, loquentium veterum auctoritate firmatae?

E o que vem a ser um barbarismo, a não ser o fato de escrever com outras palavras ou pronunciá-las de modo diferente do que as escreveram ou pronunciaram os antes de nós que falaram o latim? Quem pede perdão de seus pecados a Deus pouco se preocupa como soa a palavra *ignoscere* (perdoar), se a penúltima sílaba com *ē* longo ou *ĕ* breve. Portanto, no que consiste à pureza do falar a não ser na observância do costume de outros, confirmado pela autoridade dos antigos que falaram tal língua?¹⁷⁸

(AGOSTINHO, *De doc. Chris.*, II, 13, 19-20 – grifos nossos).

Na definição de barbarismo presente na *Ars breuiata*, percebemos que Agostinho é mais analítico, pois sua definição está repleta de exemplos e referências aos equívocos de pronúncia da língua latina. Agostinho diz:

Barbarismus quo singula ipsa uerba Latina non sunt. Nam si quis dicat <<hominem>>, retracta aspiratione, barbarismum facit; aut <<coronam>> addita aspiratione, peccat; aut <<luctat>> detracta syllaba, scilicet peccabit; aut <<potestur>> pro <<potest>> addita syllaba, Latinum non est; aut si dicat <<pone>> et primam syllabam corripit detractioe temporis, barbarismus est; aut si dicat <<bonus>> et primam syllabam producat adiectione temporis, uitium est; aut si enuntiet nomen et nullam in eo acuat syllabam, acuminis detractioe peccat. Si autem duas acuat syllabas in una parte orationis, adiectione acuminis offendit auditum. Si dicat <<uilla>> pro <<uilla>>, commutatione litterae; Si dicat <<displicina>> pro <<disciplina>>, transmutatione syllabae in uitio est, quia detractioe et adiectione commutatione et transmutatione aut aspirationis aut litterae aut syllabae aut accentuum aut temporum fit barbarismus.

Tem-se barbarismo quando, individualmente, as mesmas palavras não são latinas, pois se alguém disser: <<hominem>>, sem aspiração, comete um barbarismo, ou se em <<coronam>> é adicionada aspiração, peca, ou em <<luctat>>, é retirada uma sílaba, naturalmente pecará, ou se adicionada uma sílaba <<potest>> para <<potestur>>, não será latim. Ora, se ao dizer <<pone>> a primeira sílaba é abreviada com a remoção do tempo, é um barbarismo; ora, se ao dizer <<bonus>> acrescenta-se a primeira sílaba, com adição de tempo, é um erro; ou se enuncia o nome e não se acentua a sílaba, peca por retirar o acento agudo; se, porém, se acentua as duas sílabas em uma parte da oração, pelo acréscimo do acento agudo, incomodei o ouvido; se ao dissermos <<uilla>> por <<uilla>>, com a mudança das letras, se ao dissermos <<displicina>> ao invés de <<disciplina>>, com a alteração da sílaba, é um erro, porque a remoção, adição,

¹⁷⁸ Tradução de Oliveira (2002, p. 104) com adaptação, ou seja, inserimos os sinais métricos na tradução.

mudança e alteração ou também a aspiração tanto das letras quanto das sílabas ou dos acentos ou, às vezes, dos tempos, configura um barbarismo.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 100, grifo nosso).

As duas definições são semelhantes, pois em ambas Agostinho faz menção a vocábulos que seriam latinos se não tivessem sido corrompidos, indicando-os como exemplos de barbarismo. No entanto, a explicação presente na *Ars breuiata* se diferencia substancialmente daquela que vemos no *De doctrina Christiana*. Nesta obra, Agostinho ressalta que o que parece definir o barbarismo está relacionado aos os conceitos de “uso” (*consuetudo*) e de “autoridade dos antigos” (*ueterum auctoritas*). Na *Ars breuiata*, contudo, Agostinho simplesmente oferece uma lista de exemplos, destacando ocorrências de barbarismo oriundas da má pronúncia do latim.

Se regressarmos um pouco em nossa análise, veremos que há, mais uma vez, uma diferença na explicação de Agostinho, pois, se na *Ars breuiata* ele parece manter-se firme em relação aos vícios da oração (se a palavra *bonus* (*bom*), por exemplo, for pronunciada na primeira sílaba com adição de tempo, cometer-se-ia um erro), por outro lado, no *De doctrina Christiana*, Agostinho ameniza sua explicação ao dizer que quem pede perdão a Deus não se importa se está pronunciando a palavra *ignoscere* (perdoar) com a penúltima sílaba longa ou breve. O tratamento estritamente gramatical, presente na *ars*, é amenizado e relativizado *pro bono*, por uma razão de mais elevado alcance, agora de ordem teológica.

4.2 A mudança de finalidade da *ars agostiniana* e inovações linguísticas

No primeiro item deste capítulo, que apresentamos acima, procuramos dissertar sobre como Santo Agostinho faz considerações sobre a gramática latina em obras de procedência filosófica. Nossa leitura, ao mesmo tempo que tentou mostrar a abordagem que Agostinho faz das partes da oração, do barbarismo e do solecismo em obras não gramaticais, ressaltou também a forma como Agostinho lida, em sua gramática, com tais conceitos. Neste item, voltaremos a lidar especificamente com a *Ars breuiata*, tentando mostrar como essa obra representa uma guinada no discurso gramatical antigo. Procuramos apresentar como Santo Agostinho diminui o valor atribuído à leitura dos poetas e passa a considerar suas explicações gramaticais como propedêuticas para a leitura e interpretação das *Escrituras*.

Para realizarmos essa discussão, consideramos dois aspectos: a) a forma como Agostinho, no *Contra Academicos*, *De ordine* e *Confissões* faz considerações críticas em relação ao discurso poético; b) o aproveitamento, já na *Ars breuiata*, do *exemplum* da passagem da Carta aos Coríntios, de Paulo, em relação aos *exempla* extraídos da obra de Virgílio. No último item, ainda como exemplificação dessa possível mudança de finalidade do discurso gramatical, apresentamos uma análise das formas verbo-nominais que Agostinho realiza no parágrafo 76 da *Ars breuiata*. Nossa análise, nestes itens, se baseia nas considerações de Law (1986), Chin (2005; 2008), Mastrangelo (2009), Bermon (2012) e McLuhan (2012).

4.2.1 Do comentário de poetas ao comentário das *Escrituras*

Agostinho, em seu livro *De ordine*, ao discursar sobre o valor da poesia em relação ao estudo da filosofia, confessa-nos que:

a filosofia é mais bela que Tisbe, que Príamo, mais que Vênus e Cupido e outros amores semelhantes.¹⁷⁹

(AGOSTINHO, *De ord.*, I, VIII, 21).

O valor atribuído por Santo Agostinho ao discurso poético é menos estimado do que aquele destinado à filosofia.¹⁸⁰ Mastrangelo (2009) ressalta o “declínio da poesia no quarto século no ocidente”, informando-nos que “a poesia era secundária ao gênero da prosa neste período”,¹⁸¹ marcada, assim, pela literatura Patrística.

Esse declínio da produção poética na época de Agostinho pode ser analisado pelo prisma da gramática, pois, de acordo com McLuhan (2012, p. 94), “Santo Agostinho é o

¹⁷⁹ Cf. *Pulchrior est philosophia, fateor, quam Thysbe, quam Pyramus, quam illa Venus et Cupido, talesque omnimodi amores*. Tradução de Belmonte (2008, p. 179-180).

¹⁸⁰ Seria tendencioso de nossa parte não apresentarmos que, bem antes de Agostinho, o autor anônimo da *Rhetorica ad Herennium* considerava o estudo filosofia mais satisfatório do que o de outras disciplinas. Além dele, temos também Sêneca, o filósofo em sua *Epistóla* 88. Na *Rhetorica ad Herennium* (I, 1) temos o seguinte testemunho: “Ainda que, impedidos pelos negócios familiares, dificilmente possamos dedicar ócio suficiente ao estudo, e dele o que nos é dado costumemos com maior satisfação consumir na filosofia...” (*Etsi negotiis familiaribus inpediti uix satis otium studio suppeditare possumus et id ipsum, quod datur otii, libentius in philosophia consumere consueuimus...*) (Tradução de FARIA & SEABRA, 2005, p. 52-53).

¹⁸¹ Cf. “poetry was secondary to the prose genres of the period...” (MASTRANGELO, 2009, p. 312).

gramático instruído, e nele a *poetarum enarratio* de Quintiliano se torna a *psalmodum enarratio*.”

Como vimos nos itens anteriores, o Agostinho filósofo apresenta, de fato, um conhecimento aprofundado da gramática; revela-se um conhecedor das *partes orationis* e dos *uitia orationis*, mas, além disso, Agostinho se torna um dos doutores da Igreja, portanto, um disseminador das *Escrituras*. Suas referências aos textos poéticos da cultura pagã estão misturados em seus textos com exemplos e interpretações exegéticas da *Bíblia*. Na *Ars breuiata*, por exemplo, há mais exemplos de Virgílio do que da *Bíblia*, porém, tal característica não pode ser interpretada sem avaliarmos o contexto e a forma como esses *exempla* aparecem e são aproveitados nesse tratado gramatical de Agostinho.

Conforme sabemos, a vinculação entre gramática e poesia, em Roma, é bastante antiga e definidora do próprio discurso gramatical. Essa relação é identificada no relato de Suetônio (*De gram.*, I, 1-2), que já destacava que os primeiros gramáticos latinos teriam sido Lívio Andronico e Ênio, e que eles interpretaram alguns poemas já escritos em latim, ou os seus próprios. Antes de Suetônio, Quintiliano, na *Institutio oratoria* (I, 4, 2), tinha também definido como campo de investigação da gramática, “a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas” (*recte loquendi scientiam et poetarum enarratio*).

Nesse sentido, a tradição gramatical latina, desde suas origens, representou o gênero literário que levaria para a posteridade os escritos literários pagãos (GUERRERA, 1997, p 784), principalmente os escritos poéticos. Seguindo a observação de Guerreira (1997), podemos dizer que o gramático (*grammaticus*) já era, até a época de Agostinho, um *poetarum interpres* (CANTÓ, 1997, p. 741), ou seja, um intérprete dos poetas, sendo, assim, responsável não só pela manutenção dos textos (preservação, cópia, edição etc.), mas também era o responsável pela crítica literária, fornecendo explicações sobre a história do texto, sentido das palavras etc (LAW, 1986, p. 367).

Mesmo com o passar dos séculos, a escola do *grammaticus*, já no século IV d.C., não se alterou na sua essência, uma vez que os estudos gramaticais continuavam a ser, de certa forma, uma etapa escolar, preparatória para o ingresso na escola do rétor (MARROU, 1975), bastante fundamentada, ainda, na leitura e no comentário dos textos literários canônicos, entre os quais, em especial, Virgílio. O domínio estritamente escolar parece ter se alterado pouco ou quase nada, porém, os textos analisados de um período ao outro nem sempre eram os mesmos (CHIN, 2008, p. 22).

Com a ascensão e consolidação do Cristianismo, enquanto movimento social, no entanto, a finalidade propedêutica da gramática precisou ser alterada. De acordo com Law

(1986):

as gramáticas da Antiguidade Tardia foram preparadas para um contexto cultural específico e, como todo material pedagógico, fazem inúmeras suposições sobre o conhecimento pretérito e as ambições de seus usuários. A educação no Império Romano estava focada na aquisição de habilidades linguísticas, principalmente através de um estudo minucioso de obras literárias. O cânon de textos prescritos, os clássicos de sua época, era atualizado de tempos em tempos: Virgílio, Terêncio, Cícero e Salústio ganharam destaque no terceiro século, substituindo anteriores autores da época da República; no final do quarto século, se juntaram a eles: Lucano, Estácio e Juvenal (WESSNER, 1929) ... Com o progresso dos séculos quinto e sexto, os valores culturais antigos deram lugar ao novo ideal religioso do Cristianismo e o conteúdo tradicional da educação começou a perder relevância.¹⁸²

(LAW, 1986, p. 366-367).

Agostinho, no Livro I das *Confissões* (I, 13, 20), mostra-nos uma reação a esses conteúdos tradicionais, ao relatar-nos que, embora, em sua infância, tivesse se emocionado com os temas pagãos, a sua nova postura ética na vida exigia fazer uma espécie de *mea culpa*, assumindo que somente o “ler” e o “escrever” tinham sido realmente úteis:

aquelas primeiras letras, a que devia e devo a possibilidade de não só ler qualquer escrito, mas também de escrever o que me aprouver, eram sem dúvidas mais úteis e mais certas do que aquelas em que, esquecido dos meus erros, era obrigado a gravar na memória as navegações errantes de um certo Enéias e a chorar Dido, que se suicidara por amor.¹⁸³

(AGOSTINHO, *Conf.*, I, 13, 20).

Nesse trecho, Agostinho reconhece a importância e a necessidade de se conhecer a gramática, por outro lado, ele também aproveita para dizer que o discurso da poesia, guardião espiritual da cultura pagã de Roma, não lhe servia mais para muita coisa. Por esse motivo, o *magister ludi* / *grammatista* parece ter para Agostinho um papel muito mais relevante em sua

¹⁸² Cf. “The grammars of the late Antiquity were designed for a specific cultural context and, like all pedagogical material, make numerous assumptions about background and ambitions of their users. Education in the Roman Empire focused in the acquisition of language skills, largely through close study of literary works. The canon of ‘prescribed texts’ the classics of their day, was update from time to time: Vergil, Terence, Cicero, and Sallust came to prominence in the third century, replacing earlier Republican authors; at the end of the fourth century they were joined by Lucan, Statius, and Juvenal (WESSNER, 1929) ... As the fifth and sixth centuries progressed, old cultural values gave way to new religious ideals of Christianity, and the traditional content of education began to lose its relevance.”

¹⁸³ Tradução de Santos & Pina (1996, p. 51).

formação do que o *grammaticus*, uma vez que aquele lhe ensinou a ler e escrever e este apenas lhe deu acesso ao conhecimento das “navegações” e dos “lamentos” de Enéias e Dido.

A *Ars breuiata* também representa um testemunho dessa desvinculação de Agostinho com os temas literários pagãos. Nessa obra, percebemos que ele tenta apresentar uma preocupação didática, focalizando praticamente apenas os conteúdos gramaticais, deixando de lado a utilização de muitos exemplos em favor de um aprendizado mais formal da língua latina. Essa postura, de restringir ao mínimo a participação desse legado pagão em sua obra, encontra respaldo em outros textos de sua autoria.

No *Contra Academicos* (II, IV, 7), por exemplo, Agostinho repreende, veementemente, a postura de Alípio e de Licêncio, por se dedicarem excessivamente à poesia. Nesse diálogo, ainda escrito na recente conversão de Agostinho ao Cristianismo, ele parece dar sua mais voraz opinião sobre esses estudos, dizendo:

Em nossa volta, encontramos Licêncio, cuja sede nem Helicon poderia matar, todo ocupado em compor versos. Quase no meio da refeição, que todavia foi tão rápida que mal começou já terminou, saiu despercebidamente sem nada beber. Disse-lhe eu:

– Desejo que enfim possuas plenamente a arte poética que tanto desejas, não que esta perfeição me agrade muito, mas vejo que é tamanho o teu ardor que só a saciedade poderá libertar-te dessa paixão, o que costuma acontecer depois da perfeição. Além disso, como tens uma bela voz, eu preferiria ouvir-te declamar os teus versos a ouvir-te cantar, como aves presas em gaiolas, as palavras das tragédias gregas que não compreendes.¹⁸⁴

(AGOSTINHO, *Cont. Acad.*, II, IV, 7).

Agostinho ressalta, nesse excerto, que havia uma prática exagerada por parte de Licêncio em relação ao estudo da poesia. Além disso, Agostinho relata-nos que prefere ouvir Licêncio declamar os próprios versos, ou seja, que ele se desapegue da “recitação” das tragédias gregas.

Na *Ars breuiata*, o uso de *exempla* pode dar-nos uma pista de como Agostinho já estava desassociando suas análises gramaticais da tradição poética. Os gramáticos cristãos não adotavam mais, exclusivamente, exemplos tirados de textos de autores pagãos como, por exemplo, da *Eneida* de Virgílio, ou mesmo de Cícero. Law (2005 [1995], p. 434) faz um resumo desse fenômeno e nos informa que:

¹⁸⁴ Tradução de Belmonte (2008, p. 106).

os exemplos da literatura Clássica usados pelos antigos gramáticos foram divididos em maior ou menor grau por diferentes mestres: alguns, como Bonifácio (por volta de 675-754 d.C.), não viam objeção em usar pequenos excertos da *Eneida* ao lado dos versículos da *Bíblia*, enquanto outros, como Aspório (600 d.C.), foi mais longe ao substituir *Roma e Tibre* de Donato por *Jordão* e Jerusalém.¹⁸⁵

A própria *Ars maior* de Donato sofreu com essas alterações: a gramática mais famosa do ocidente teve suas citações pagãs substituídas por citações cristãs. Essa “cristianização” dos *exempla* do texto da *Ars maior / minor* de Donato pode ser atribuída, em grande medida, ao fato de Donato ter sido o mestre de São Jerônimo (HOLTZ, 1981). Esse dado é curioso, pois a necessidade de tornar os exemplos gramaticais da *Ars maior* de Donato em exemplos cristãos reforça o fato de que não havia nenhum autor do gênero gramatical que fosse genuinamente cristão, a não ser o próprio Agostinho no século IV d.C.¹⁸⁶

Vejamos, então, o que Agostinho faz na *Ars breuiata* em relação aos quatro exemplos citados de Virgílio¹⁸⁷ e o único exemplo citado do apóstolo Paulo. Chin (2005, p. 173) faz uma observação interessante a respeito da função dos *exempla* nas gramáticas tardias, ressaltando que:

Uma das tarefas da *Ars grammatica* era remover os signos verbais de seu contexto significativo original tanto na escrita quanto na linguagem falada e reconfigurá-los como sinais de regularidades linguísticas.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Cf. Law (2005 [1995], p. 434): “The examples from Classical literature used by ancient grammarians were replaced to a greater or lesser degree by different teachers: some, like Boniface (c. 675–754), saw no objection to using short extracts from the Aeneid next to verses from the Bible, whilst others, like Asporius (c. 600), went so far as to replace Donatus’s ‘Rome’ and ‘Tiber’ with ‘Jerusalem’ and ‘Jordan’.”

¹⁸⁶ Cf. Swiggers (1992, p. 78): “Devemos a Santo Agostinho uma primeira tentativa de codificação gramatical, que segue de perto os tratados de Donato. Depois dele, três estudiosos e polígrafos cristãos desenvolveram sinopses gramaticais para o primeiro nível do ensino gramatical: Cassiodoro (*De orthographia et De oratione et Octo partibus orationis*), Isidoro de Sevilha (*Etymologiae* 1. I: grammatica) e Bede, o Venerável (*De orthographia De metrica arte e De schematibus et tropis*).” (“On doit à Saint-Augustin une première tentative de codification grammaticale (*Ars pro fratrum mediocritate breuiata*), qui suit de près les traités de donat. Après lui, trois savants et polygraphes chrétiens élaboreront des synopses grammaticales destinées au premier niveau de l’enseignement grammatical: Cassiodore (*De orthographia et De oratione et Octo partibus orationis*), Isidore de Séville (*Etymologiae*, 1. I: *De grammatica*) et Bède le Vénéral (*De orthographia, De arte metrica et De schematibus et tropis*).”)

¹⁸⁷ *Aen.* XI, 459, *Aen.* I, 757

¹⁸⁸ Cf. “There is a further sense, however, in which grammatical writing in Late Antiquity served as a forum of dislocation and of descontextualization. One of the tasks of the ‘ars grammatica’ was to remove verbal signs from their original signifying contexts in both written texts and spoken language, and to reconfigure them as signs of linguistic regularity.” (“Há mais um sentido, no entanto, em que trabalho gramatical na Antiguidade Tardia serviu como um fórum de deslocamento e de descontextualização. Uma das tarefas da *Ars grammatica* era remover os signos verbais de seu contexto significativo original tanto na escrita quanto na linguagem falada e reconfigurá-los como sinais de regularidades linguísticas.”)

De acordo com a reflexão de Chin (2005), os exemplos que estivessem fora de seu contexto original funcionariam apenas como meros exemplos de gramática. Dois dos quatro exemplos de Virgílio mencionados por Agostinho da *Ars breuiata* servem de comparação com os *ficta exempla* (exemplos fictícios) criados por Agostinho para explicar um fenômeno linguístico. Ou seja, em nenhum deles há uma explicação que ultrapassa o escopo gramatical, como podemos observar no seguinte trecho:

*Sed multae omnino coniunctiones sunt, de quibus diligenter grammatici deliberant, quo istorum quinque nominum eas uocent, uel utrum aliae differentiae sint adiciendae. Quam litem quia et longum et difficile est soluere, illud de coniunctionibus breue praeceptum sit, ut cum legimus uiros locutionis **auctoritate** dignissimos, aduertamus quoque quo loco et in qua sententia poni soleant, ut **consuetudine** intellegendi bene coniunctionibus uti possimus. Nam si quis quaerat quid sit immo, non facile dixerim quomodo ei uel definire uel interpretari hanc coniunctionem possimus: proferendo ergo multas sententias, in quibus posita est, miro quodam modo quid ualeat insinuamus cum quodam etiam gestu pronuntiandi, ut est <<immo, ait, o ciues, arrepto tempore Turnus, cogite concilium >> et <<immo age et a prima dic, hospes origine nobis>>, nostrasque sententias ad tempus fictas adiungere utile est: <<immo tu uade qui cogis alium>>, <<immo adeo rationi qui detrahare studes>>. Huic autem coniunctioni utcumque uicinum est cum dicimus potius; et adeo et ad libros, ut dixi, redeundum est.*

Mas há muitas conjunções sobre as quais os gramáticos diligentemente discutem para defini-las nestas cinco categorias, ou se outras diferenças lhes devem ser acrescentadas. Tal disputa, porque longa e difícil de ser resolvida, deve ser tomada de forma breve no que tange às conjunções. Assim, quando lermos os homens digníssimos quanto à autoridade do falar, observemos, também, para qual lugar e em qual sentença costumam ser empregadas as conjunções, a fim de que possamos usá-las conforme o costume da boa inteligência. De fato, se alguém pergunta o que seja *immo*, não responderia facilmente como podemos defini-la ou interpretá-la, sendo preferível, portanto, apresentar muitas sentenças nas quais ela está empregada. Admiro, de certo modo, que insinuemos que tenha este ou aquele significado, também com algum gesto na declamação, como é o caso de *immo ait o ciues arrepto tempore Turnus cogite concilium*¹⁸⁹ e *immo age et a prima dic hospes origine nobis*¹⁹⁰. É vantajoso acrescentar ainda, também expressões que formamos: *immo tu uade qui cogis alium*¹⁹¹, *immo adde rationi qui detrahare studes*¹⁹². É próximo do sentido dessa conjunção, de todo modo, quando dizemos *potius* [principalmente]. Conforme eu disse, deve-se não somente ir aos livros, como a eles retornar.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 90 – grifo nosso).

¹⁸⁹ *Aen.* XI, 459-60: “Não [*immo*], cidadãos, diz Turno aproveitando a ocasião, reuni um conselho”.

¹⁹⁰ *Aen.* I, 757 “Ao contrário [*immo*], vá, hóspede, e diz a nós desde a origem”.

¹⁹¹ “Sobretudo [*immo*] vá tu, que obrigas a outro”.

¹⁹² “Acrescenta sobretudo [*immo*] ao discurso tu, que te esforças a resumir”.

Vemos que, nessa passagem, Agostinho se preocupa com o uso da preposição na sentença. Não há elementos interpretativos em relação aos *exempla* no contexto em que elas aparecem na obra de Virgílio. Nossa análise se baseia também no fato de que Agostinho parece ofuscar os *exempla* da *Eneida*, pois vemos que, logo após Agostinho mencioná-los, ele cria dois *ficta exempla* (exemplos fictícios) ou, nos próprios termos de Agostinho, duas *fictae sententiae* (sentenças fictícias). Os exemplos poéticos estão dispostos ao lado de exemplos “inventados” por Agostinho para explicar uma característica exclusivamente gramatical, embora Agostinho mencione os termos “autoridade” (*auctoritas*) e uso (*consuetudo*), que apontam, de certo modo, para as construções referendadas na língua pelo uso ou pela sua ocorrência em autores consagrados, entre os quais, evidentemente, Virgílio.

Vejamos, agora, como Agostinho cita e contextualiza o exemplo de Paulo, do qual ele aproveita as lições do próprio texto paulino:

Comparisonis gradus tres sunt: positivus ut iustus, comparativus ut iustior, superlativus ut iustissimus. Per positivum fit comparatio ut aequalitas quaedam ostendatur, ut cum dicimus <<tam est hic iustus quam ille>>, et ideo nominativum casum regit. In comparativo autem et superlativo non est aequalitas sed aliud alii praepositur; ita tamen ut comparativus ablativum casum regat – aliquando autem genitivum pluralem regit, ut cum de tribus episcopis interrogamus <<quis illorum prior est?>>, unum de ipsis tribus priorem volentes agnoscere. Si autem dicamus <<quis illis prior est>>, nescioquam personam quartam videmus inquirere quae illis tribus prior est. Vnde etiam Paulus apostolus cum diceret: <<manet autem fides spes caritas tria haec>>, quoniam caritas inter tria iam connumerata fuerat, dixit: <<maior autem horum caritas>>. Nam si diceret: <<maior autem his caritas>>, aliam caritatem quasi quartam aliquid inducere videretur, quod tribus dinumeratis, id est fidei et spei et caritati praeponeret. Cuius rationis minus capaces quidam in aliquantibus codicibus emendaverunt maior autem his est caritas –, ut cum dicimus <<iustior hic illo>>, et nominativum, ut cum dicimus <<iustior hic quam ille>>. Deinde, non solum suo generi, velut <<velocior homo homine>>, sed alieno etiam comparatur, ut <<velocior lepus homine>>; et singularis plurali, ut <<hic fortior est illis>> aut <<fortior est quam illi>>, et pluralis singulari, ut <<hi fortiores illo>> vel <<quam ille>>. Superlativus vero et tantummodo suo generi comparatur et non nisi per genitivum pluralem: non enim possumus dicere <<velocissimus equus>> nisi equorum aut <<sapientissimus homo>> nisi hominum et similia. Siue singularis plurali comparatur, ut ea quae dicta sunt, siue utrumque plurale sit, ut <<fortissimi homines hominum>>. Aliquando etiam genitivum singularem sequitur, cum idem genitivus sono quidem singularis, intellectu autem pluralis est, ut cum dicimus <<fortissimus gentis illius>>, unde etiam ille dixit: <<O Danaum fortissime gentis Tydide>>.

Três são os graus da comparação: positivo, como <<iustus>>; comparativo, como <<iustior>>; e superlativo, como <<iustissimus>>. No positivo faz-se uma comparação para mostrar certa igualdade. Como quando dizemos: <<tam est hic iustus quam ille>>, e, por isso, rege o caso nominativo. [3] No comparativo, porém, e no superlativo, não há igualdade, mas um elemento se sobrepõe aos demais, de modo que o comparativo reja o caso ablativo. Outras vezes, porém, rege o genitivo plural. Como quando, de três bispos, interrogamos, querendo conhecer aquele que é

superior aos três: <<*quis illorum prior est?*>> Se, porém, dissermos: <<*quis illis prior est?*>> Parece perguntar qual é a quarta pessoa superior àqueles três. **Donde, também quando o apóstolo Paulo afirmava: <<*manet autem fides spes caritas tria haec*>>, uma vez que a caridade entre as três já tinha sido enumerada, disse: <<*maior autem horum caritas*>>. Por exemplo, se ele dissesse: *maior autem his caritas*, pareceria introduzir outra caridade, como se fosse uma quarta coisa, que seria anteposta às três enumeradas, isto é, à fé, à esperança e à caridade. Alguns, menos capazes intelectualmente, emendaram em um tanto de códices <<*maior autem his est caritas*>> – já que dizemos <<*iustior hic illo*>>; do mesmo modo que dizemos com nominativo, <<*iustior hic quam ille*>>. Além disso, há comparação não somente entre termos da mesma espécie, como <<*uelocior homo homine*>>, mas também de espécies diferentes, como <<*uelocior lepus homine*>>; tanto se compara um nome no singular a um no plural como <<*hic fortior est illis*>> ou <<*fortior est quam illi*>>, quanto um nome no plural a um no singular, como <<*hi fortiores illo*>> ou <<*quam ille*>>. De resto, o superlativo somente a nomes de sua espécie é comparado e somente por meio do genitivo plural. Com efeito, não podemos dizer <<*uelocissimus equus*>>, a não ser que seja o mais veloz dos cavalos; ou <<*sapientissimus homo*>>, se não for dos homens e semelhantes. Tanto se compara um nome no singular a outro no plural, como nessas coisas que dissermos, quanto ficam no plural, como <<*fortissimi homines hominum*>>. Algumas vezes, também, segue um genitivo singular, quando o mesmo genitivo, soado no singular, é entendido no plural, como quando dizemos: <<*fortissimus gentis illius*>>. Por essa razão ele disse: <<*O Danaum fortissime gentis Tydide*>>. ¹⁹³**

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 7 – grifo nosso).

Agostinho, ao citar a *Carta aos Coríntios*, de Paulo (1 Cor 13, 13), ao mesmo tempo em que esclarece com que tipo de caso cada comparação pode ser feita, introduz a discussão travada por Paulo sobre a caridade. Agostinho, além disso, demonstra como uma correção mal feita por algum gramático ou copista imperito na língua latina pode levar o leitor a uma interpretação equivocada sobre as palavras das *Escrituras*, revelando, através desse *exemplum*, a premência de confiar em bons gramáticos para uma correta interpretação bíblica.

Dessa forma, se comparamos esse único exemplo cristão com os outros (poucos) exemplos de Virgílio, fica notório que esse tem muito mais “expressividade” na *Ars breuiata*, do que os demais, visto que seu contexto discursivo é recuperado e aproveitado por Agostinho em um comentário que transcende os limites da explicação gramatical. Nesse mesmo trecho, há um exemplo da *Eneida* no final de sua explicação. No entanto, podemos ver claramente que Agostinho, ao exemplificar o uso dos casos ablativo e genitivo em latim, não diz mais nada sobre o verso de Virgílio. Agostinho não profere nenhum comentário valorativo ao verso da *Eneida*, limitando-se apenas à descrição gramatical ao dizer que:

¹⁹³ Cf. *Aen.*, I 96 7.

algumas vezes, também segue um genitivo singular, quando o mesmo genitivo, soado no singular, é entendido no plural, como quando dizemos: <<*fortissimus gentis illius*>>, por essa razão ele disse: <<*O Danaum fortissime gentis Tydide*>>.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I, 7).

Se, por um lado, o verso de Virgílio não recebeu nenhuma outra interpretação, além daquela que esperaríamos em um tratado gramatical antigo, por outro lado, o exemplo retirado de Paulo, além ter sido explicado por Agostinho na *Ars breuiata*, reaparece em outro texto de Agostinho, dessa vez no *De doctrina Christiana* (I, 39, 43), no qual ele diz:

Por tudo isso, diz o Apóstolo: "Agora permanecem fé, esperança e caridade, estas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade" (Cor 13,13), pois, ao chegar cada um à vida eterna, cessarão a fé e a esperança, permanecendo a caridade, mais ardente e segura.¹⁹⁴

(AGOSTINHO, *De doc. Chris.*, I, 39,43).

Assim, o exemplo retirado de Paulo (1 Cor 13, 13), citado na *Ars breuiata*, tem um valor gramatical e exegetico. Agostinho trata de três temas no mesmo exemplo: um relativo ao uso dos casos latinos; outro relativo a uma das partes que compõe o ofício do gramático expresso pelo conceito de *emendatio* e, por fim, uma explicação teológica das três virtudes cristãs (fé, esperança e caridade).

Em síntese, parece-nos que Agostinho, na *Ars breuiata*, apesar de citar Virgílio como um exemplo do bom latim, suas considerações se limitam a esse aspecto. No entanto, quando Agostinho apresenta um exemplo retirado do texto de Paulo, seus comentários são mais do que uma exemplificação do fenômeno gramatical que está explicando é também uma interpretação exegetica. Essa característica leva-nos a concordar com a observação feita por McLuhan (2012) de que, em Agostinho, a gramática se afasta da explicação dos textos poéticos e se aproxima da explicação das *Escrituras*.

¹⁹⁴ Tradução de Oliveira (2002, p. 80). (Cf. *Ideo manent, inquit, fides, spes, charitas; tria haec: maior autem horum est charitas; quia et cum quisque ad aeterna pervenerit. Duobus istis decedentibus charitas auctior et certior permanebit.*).

4.2.2 Inovações linguísticas na *Ars breuiata*

Neste último item, apresentaremos uma análise das formas verbo-nominais *essendi*, *essendo*, *essendum* e *essens* que estão presentes no capítulo IV, parágrafo 31 da *Ars breuiata* da edição de Weber (1861) e no parágrafo 76 da edição de Bonnet (2013), que nos parece um desdobramento gramatical *sui generis* na obra de Agostinho. Pretendemos, nesse sentido, destacar, através da interpretação desse parágrafo, um elo entre as reflexões gramaticais e as preocupações filosóficas de Santo Agostinho. A respeito desse tema, nossas observações se baseiam no estudo de Bermon (2012).

Nesse trecho da *Ars breuiata*, encontramos a seguinte explicação sobre o verbo *esse* (ser):

Modo infinitivo numeris temporibus et personis esse solo tempore finito, praeterito fuisse, futuro fore; in quarta specie deficit et in participio praesentis temporis; sed docti quidam / temporis recentioris / cum haberent necessitatem magna et divina quaedam interpretandi explicandique et essendi et essendo et essendum et essens dixerunt, quemadmodum scribendi, scribendo, scribendum, scribens.

No modo infinitivo, nos números, tempos e pessoas: *esse*. No pretérito só no tempo perfeito *fuisse*; no futuro *fore*. É defectivo no quarto aspecto e no tempo do participio presente; **mas certos doutos, de nosso tempo, quando tiveram a necessidade de interpretar e explicar certas coisas grandiosas e divinas disseram não só *essendi*, mas também *essendo*, *essendum*, e *essens***, do mesmo modo que disseram *scribendi*, *scribendo*, *scribendum*, *scribens*.

(AGOSTINHO, *Ars breu.*, I,76 – grifo nosso).

Agostinho nos oferece, nessa passagem da *Ars breuiata*, pistas sobre as formas raras do verbo *esse* e seus possíveis “usos”. Agostinho relata-nos que “certos doutos” (*docti quidam*) de “nosso tempo” (*temporis recentioris*), quando precisaram interpretar ou mesmo explicar algumas passagens bíblicas, empregaram, em suas análises, os vocábulos: *essens*, *essendi*, *essendo*, *essendum*.

Esses “doutos” a que Agostinho se refere poderiam ser os clérigos como, por exemplo, Ambrósio (de Milão), pertencentes ao círculo de Milão. Entretanto, a expressão “do nosso tempo”, segundo Bermon (2012, p. 5), não delimita temporalmente o período histórico em que Agostinho viveu. Nesse sentido, não se pode afirmar, claramente, que esses “homens doutos” a que Agostinho se refere sejam seus contemporâneos. Ainda conforme Bermon

(2012, p. 9), Agostinho pode estar se referindo a outros autores mais antigos, como, por exemplo, o gramático Mário Vitorino, Simpliciano ou mesmo seu amigo gramático Verecundo.

Além disso, a construção desse parágrafo mostra-nos o estilo de escrita de Agostinho, caracterizado pela apresentação de dois conteúdos ao mesmo tempo. Agostinho começa sua descrição sobre o verbo *esse* de forma estritamente gramatical, ou seja, destacando em que modo, número, tempo e pessoa o verbo está. Contudo, Agostinho, no meio de sua descrição, insere uma discussão sobre “usos” particulares em que esse verbo pode aparecer, justificando que a alteração dessas formas se deu pela necessidade que autores de sua época tiveram para explicar coisas grandiosas, divinas. Por fim, Agostinho retorna para a explicação gramatical ao dizer que as formas verbais em questão se fazem por analogia com as formas *scribendi*, *scribendo*, *scribendum* e *scribens*. Portanto, seu argumento gramatical é entrecortado por argumentos e questões que fogem desse gênero.

Ao nos depararmos com as formas latinas presentes nesse trecho da *Ars breuiata*, várias questões surgem quanto às suas origens. Uma dessas questões, por exemplo, é destacada por Law (1987, p. 31):

Esta passagem surge de uma dificuldade cronológica, uma vez que o primeiro autor a usar a forma *essendum* foi Boécio, que morreu quase cem anos depois de Agostinho. Também nós estamos assumindo que formas semelhantes eram mais comuns em épocas arcaicas do que a literatura existente sugere, ou ainda que esta passagem é uma interpolação tardia.¹⁹⁵

A reflexão de Law quanto a certa incoerência cronológica que o emprego dessa forma oferece é à crença de que tal vocábulo só passou a existir depois de Boécio, autor do século V d.C.. Entretanto, com a identificação da *Ars breuiata* como sendo um texto de Agostinho, a cronologia estabelecida para esse vocábulo deveria recuar um século no tempo.

Há de se ter cautela, contudo, quando se discutem questões cronológicas sobre as palavras na língua. Podemos estar cometendo um equívoco ao admitirmos que Agostinho tenha sido o inventor dessas formas, já que essa afirmação só procede porque não temos nenhum texto anterior a essa época que possa dizer o oposto. Além disso, existe a possibilidade de que esses vocábulos tenham surgido de uma interpolação de manuscritos que preservaram o texto da *Ars breuiata*. Entretanto, parece-nos que, se houve uma

¹⁹⁵ Cf. “This passage raises a chronological difficulty, since the first author to use *essendum*, Boethius, died almost a hundred years later than Augustine. Either we are to assume that such forms were much commoner at an early date than the extant literature suggests, or else that this passage is a later interpolation.”

interpolação de códices, esse problema só teria acontecido com o texto da *Ars breuiata*, uma vez que, nos outros textos de Agostinho em que algumas dessas formas aparecem, tais interpolações não ocorrem. Não se pode fazer uma afirmação categórica de que esses vocábulos tenham sido utilizados primeiramente por Agostinho. No entanto, os textos que nos chegaram mostram-nos que esses termos só (re)aparecem muito tempo depois de Agostinho ter escrito sua *Ars breuiata*.

As formas *essendum* e *essendo*, por exemplo, só são encontradas em textos posteriores ao de Agostinho, ou seja, as ocorrências de dois desses vocábulos estão presentes na obra *Periphyseon* (*essendum* V 81, 2599; *essendo* III 95, 2754), do autor Scotus Eriugena (João Escoto de Erígena) do século IX d.C., provavelmente o primeiro comentador dos textos de Boécio, daí a conjectura de que esses termos tivessem sido utilizados pela primeira vez por Boécio.

A forma *essendi*, por outro lado, é encontrada em dois trabalhos de Agostinho além da *Ars breuiata*. Estes tratados são: *De moribus ecclesiae catholicae et de moribus Manicheorum* (II 4, 6) e no *De diuersis quaestionibus LXXXIII* (21). Em Boécio, essa forma aparece no texto *De hebdomadibus* (*Quomodo substantiae in eo quod sint bonae sunt* II, 25-30). Como já havíamos destacado acima, a forma *essens* é rara em latim, ocorrendo apenas na *Ars breuiata* e na obra *Locutiones in Heptauteuchum* (III, 32) (BERMON, 2012, p. 2). Nesse sentido, os quatro vocábulos estão presentes nas obras de Agostinho.

Outro fator complicado de entender quando se observam essas formas verbonominiais consiste na tentativa de apreender sua significação. Essa dificuldade se estende na tentativa de encontrar uma tradução adequada para eles, pois, como vimos, seus usos nos textos da própria Antiguidade são difíceis de mapear.

Diante disso, para tentarmos elucidar a provável origem dessas formas verbonominiais, recorreremos à explicação dada por Agostinho em seu *Locutiones in Heptauteuchum* (III, 32) ao dizer que:

De leproso cum loqueretur, ait: Et immundus immundus vocabitur, quasi non satis esset semel dicere: immundus vocabitur. Quamquam nonnulli codices ita habeant, in alio graeco ita invenimus semel dictum: immundus vocabitur. Item paulo post dicit: Cum sit immundus, immundus erit; quod in latinum de graeco non sicut positum est exprimi potuit; ait enim Graecus: ἀκάθαρτος ὢν ἀκάθαρτος ἔσται quasi diceret: "immundus existens, immundus erit," sed non hoc est existens, quod graecus dicit: ὢν, sed si dici posset, "essens," ab eo quod est esse, non ab eo quod est existere.

Quando se fala sobre o leproso, diz: *Et immundus immundus vocabitur*, como se não fosse o bastante dizer uma só vez: *immundus vocabitur*. Ainda que alguns códices, certamente, o tenham feito, em algum códice grego, sem dúvida,

encontramos dito, uma única vez: *immundus vocabitur*. De novo, um pouco depois, diz: (*cum sit immundus, immundus erit*) “enquanto tenho sido impuro, impuro será” (Lev. 13:46); que do grego para o latim, assim como foi posto não pode ser expressado. Com efeito, o grego diz: “ἀκάθαρτος ὢν ἀκάθαρτος ἔσται”; como se dissesse: (*immundus existens immundus erit*) “existindo como impuro, impuro será”. Mas *existens* [existir] não é isso, pois o grego diz: ὢν, no entanto, se pudesse ser dito “*essens*” no lugar daquele, pois esse é do verbo *esse* [ser], e não daquele que é do verbo *existere* [existir].

Podemos observar que Agostinho, ao criar esse vocábulo, em um contexto específico, estabeleceu a equivalência semântica entre a forma *essens* do latim com a forma ὢν do grego, que pode ser traduzida como “o que existe, existindo, aquele que é, sendo” e assim preencher a lacuna existente em latim para a tradução do termo grego (BERMON, 2012, p. 8).

Do ponto de vista formal, essa palavra é criada por analogia com as formas dos participípios presentes dos verbos *posse* (poder) e *scribere* (escrever), que são, respectivamente: *potens*, *scribens*, e não com a forma *existens*¹⁹⁶ como Agostinho considera na *Ars breuiata*. Além disso, mesmo que *esse* (ser) fosse sinônimo de *existere* (existir), depois da postulação de Agostinho, eles passaram a ter propriedades semânticas distintas, como podemos observar pela passagem acima.

Há outra questão sobre a lexicalização dessas formas, pois, já no tempo de Agostinho, e mesmo antes, já existia a forma do participípio presente em latim. A forma *ens*, *entis* (o que é / o ente)¹⁹⁷ é a forma regular do participípio presente do verbo *esse*. Entretanto, ao que nos parece, ela já possuía significação bem marcada no campo filosófico na época de Agostinho e só ganharia uma “outra” conotação com o escrito *De ente et essentia*, de São Tomás de Aquino, no século XIII d.C.

Em Agostinho, o termo ganha um valor “metafísico”, pois, em uma interpretação mais aprofundada das *Escrituras*, segundo Bermon (2012, p. 9), este termo pode ter sido traduzido na Antiguidade Tardia e na Idade Média de várias formas diferentes, sendo que, em uma delas pode ter sido utilizada como *Deus*. Essa interpretação pode ser feita se observarmos a passagem do livro do Êxodo (3:14) que diz, em grego, ἐγώ εἰμι ὁ ὢν, em latim, na tradução de Jerônimo, temos: *Ego sum qui sum*. Contudo, se adotarmos a explicação dada por Agostinho nas *Locutiones in Heptauteuchum* (III, 32), essa passagem teria que ser traduzida da seguinte forma: *Ego sum essens*.

Nesse caso, o valor semântico do termo passaria a ser ao mesmo tempo substância e

¹⁹⁶ Essa forma é atestada no *Aduersus Arrium* IV 19, 36-7, de Mário Vitorino.

¹⁹⁷ O *De analogia* de Júlio César é o primeiro texto a sancionar o uso do termo *ens*, no fragmento 28. Tempos mais tarde, Sêneca, o filósofo, em suas *Epistulae morales* (V, 58), vai destacar a dificuldade de traduzir termos filosóficos gregos para o latim.

ação (verbo-nominal/participial), destacando que *Deus é aquele que é sendo*¹⁹⁸, tendo, assim, a união da substância originária da parte nominal do particípio e também a ação divina, oriunda da parte verbal. Esse termo substituiria o verbo *sum*, que marca linguisticamente apenas o presente do indicativo.

Pode-se dizer, assim, que o verbo *sum* marca a temporalidade, logo, o tempo presente. Por esse motivo, ele não serve para descrever, de forma completa, a eternidade, e muito menos serviria para demonstrar a eternidade de *Deus*, pois, segundo o próprio Agostinho, “na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente... o Vosso “hoje” é a eternidade” (*Conf.*, XI, 11, 13)¹⁹⁹. Por outro lado, o vocábulo *essens* o faria. Quando Agostinho menciona que a eternidade nunca é o presente e que o “hoje” de *Deus* é a própria eternidade, ele cria a impossibilidade de mensuração temporal dessa categoria metafísica.²⁰⁰

Há, no entanto, um problema ainda sem solução: se Agostinho já havia encontrado uma forma de traduzir, interpretar “satisfatoriamente” o conceito de eternidade, por que nas *Confissões*, no livro XI (11,13), ele diz: “poderá, porventura, a minha mão que escreve explicar isso? Poderá a atividade da minha língua conseguir pela palavra realizar empresa tão grandiosa?”²⁰¹. Essa pergunta, pelo menos em nosso estudo, ainda permanecerá sem resposta, pois teríamos que empreender uma análise mais detalhada das obras de Agostinho em que ele menciona tais termos, o que, por ora, não é nosso objetivo.

O que queremos mostrar, contudo, ao oferecermos essas notas sobre o parágrafo 76 da *Ars breuiata* é que, de forma bastante original, Agostinho transcende o limite da investigação gramatical em sua *ars*, enveredando-se em questões que envolvem tradução, contraste entre o grego e o latim e esforço interpretativo das coisas divinas, portanto, teologia. Essas questões são de ordem metafísica e estão ligadas à exegese bíblica e ao contexto cristão. O elo estabelecido entre a gramática e a filosofia se completa. A invenção linguística de Agostinho nos fornece esse testemunho, bem como serve para reforçar a tese de que seu texto gramatical era, sobretudo, instrumento de leitura das “palavras sagradas”. Diante disso, podemos concordar com McLuhan (2012, p. 23) ao dizer que: “os grandes alquimistas... eram gramáticos”.

¹⁹⁸ Nossa proposta de tradução para esse termo como *aquele que é sendo* tem a intenção de destacar que a parte nominal seria *aquele que* e a parte verbal *é sendo*. Nesse caso, estaríamos juntando a permanência imutável de *Deus* [como a substância pura] com o verbo que demonstra uma ação contínua, mas que não muda e não passa, configurando, assim, a eternidade.

¹⁹⁹ Tradução de Santos & Pina (1996, p. 320).

²⁰⁰ Ver também Agostinho no *De trinitate* V, 2, 3.

²⁰¹ Tradução de Santos & Pina (1996, p. 320).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nescire autem quid ante quam natus
sis acciderit, id est semper esse puerum.*

*Desconhecer o que aconteceu antes ter nascido
é permanecer sempre uma criança.²⁰²*

(CÍCERO, *Orat.*, 120).

As palavras do famoso orador romano Cícero servem para ilustrar o que motivou o caráter historiográfico que o nosso trabalho tentou apresentar. Procuramos, através do pensamento gramatical de Santo Agostinho, produzir não só uma descrição dos elementos gramaticais presentes na *Ars breuiata* do bispo de Hipona, mas também proporcionar uma interpretação desses elementos, como eles dialogavam com o contexto da Antiguidade Tardia, e em que medida serviram para propósitos distintos em relação às demais obras gramaticais do período e às obras exegéticas e filosóficas do próprio Agostinho.

Considerando sua importância para os princípios teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, buscamos construir o “clima de opinião” no qual Santo Agostinho estava inserido. Para isso, tentamos dialogar com a tradição historiográfica, considerando, a partir da perspectiva endossada por Peter Brown (1971), que Agostinho é um autor da Antiguidade Tardia e que, por isso, suas necessidades enquanto intelectual do século IV-V. d.C. eram indissociáveis dos aspectos culturais do período. Dentre os muitos temas investigados por Santo Agostinho, escolhemos dissertar a respeito das observações que ele produziu sobre a língua latina, reflexões, portanto, metalinguísticas.

Assim, analisamos e consideramos a procedência do texto *Ars breuiata*, tratado gramatical atribuído a Santo Agostinho, destacando suas semelhanças com os tratados gramaticais de Donato, que é um modelo de grande circulação no período. Dessa análise comparativa, percebemos que Agostinho mantém, em seu texto, uma descrição de caráter mais formal da língua latina, mais centrada em aspectos descritivos de ordem morfológica que semântica, o que caracteriza, com maior ênfase, parte considerável das descrições donatianas. Além disso, pudemos pontuar também que a estruturação interna da *Ars breuiata* se diferencia daquela apresentada na *Ars maior* de Donato. Essa estruturação interna, ou seja,

²⁰² Tradução de Renato de Jesus (2013, p. i).

a disposição dos temas gramaticais propostos por Agostinho em sua *Ars*, segue um modelo pedagógico estipulado pelo próprio Agostinho, com a inclusão de temas de grande relevância na obra de Agostinho como um todo – como a noção de *Latinitas* –, mas de definição ausente dos manuais de Donato.

No entanto, para tentarmos apresentar uma descrição mais ampla do pensamento gramatical de Santo Agostinho, não seria suficiente realizar uma análise somente da *Ars breuiata*, desconsiderando a ampla reflexão de caráter metalinguístico que Agostinho realiza em outras obras de sua autoria. Diante disso, propusemos apresentar um estudo de como os conceitos gramaticais de *partes orationis*, *barbarismus* e *soloecismus*, que ocupam parte considerável de sua *Ars*, são tratados e comentados por Agostinho em outras obras, de caráter exegético e filosófico. Tomamos como referência, sobretudo, o tratamento a tais questões no *De magistro* e no *De doctrina Christiana*, obras que mais nitidamente tocam em aspectos da metalinguagem agostiniana, sem a pretensão de apresentarmos uma análise exaustiva, haja vista o volume da obra de Agostinho, a infinitude de questões discutidas pela longa fortuna crítica e a exiguidade de um trabalho de Mestrado.

O resultado que obtivemos dessa análise mostrou-nos que Agostinho, em seus textos filosóficos, ressaltou, diferentemente do que ocorre na sua *Ars*, os aspectos semânticos, exegéticos e metafísicos desses conceitos, em detrimento de uma análise puramente formal. Nesse sentido, ao que tudo indica, parece-nos que o estudo sistemático das *partes orationis* e depois dos *uitia orationis* em sua *Ars* servem de base para que, em suas obras filosóficas, a discussão seja sobre o significado das palavras, e não sobre suas formas especificamente. Se esse indício for verdadeiro, isso significa que a *Ars breuiata*, muito provavelmente, era o texto de apoio ou propedêutico para que os aprendizes/cristãos pudessem realizar estudos mais avançados em interpretações da *Bíblia* (oferecidos, por exemplo, pelo *De doctrina Christiana*) ou em reflexões metafísicas (apresentada, por exemplo, pelo *De magistro*).

Ainda nesse sentido, as duas últimas observações do nosso trabalho se destinaram a explicitar de que forma Agostinho se muniu do conhecimento gramatical para explicar e interpretar passagens das *Escrituras*. Observamos, particularmente, o papel dos (poucos) *exempla* citados por Agostinho em sua *Ars*. O comentário acerca da passagem da *Carta de Paulo aos Coríntios* (1 Cor 13,13), que é aproveitado tanto em sua *Ars* quanto no *De doctrina Christiana*, sem paralelo no que se refere às citações pagãs (sempre descontextualizadas e aproveitadas no limite da exploração gramatical), parece indicar o compromisso com o propósito que o discurso gramatical começava a assumir: o de ser um auxiliar na leitura das *Escrituras*. Além disso, a reflexão de Agostinho sobre o verbo *essens* mostra-nos que as

observações presentes em sua *Ars breuiata* transcendem, no final, o limite do escopo gramatical, pois, ao mesmo tempo em que se discute a formação de *essens*, Agostinho destaca os problemas de tradução de passagens bíblicas do grego para o latim e dialoga com outras obras que investigam as questões exegéticas e semânticas da referência a *Deus*.

Em conclusão, todos esses aspectos levantados e discutidos, em nosso trabalho, só foram possíveis porque resolvemos olhar para o passado, procurando, assim, conhecer aquilo que nos precedeu sem julgá-lo, tentando, ao máximo, não o distorcer. Parafraseando, dessa forma, o que disse Cícero e concordando com Koerner (2014, p. 10), em nossa epígrafe, ou seja, um autor da Antiguidade e um de nosso tempo – podemos dizer que o amadurecimento de uma disciplina só ocorre quando buscamos conhecer suas origens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionários

ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.

FARIA, E. *Dicionário Escolar Latim – Português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1955.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.

GLARE, P. G. W. *et al.* (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

LIDDELL, H. & SCOTT, R. (ed.). *Greek-English Lexicon*. 9. ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SARAIVA, F. R. dos S. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. 9. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SCHAD, S. *A lexicon of Latin grammatical terminology*. Studia Erudita. Roma: Fabrizio Serra, 2007.

Textos antigos

ABBON DE FLEURY. *Quaestiones grammaticales*. Texto estabelecido, traduzido e comentado por Guerreau-Jalabert. Paris: (coll. ALMA), 1982.

AGOSTINHO. *Aurelii Augustini Ars grammatica breviata*. Edição de C. F. Weber. Marburg: Elwert, 1861.

_____. *Aurelii Augustini De diversis Quaestionibus octaginta tribus liber unus*. Opera Omnia PL 40. NBA. Disponível em: http://www.augustinus.it/latino/ottantatre_questioni/index2.htm Acesso em: 02/03/2014

_____. *Aurelii Augustini De Moribus Ecclesiae Catholicae et de Moribus Manichaeorum libri duo*. Opera Omnia PL 32. NBA. Disponível em: <http://www.augustinus.it/latino/costumi/index2.htm> Acesso em: 20/04/2014

_____. *Aurelii Augustini Enarrationes in Psalmos*. Opera Omnia PL 36. NBA. Disponível em: http://www.augustinus.it/latino/esposizioni_salmi/index2.htm Acesso em: 15/10/2014

_____. *Aurelii Augustini Locutionum in Heptateuchum libri septem*. Opera Omnia PL 34. NBA. Disponível em: http://www.augustinus.it/latino/locuzioni_ettateuco/index2.htm Acesso em: 12/07/2014

_____. *A Cidade de Deus*. Tradução de Dias Pereira. Lisboa: Gulbekian, 1996. 2v.

_____. *A doutrina cristã*. Tradução Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002

(Patrística; 17).

_____. *A fé e o símbolo; Primeira catequese aos não cristãos; A disciplina cristã; A continência*. Traduzido por Freitas, O.; Opraem, R.; Arruda Junior & Nunes Costa. São Paulo: Paulus, 2013 (Patrística; 32).

_____. *A Trindade*. Tradução Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994 (Patrística).

_____. *A verdadeira religião; O cuidado devido aos mortos*. Tradução Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2007 [2002] (Patrística; 19).

_____. *Confissões; O Mestre*. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. & Angelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973.

_____. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Contra Acadêmicos; A Ordem; A Grandeza da Alma; O Mestre*. Tradução Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008 (Patrística; 24)

_____. *De dialectica*. Traduzido por Darrel Jackson e editado por Jan Pinborg. Dordrecht: Reidel, 1975.

_____. *Obras de San Augustin: De la doctrina cristiana; Del Génesis contra los maniqueos; Del Génesis a la letra, incompleto; Del Génesis a la letra*. Traduzido por Balbino Martín. Madrid: La Editorial Católica, 1957. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. *Obras de San Augustin: Contra los académicos; Del libre albedrío; De la cantidad del alma; Del maestro; Del alma y su origen; De la naturaleza del bien: contra los maniqueos*. Traduzidas por Victorino Capanaga.; Evaristo Seijas; Eusebio Cuevas; Manuel Martínez & Mateo Lanseros 3. ed. Madrid: La Editorial Católica, 1963. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. *Obras de San Augustin: Introducción general; Vida de San Agustín, escrita por San Posidio; Introducción a los Diálogos; Soliloquios; De la vida feliz; Del orden; Bibliografía agostiniana*. Traduzidas por Victorino Capanaga. 4. ed. Madrid: La Editorial Católica, 1969. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. *O De excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma*. Tradução do latim, introdução e notas de Carlota Miranda Urbano. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

_____. *Solilóquios; A vida feliz*. Tradução, introdução e notas Adaurio Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998 (Patrística; 11)

AIMERI. *Ars lectoria*. Ed.: H. F. Reijnders. In.: *Vivarium* IX, 1971, 119-137 X, 1972, 41-101 e 124-176.

APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Introdução, tradução e notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1997.

ARISTÓTELES. *Da interpretação*. Tradução João Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Unesp, 2013.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de J. Bruna. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

AULO GÉLIO. *Noites Áticas*. Tradução e notas de J. Seabra. Londrina: Eduel, 2010.

BOÉCIO. *Escritos (Opuscula Sacra)*. Tradução, estudos introdutórios e notas de Juvenal Savian Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARÍSIO. *Charisii Ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, I, 1-296. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

CASSIODORO. *Institutiones Saecularum Diuinarum*. Ed. Mynors. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/pking/resources/cassiodorus/institutiones.txt>

CLÉMENT SCOT. *Clementis Ars grammatica*. Ed.: Tolkiehn. Leipzig: Deiterich, 1928.

CÍCERO. *De oratore* I-II. Tradução inglesa de E. W. Sutton e H. Rackham. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993. (The Loeb Classical Library).

CONSÊNCIO. *Consentius de nomine et uerbo*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 338-385, Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DIOMEDES. *Diomedis ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, I, 299-529. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DIONÍSIO TRÁCIO. *Dionysii Thracis ars grammatica*. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). *Grammatici Graeci*, I. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

DONATO. *Donati ars maior*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, IV, 367-402. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

GODESCALC D'ORBAIS. *Opusculum de rebus grammaticis*. Ed.: Lambot. Louvain: Peeters, 1945.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4. ed. Rio Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4. ed. Rio Janeiro: Ediouro, 2004.

LACTÂNCIO. *De Moribus Persecutorum*. Disponível em: http://www.documentacatholicaomnia.eu/30_10_0240-0320-Lactantius.html

MÁRIO VITORINO. *Aduersus Arium*. PL 08. Disponível em: http://www.documentacatholicaomnia.eu/1815-1875_Migne_Patologia_Latina_01_Rerum_Conspectus_Pro_Tomis_Ordinatus_MLT.html

PALÊMÓN. [*Palaemonis*] *Ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 533-547. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PETRÔNIO. *Satíricon*. Tradução de Cláudio Aquati. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PLATÃO. *Teeteto, Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: UFPA, 2001.

POSSÍDIO. *Vida de Santo Agostinho*. Tradução das Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 1997.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri II & III*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

_____. *Grammaire Livre XVII – Syntaxe, I*. Texto latino, tradução e anotação Grupo *Ars grammatica*. Paris: Vrin, 2010.

[PS.-CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula C. Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

SACERDOS. *Sacerdotis ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, VI, 427-546. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

SCOTUS ERIUGENA. *Periphyseon*. *Patrologia Latina* CXXII I. 476b.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Gulbenkian, 1991.

SÉRVIO. *Commentarius in artem Donati*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, IV, 421-448. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

SÃO JERÔNIMO. *Vulgata*. Nova Vulgata Bibliorum Sacrorum Editio. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_index_lt.html#top

SUETÔNIO. *De grammaticis et rhetoribus*. Edição de R. Kaster. Oxford: Clarendon, 1995.

TÁCITO. *Diálogo dos oradores*. Tradução de Martinez de Rezende & Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VARRÃO. *M. Opere di Marco Terenzio Varrone*. Edição e Tradução de Antonio Traglia. Torino: Classic Latini, 1974.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Universidade Brasília, 1983.

_____. *Eneida Brasileira*. Tradução poética de Odorico Mendes, comentada por P. S. de Vasconcellos et al. Campinas: UNICAMP, 2008.

Textos modernos

ADAMS, J.N. *Bilingualism and the Latin Language*. Oxford: Blackwell, 2004.

ALTMAN, Cristina; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Orgs.). Dossiê Historiografia da Linguística. *Revista Todas as Letras*, v. 14, n. 1, 2012. pp. 11-120.

ANDO, C. Augustine on Language. *Revue des Études Augustiniennes*. Vol. 40, 1994. pp. 45-78.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. (ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 2. Le développement de la grammaire occidentale. Paris: Mardaga, 1993.

BARATIN, M. *La naissance de la Syntaxe a Rome*. Paris: Minuit, 1989.

_____. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J. & DESMET, P. (ed.) *Florilegium historiographiae linguisticae – Études d’historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Leuven-la-Neuve: Peeters, 1994. pp. 143-157.

_____. À l’origine de la tradition artigraphique latine, entre mythe et réalité. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000. pp. 459-466

BARATIN, M; DESBORDES, F. La ‘triosieme partie’ de ‘l *Ars grammatica*. In: TAYLOR (ed.). *The History of Linguistics in the Classical Period*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. pp. 41-67.

BARWICK, K. Remmius Palaemon und die römische ars grammatica. *Philologus Suppl.* 15.2. Leipzig: Dietrich’sche, 1922.

BATISTA, O. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BERMON, Emmanuel. Grammar and Metaphysics: About the Forms *essendi*, *essendo*, *essendum*, and *essens* in Augustine’s *Ars grammatica breuiata* (IV, 31 Weber). *Studia Patristica* LIV, 100, 2012. pp. 01-10.

BERMON, E; BONNET, G. *Abrégé de la grammaire de Saint Augustin*. Paris: Belles Lettres, 2013.

BLANK, D.; ATHERTON, C. A contribuição estoica à gramática tradicional. In: INWOOD, B. (Org.). *Os estóicos*. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006. pp 343-362.

BONNER, Stanley. *Education in Ancient Rome from the elder Cato to the younger Pliny*. New

York/London: Routledge, 2012 [1977].

BONNET, G. Syntagms in the Artigraphic Latin Grammars. In.: MATTHAIOS et al (eds.). *Ancient scholarship and grammar: archetypes, concepts and contexts*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2011. pp. 361-374.

BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (Eds.). *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge, MA: Harvard University Press, [1999] 2001.

BROWN, P. *The World of Late Antiquity: From Marcus Aurelius to Muhammad*. London: Thames and Hudson, 1971.

_____. *The Making of Late Antiquity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

_____. *The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

_____. *Society and the Holy in Late Antiquity*. London: Faber, 1982.

_____. *The Rise of Western Christendom*. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. *Santo Agostinho uma biografia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Antiguidade Tardia*. In: VEYNE (Org.). *História da vida privada, 1: do Império ao ano 1000*. Tradução de Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 214-284.

CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

_____. *The Mediterranean World in Late Antiquity, 395–600*. London: Routledge, 1993.

CANTÓ, J. *Los grammatici: críticos literarios, eruditos y comentaristas*. In: CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997. pp. 741-753.

CHARPIN, F. La notion de partie du discours chez les grammairiens latin. *Revue Histoire Épistémologie Langage* VIII-1, 1986. pp. 125-140.

CHIN, C. The Grammarian's Spoils: *De Doctrina Christiana* and the Contexts of Literary Education. In.: *Augustine and the Disciplines from Cassiciacum to Confessions*. Ed.: Karla Pollmann and Mark Vessey. Oxford: Oxford Press, 2005. pp. 167-183.

_____. *Grammar and Christianity in the Late Roman World*. Pennsylvania: Pennsylvania Press, 2008.

CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997.

_____. L'organisation de la grammaire dans la tradition latine. In.: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the*

Present. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000. pp. 474-484

COLLART, J. Saint Augustin grammairien dans le *De magistro*. *Revue des Études Augustiniennes et Patristiques*. Vol. 17. N° 3-4. pp. 279-292. Paris: Institut d'Études augustiniennes, 1971.

CONTE, G, B. *Latin Literature a History*. Trad.: J. B. Solodow. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Trad.: Fúlvia Maria Luíza Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *L'ars grammatica* dans la période post-classique: le *Corpus grammaticorum latinorum*. In.: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/ Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000. pp. 466-474.

_____. *Idées grecques et romaines sur le langage – travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon: ENS editions, 2007.

DESBORDES, F.; BARATIN, M. Sémiologie et métalinguistique chez Saint Augustin. In: DESBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage – travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon: ENS editions, 2007. pp. 359-375.

DEZOTTI, L C. *Arte Maior e Arte Menor de Donato: Tradução, anotação, estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

DODDS. *Pagan and Christian in an Age of Anxiety. Some Aspects of Religious Experience from Marcus Aurelius to Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

ERNOUT, A. *Morphologie Historique du Latin*. Paris: Klincksieck, 1953.

ERNOUT, A. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1959.

FĂGĂRĂȘANU, Simona. St. Augustine and the Issue of Word Origin. In.: LIVINGSTONE, E. (eds.) *Studia Patristica XXXIII: Papers presented at the Twelfth International Conference on Patristic Studies held in Oxford 1995 (Augustine and his opponents, Jerome, other Latin Fathers after Nicaea, Orientalia)*. Belgium/Leuven: Peeters, 1997. pp. 78-82.

FAIRWEATHER, Jenet. *Seneca the Elder*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FARACO, C. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, [1989] 2005.

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FORMIGARI, L. *A history of language philosophies*. Traduzido por Gabriel Poole. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

FORTES, F. S. *A Linguística e sua História ou: como os linguistas olham para a Antiguidade*.

In: SILVA, R.G.A., FORTES, F.S. & SILVA, C.R.T. (org) *Ciências Humanas em Debate*. Recife: EDUFRPE, 2011.

_____. *Sintaxe Greco-Romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na História do Pensamento Gramatical Antigo*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2012.

GARETH, M. *Augustine*. Oxford. Blackwell, 2005. (Blackwell Great Minds).

GODOY, V. E. Historiografia Linguística: um percurso histórico linguístico. *Revista Múltiplas Leituras*, v.2, n.2, p. 177-188, jul. /dez. 2009.

GUERREIRA, A. R. Los escritos grammaticales (y la erudición) en el siglo IV. In: CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Cátedra, 1997. pp. 783-794.

HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a Grécia Antiga*. Tradução de J, L, Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique*. Paris: CNRS, 1981.

_____. La typologie des manuscrits grammaticaux latins. In: *Revue d'histoire des textes*, bulletin n°7 (1977), 1978. pp. 247-269. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rht_0373-6075_1978_num_7_1977_1167. Acesso em 06/04/2015.

INWOOD, B. (org.). *Os estoicos*. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.

JAMES, E. The Rise and Function of the concept "Late Antiquity". *Journal of Late Antiquity*, Volume 1, Number 1, Spring, 2008. pp. 20-30. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/jla/summary/v001/1.1.james.html>. Acesso em 30/05/2014 14:13.

JESUS, Renato R. Introdução à prosa rítmica na Antiguidade Clássica: Estudo e Tradução do *Orator* de Cícero. Campina, SP: Mercado das Letras, 2013.

KASTER, R. "The grammarian's authority". In: *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 75, n. 3, 1980a. pp. 216-241.

_____. Macrobius and Servius: Verecundia and the Grammarian's Function. In.: *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 84, 1980b. pp. 219-262. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/311051>. Acesso em: 05/02/2013 16:38

_____. Notes on "Primary" and "Secondary" Schools in Late Antiquity. *Transactions of the American Philological Association*. Vol, 113, 1983. pp. 323-346.

_____. *Guardians of language: the grammarians and society in Late Antiquity*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

KEIL, H. *Grammatici Latini*. [Leipzig: Teubner, 1855-1880]; [repub. Hildesheim: Olms, 1981], Cambridge: Cambridge University Press, 2009. v.8.

KIRWAN, C. Augustine's philosophy of language. In.: STUMP, E.; KREZTIMANN, N. (Eds.). *The Cambridge Companion to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 186-204.

KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000-2006. 3v.

KOERNER, K.; ASHER. *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KOERNER, K. *Ferdinand de Saussure: Origin and development of his Linguistic thought in Western Studies of Language. A contribution to the history and theory of linguistics*. Braunschweig: Friedrich Vieweg & Sohn [Oxford & Elmsford, N.Y.: Pergamon Press], 1973), 1973[1971].

_____. *Practicing Linguistic Historiography: Selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

_____. On the place of Linguistic historiography within the language sciences, again. In.: *History of Linguistics 1999*. Ed.: AUROUX, S. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. pp. 373-389.

_____. The development of linguistic historiography history, methodology, and present state. In.: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000-2006. 3v. pp. 2802-2820.

_____. História da Linguística. *Confluência*: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Nº 46 – 1.º semestre de 2014. Rio de Janeiro, 2014. pp. 09-22. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/issue/view/4/showToc> Acesso em 20/05/2015.

LAW, V. 'St. Augustine's 'De Grammatica': Lost or Found?', *Recherches Augustiniennes et Patritiques* Vol. 19. Brepols, 1984. pp. 155-183.

_____. *The Insular Latin Grammarians*. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

_____. Late Latin Grammars in the Early Middle Ages: A Typological History. In: TAYLOR (ed.). *The History of Linguistics in the Classical Period*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987[1986 in *Historiographia Linguistica* XIII]. pp. 191-206.

_____. *Auctoritas, consuetudo and ratio in St. Augustine's Ars grammatica*. In.: *De Ortu Grammaticae: Studies in medieval grammar and linguistic theory in memory of Jan Pinborg*. Ed.: Bursill-Hall; Sten Ebbesen and E.F.K. Koerner. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1990. pp. 191-208.

_____. The historiography of grammar in the early Middle Ages. In.: _____. (org.) *History of Linguistic Thought in the Early Middle Ages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993b. pp. 01-23.

_____. The Mnemonic Structure of the Ancient Grammatical Doctrine. In.: SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (eds.). *Ancient Grammar: Content and Context*. Paris: Leuven/ Peeters, 1996. *Orbis Supplementa* Vol 7. pp. 37-52.

_____. *The History of Linguistic in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. Language and its students: the history of Linguistic. In.: COLLINGE, N. E. *An encyclopaedia of language*. Londres/Nova York: Taylor & Francis, [1990] 2005. pp. 426-455.

LENOBLE, M., SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. La structure des Artes grammaticae latinae: l'exemple du pronom. In.: AUROUX, S. (org.). *History of Linguistics 1999*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. pp. 01-18.

LEPPIN, Hartmut. Old Religions Transformed: Religions and Religious Policy from Decius to Constantine. In.: RÜPKE, J. *A companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. pp. 96-108.

LIMA, A. D. *Uma estranha língua? Questões de linguagem e de método*. São Paulo: UNESP, 1995.

LONG, A. Stoic linguistics, Plato's Cratylus, and Augustine's De dialectica. In.: FREDE, D; INWOOD, B. *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age* Proceedings of the Ninth Symposium Hellenisticum. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 36-55.

LUHTALA, A. On the grammarian's self-image in the Early Middle Ages. In.: JANKOWSKTY, K. (org.). *History of Linguistics 1993*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. pp. 115-126.

_____. *Grammar and Philosophy in Late Antiquity: a study of Priscian's sources*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

_____. Grammar as a Liberal Art in Antiquity. In.: KIBBEE, D. (org.). *History of Linguistics 2005*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007. pp. 67-79.

LYONS, J. *Introdução à Lingüística teórica*. Tradução de R. V.M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

McLuhan, M. *Trivium Clássico: O lugar de Thomas Nashe no Ensino de seu Tempo*. Traduzido por Hugo Langone. São Paulo: Realizações Editora, 2012.

McNELIS, Charles. Grammarians and Rhetoricians. In.: DOMINIK, W.; HALL, J. (orgs.). *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007. pp. 285-296.

MARTINHO DO SANTOS, Marcos. *Dionísio da Trácia, Arte*. São Paulo: Letras Clássicas nº 11, 2007.

_____. Suetônio: Dos Gramáticos. *Clássica*. v. 27, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revista.classica.org.br/classica/article/view/319> Acesso em 03/10/2015

MARROU, H.-I. *História da educação na Antiguidade*. Tradução de M. L. Casa Nova. 4. ed. São Paulo: MEC, 1975.

_____. *Décadence romaine ou antiquité tardive? IIIe—Vie siècle*. Paris: Editions Du Seuil, 1977.

MASTRANGELO, M. The Decline of Poetry in the Fourth-Century West. *International Journal of the Classical Tradition*, Vol. 16, No. 3/4 (Sep. - Dec.), 2009. pp. 311-329. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40388967> Acesso em 09/05/2014

MURPHY, J. Grammar and rhetoric in Roman schools. In.: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (Eds.). *History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000-2006. 3v. pp. 484-492

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

O'DALY, G. The response to skepticism and the mechanisms of cognition. In.: STUMP, E.; KREZTIMANN, N. (Eds.). *The Cambridge Companion to Augustine*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2006. pp. 159-170.

O'DONNELL. Augustine: his times and lives. In.: STUMP, E.; KREZTIMANN, N. (Eds.). *The Cambridge Companion to Augustine*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2006. pp. 08-25.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

PINTO, L. Do que se confia às Letras: A ciência gramatical nas *Etymologias* de Isidoro de Sevilha. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IEL/UNICAMP, 2008.

PUTSCH, H. *Grammaticae Latinae auctores antiqui*. 1605. Disponível em:

http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10218502_00312.html.

Acesso em: 15/08/2015

REALE; ANTISERI. *História da Filosofia: Filosofia pagã antiga*, v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

ROBINS, R. *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Revisão e ampliação de M. E. Viaro. 8. ed. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Isaac Salum. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SWIGGERS, P., WOUTERS, A. Grammatical Doxography in Antiquity. The (hi)stories of the parts-of-speech system. In.: HASSLER G. (Eds.), *History of Linguistics 2008*. Amsterdam-Philadelphia: J. Benjamins, 2011. pp. 69-92.

_____. *De adverbio*. Statut et signification de l'adverb chez les grammairiens latins. In.: (ed.). *Grammatical Theory and Philosophy of Language in Antiquity*. Leuven Peeters, 2002. *Orbis Supplementa* Vol 19. pp. 287-323.

SWIGGERS, P. Les Pères de 'Eglise. In.: AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques: Le développement de la grammaire occidentale*. Paris: Mardaga, 1992. pp. 76-81.

_____. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações [Traduzido por Cristina Altman]. *EUTOMIA. Revista Online de Literatura e Linguística*, 3 (2), 2010. art.nr. <http://www.Revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html>

_____. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 44-45, 39-59, 2013.

TAURISANO, R. *O De libero arbitrio de Santo Agostinho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Tradução de Marcos de Castro. 2ª edição. Civilização Brasileira, 2011.

WALLACE-HADRILL. *The barbarian west in the early middle ages a.D. 400-1000*. New York: Harper Torchbooks, 1962.

WARD-PERKINS. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.

WARMINGTON, E. *Remains of old Latin: Livius Andronicvs; Naevius; Pacuvius; Accius*. v.2. Harvard: Loeb, 1936.